



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE FRONTEIRA

RELATOS INTROSPECTIVOS: UMA IMERSÃO NA AGRIDOCE MEMÓRIA DA
EXPERIÊNCIA DE IMIGRAÇÃO

KLEBER SOARES DA SILVA

Macapá/AP

2025

KLEBER SOARES DA SILVA

**RELATOS INTROSPECTIVOS: UMA IMERSÃO NA AGRIDOCE MEMÓRIA DA
EXPERIÊNCIA DE IMIGRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal de Amapá como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteiras.

Prof. Orientador: Dr. Marcus Cardoso

Macapá/AP
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

- S586r Silva, Kleber Soares da.
Relatos introspectivos: uma imersão na agridoce memória da experiência de imigração. /
Kleber Soares da Silva. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico.
113 f.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de
Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Macapá, 2025.
Orientador: Marcus André de Souza Cardoso da Silva.
Coorientador: .
- Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Memória. 2. Fronteira. 3. Imigração. I. Silva, Marcus André de Souza Cardoso da,
orientador. II. Universidade Federal do Amapá . III. Título.

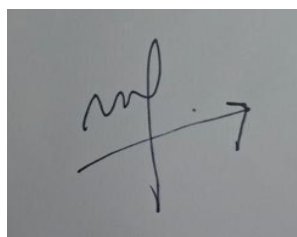
CDD 23. ed. – 304.420981

SILVA, Kleber Soares da. **Relatos introspectivos**: uma imersão na agridoce memória da experiência de imigração. Orientador: Marcus André de Souza Cardoso da Silva. 2025. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Estudos de Fronteira. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

RELATOS INTROSPECTIVOS: UMA IMERSÃO NA AGRIDOCE MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA DE IMIGRAÇÃO

KLEBER SOARES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal de Amapá como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteiras.



Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcus Cardoso — UNIFAP (orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS
Data: 30/06/2025 09:57:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins — UNIFAP (membro interno)

Documento assinado digitalmente
gov.br JACKSON DA SILVA BARBOSA
Data: 27/06/2025 16:37:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jackson da Silva Barbosa (membro externo)

(suplente)

Macapá, junho de 2025

Ao meu pai, que partiu, e ao meu filho, Dante, que chegou.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Fátima, e ao meu irmão, Diêgo, por serem retaguardas firmes nos imprevistos de cunho pessoal que surgiram ao longo dessa jornada acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcus Cardoso, pela coragem e confiança em conduzir alguém que há décadas estava afastado da vida universitária. Tenho plena consciência de que isso exige paciência redobrada e explicações extras — e ele nunca se furtou em oferecê-las. Foi sempre exigente, mas igualmente atencioso e generoso. É fácil perceber a paixão que dedica à academia — e, claro, ao nosso Flamengo!

Aos integrantes do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito (LAET), especialmente na figura da vice-coordenadora, Profª. Dra. Carolina Barreto Lemos, pelas discussões instigantes e formativas ao longo desses dois anos. Com todos ali, só aprendi.

À Profª. Dra. Carmentilla Martins, minha gratidão pelas aulas ministradas ao longo da pós-graduação e pela gentileza em integrar esta banca. Ao Prof. Dr. Jackson Barbosa, amigo de longa data que a vida me presenteou durante a graduação, meu sincero agradecimento por sua presença — ontem e hoje.

E ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras (PPGEF), meu muito obrigado!

*“Convenci-me de que a realidade é mais
surpreendente do que qualquer tentativa de
romantizá-la”.*

Lira Neto

RESUMO

O trabalho que apresento tem por objetivo entender, a partir do interlocutor da pesquisa, as suas memórias de imigração: percepções, opiniões, posições. O que se pretende capturar, portanto, são fragmentos do processo pela ótica particular dele. Tomo como colaborador um indivíduo que, em determinado ponto de sua vida, viu-se imerso na jornada migratória que começou no norte do Amapá, na cidade de Oiapoque, e estendeu-se pela região do Platô das Guianas, culminando com ida à Europa e retorno. Essa história é, como sugere o título, agri-doce, pois não foi permeada somente de situações plausíveis do ponto de vista social. Ao explorar experiências pessoais do interlocutor da pesquisa, pretendo mergulhar em suas histórias de vida, extraíndo uma visão detalhada e íntima dessa jornada. Essa abordagem me auxilia não somente no entendimento de eventos e circunstâncias externas que moldaram trajetória, mas também os conflitos, desafios e emoções pessoais diversas com as quais se deparou ao longo do caminho. Minha intenção é adentrar em narrativas detalhadas: motivações para imigrar, as circunstâncias que levaram a deixar seu país de origem, as esperanças e expectativas que tinha em relação ao novo país e as realidades que encontrou ao chegar lá. Para isso, enquanto método, transito entre a etnografia, memória, etnobiografia e entrevistas para dar conta do processo de captação das experiências de vida do meu interlocutor.

Palavras-chaves: memória; fronteira; imigração

ABSTRACT

The work I present aims to understand, from the perspective of the research interlocutor, his memories of immigration: perceptions, opinions, positions. What I intend to capture, therefore, are fragments of the process from his particular perspective. I take as my collaborator an individual who at a certain point in his life found himself immersed in the migratory journey that began in the north of Amapá, in the city of Oiapoque, and extended through the region of the Guiana Plateau, culminating in a trip to Europe and return. This story is, as the title suggests, bittersweet, because it was not permeated only by plausible situations from a social point of view. By exploring the personal experiences of the research interlocutor, I intend to delve into his life stories, extracting a detailed and intimate view of this journey. This approach helps me not only to understand the external events and circumstances that shaped his trajectory, but also the conflicts, challenges and diverse personal emotions that he encountered along the way. My intention is to delve into detailed narratives: motivations for immigrating, the circumstances that led to leaving their home country, the hopes and expectations they had regarding the new country and the realities they encountered upon arriving there. To this end, as a method, I move between ethnography, memory, ethnobiography and interviews to account for the process of capturing the life experiences of my interlocutor.

Keywords: memory; border; immigration

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1: Unidades de conservação e rotas terrestres de Macapá, Brasil, a Paramaribo, no Suriname.....	52
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRILHAR CAMINHOS: EXPLORANDO MÉTODOS E ABORDAGENS NA PESQUISA.	17
1.1 Narrativas vivas: O fascínio da etnobiografia	22
1.1.2 Objetos de estudo, personagem ou biografização do sujeito	24
1.2 Entrevista e o interlocutor do diálogo possível	26
1.3 A dimensão ética	28
1.4 O peso da memória no método	30
1.5 O pseudônimo João	32
1.6 O campo	33
1.7 Compilando conhecimento: o início da jornada	34
2 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA	37
2.1 A memória em disputa: Entre o oficial e o subterrâneo	40
2.1.1 Silenciamento estrutural	41
2.1.2 Os silêncios não são ausência de memória	43
2.1.3 A fronteira como lugar de memória constante	43
2.1.4 Memória - Esquecimento	45
3 UM BREVE APANHADO DO FENÔMENO MIGRATÓRIO BRASILEIRO	47
3.1 O caminho inverso	50
3.2 A imigração brasileira para a Guiana Francesa	52
3.3 Entre o oficial e o real	58
3.4 A ilusão do direito à imigração e do cidadão global	60
3.5 Os sacrificáveis marginais indesejados	64
4 A JORNADA MIGRATÓRIA	76
4.1 A decisão de ir para o extremo norte	80
4.2 O outro lado	86
4.3 No Suriname	91
4.4 Idas e vindas	93
4.5 O Jhon	97
4.6 A minha vez	98
4.7 De volta ao Suriname	101
4.8 O retorno	103
4.9 A caminho de casa	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERENCIAL TEÓRICO	112

INTRODUÇÃO

Imigração é um tema dinâmico que, apesar de constantemente estudado, está longe de ter todos os seus sentidos esgotados. No mundo contemporâneo, as fronteiras ainda exercem a lógica de espaços de intensa dinâmica, marcada por fluxos de pessoas em busca de novas oportunidades. A recente reeleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a constante crise de refugiados africanos para a Europa e os fluxos de imigração entre países da América Latina introduzem novos e complexos desafios para as políticas de imigração e as relações internacionais. Os contextos apresentados, embora geograficamente distintos, refletem uma crescente tensão global em torno da mobilidade humana, das fronteiras nacionais e das políticas de acolhimento. A postura de Trump sobre a imigração, amplamente conhecida por sua rigidez em seu primeiro mandato, promete se manter como um pilar central durante sua segunda passagem pela Casa Branca, dado os indícios de suas promessas de campanha. Uma de suas primeiras atitudes após a vitória nas urnas foi anunciar quem, do *staff* a ser montado, será o responsável por deportações em massa de imigrantes ilegais.

Durante sua administração anterior, Trump implementou políticas de grande impacto. A construção de barreiras físicas na fronteira com o México, a aplicação de restrições rigorosas a imigrantes de países específicos e o endurecimento dos processos de asilo foram algumas das mais criticadas. Esses posicionamentos, sempre associados a uma retórica nacionalista, acenderam debates sobre soberania, segurança e os limites do acolhimento a imigrantes e refugiados. A sua reeleição provavelmente trará novas investidas no sentido de restringir a imigração, reforçando uma política, chamada por ele de "a era de ouro da América", impulsionando movimentos similares em outros países, que poderão ver nisso um modelo a ser seguido. No cenário europeu, o agravamento da crise de refugiados, especialmente em meio a conflitos na África, Ucrânia e agora no Oriente Médio, evidencia outra face da crise migratória global. A chegada constante de refugiados coloca em xeque a capacidade dos Estados europeus de lidarem com a demanda por asilo e integração social. A exemplo dos Estados Unidos da América, governos de extrema-direita, em ascensão em alguns países europeus, defendem posições duras contra a imigração, o que revela um descompasso entre a solidariedade defendida por certos blocos da União Europeia e a resistência de governos nacionais. No contexto local, mais recentemente, o Brasil tem sido receptor de imigrantes haitianos e venezuelanos, principalmente. Em sentido oposto, há uma saída significativa de brasileiros para países vizinhos como a Guiana Francesa e o Suriname.

A Guiana Francesa, por exemplo, já é o 10º território entre as maiores comunidades brasileiras no exterior, e o Suriname comporta atualmente cerca de 30 mil brasileiros, conforme aponta o documento “Comunidades Brasileiras no Exterior”, do Ministério das Relações Exteriores (MRE 2022). Esses movimentos migratórios refletem não apenas as crises internas em cada país, mas também as suas capacidades de assimilação dos estrangeiros. Diante da situação mundial, a intersecção desses contextos traz implicações profundas para o debate sobre migração. Portanto, falar de imigração e fatores que impulsionam os fluxos migratórios variados e complexos torna-se imperativo.

No recorte que proponho para esta dissertação, coloco no centro da análise as vivências de um indivíduo que atravessou a experiência migratória entre os anos de 2003 a 2006. Para fins dessa pesquisa, apenas um sujeito será meu interlocutor. Quaisquer outros personagens que surgem, principalmente a partir do capítulo 4, são fazem parte da história do interlocutor. A abordagem que proponho foca diretamente no processo de deslocamento, investigando tanto os motivos que impulsionaram a partida quanto os desafios e transformações vividos ao longo da jornada e na chegada a um novo território. A pesquisa está ancorada no contexto do Platô das Guianas, uma região marcada por interações fronteiriças intensas entre Brasil, Guiana Francesa e Suriname. Portanto, ao trazer o processo migratório para o centro do debate, esta dissertação mergulha em uma análise detalhada do deslocamento físico e simbólico entre fronteiras. É por meio de uma incursão no campo da memória do interlocutor que pretendo contar sua história, que vai além das estatísticas ou que sejam reduzidas a citações, um fragmento, em um corpo maior de análises. Quero, portanto, reduzir a escala de observação do fenômeno migratório e concentrar o interesse na trajetória histórica do indivíduo, para desenvolver uma interpretação abrangente das memórias do imigrante, capaz de colaborar para os estudos migratórios, oferecendo uma perspectiva que privilegie a voz, perspectivas e visões de mundo do próprio imigrante, quando este reflete sobre sua trajetória.

Pretendo realizar tal tarefa a partir de uma imersão biográfica, que me permita captar como interpretam, reconstroem, conectam e revelam suas experiências. O que se pretende capturar são fragmentos do processo pela ótica particular dessa pessoa, minha interlocutora na pesquisa. Busco uma aproximação profunda e subjetiva para identificar quais os elementos centrais que marcam suas experiências, para examinar, em suas narrativas, as memórias que revelam os obstáculos enfrentados na adaptação ao novo ambiente, incluindo episódios de discriminação, marginalização ou dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O objetivo é compreender como esses desafios moldam as percepções e experiências do sujeito, bem como suas estratégias de superação. Para alcançar esse grau de aproximação com o

interlocutor e suas experiências, decidi selecionar somente um indivíduo. Em parte, isso se deve a uma questão prática, relacionada ao tempo hábil para ouvi-lo, com profundidade, e com os limites dos prazos institucionais do mestrado. Cheguei até ele como consequência de uma viagem de campo ao município de Oiapoque, ainda no primeiro semestre de 2023, em atividades da disciplina de metodologia científica da pós-graduação. A escolha, especificamente, se deu pelo fato dele estar disposto a contar sua história sem omissões de passagens consideradas, por ele próprio, como moralmente questionáveis, o que me permite incidir no erro de construir uma hagiografia¹. Ele revela atos legais e ilegais, aceitos ou não socialmente, para obter êxito no objetivo de ganhos monetários.

Meu interlocutor da pesquisa me foi apresentado por um colega de turma, em uma tarde sem atividades acadêmicas do curso. Um homem de 42 anos, bem barbeado, rosto arredondado, pardo, aproximadamente 1,80 metro e volumosos cabelos pretos e lisos. Ele havia estado na casa que serviu de base para parte da turma que foi ao Oiapoque. A princípio, nem imaginava que o trabalho acabaria por ser desenvolvido com ele, a partir de sua experiência. Lá, na casa, iniciamos uma conversa despretensiosa e, após mais ou menos uma hora, contei-lhe sobre o que planejava estudar. Em determinado ponto, em meio ao diálogo, me confessou que tinha uma história de imigração própria, iniciada em 2002, aproximadamente. Muito rapidamente e sem detalhes, me disse que a história teve episódios na Guiana Francesa, Suriname e pelos Países Baixos, na região da Holanda. Disse ainda que teve que se sujeitar a trabalhos e situações a que jamais se sujeitaria novamente. Mais adiante na conversa, adiantou que imigrou irregularmente em busca de ganhos, trabalhou em garimpos, pensão e foi mula para traficantes de drogas no Suriname. A trajetória iniciou na cidade de Porto Grande, no Amapá. O pai alcoólatra e ausente sempre foi visto por ele como motivo de estorvo pelos constantes episódios de brigas na casa. Com mais seis irmãos, se viu responsável em ajudar a mãe no trabalho de venda de lanches na estação férrea da cidade, em meados da década de 1990. Com o passar do tempo, trabalhou em padaria e conciliava a rotina com o curso de magistério e estágios obrigatórios.

Sua história ainda envolve episódios em Macapá, onde trabalhou e morou em um hotel na capital, e Oiapoque, onde atuou como camelô e professor de área indígena, antes do processo de imigração ocorrer. Nessa época, o franco, até então moeda que circulava na Guiana Francesa, estava em processo de substituição pelo Euro. A moeda recém-adotada pelos países que compunham a União Europeia começava a despertar certo interesse tão logo

¹ tipo de biografia que descreve a vida de santos, beatos e servos de Deus, conforme os dogmas e crenças do catolicismo.

seu valor superou o dólar americano. Fato esse que colaborou de sobremaneira para a decisão de emigrar do nosso primeiro interlocutor. Dado alguns temas delicados e normalmente reprovados socialmente em sua experiência enquanto imigrante, fui informado de que poderia contar a sua história, desde que houvesse a possibilidade de anonimato. As questões éticas que me acometeram diante do pedido de sigilo serão expostas no capítulo a seguir.

A partir desses relatos, apresento essa dissertação e, posteriormente, um livro cujo título provisório é o mesmo apresentado neste trabalho – “Relatos Introspectivos: Uma Imersão na Agridoce Memória da Experiência de Imigração”. Ela é uma tentativa de examinar a memória da trajetória de imigração por meio de relatos com foco na reconstituição de suas experiências e na interpretação dos significados atribuídos às suas jornadas, identificando como aspectos como a marginalização, a adaptação e o enfrentamento de adversidades são reconfigurados na memória. Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre estudos migratórios e de memória, ao explorar a fronteira e o processo migratório, em si, como um palco de diversos significados e interpretações sobre a mobilidade humana. Igualmente, é minha intenção preservar as memórias sobre as dinâmicas sociais de um determinado tempo, espaço e indivíduo. Vislumbrei, na possibilidade dessa interação com o interlocutor, contribuir para um debate e criar uma ponte entre os eventos e a experiência humana, buscando que a história seja compreendida em sua profundidade e relevância.

Sou jornalista por profissão e formação. São 20 anos de atuação, tendo passado por diversas frentes informativas (rádio, sites, jornais impressos, assessoria de comunicação públicas e privadas) e, atualmente, colaboro com divulgação científica na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Então, contar suas experiências é a tentativa de ver o fenômeno por dentro. A jornalista, pesquisadora e professora Cremilda Medina (2006), indica que a narrativa jornalística contemporânea enfrenta o desafio urgente de transcender o paradigma estritamente instrumental e objetivista que há muito define suas práticas. Esse modelo, centrado na objetividade e na difusão unidirecional de informações, limita o jornalismo a uma função de mera transmissão, onde a complexidade dos contextos sociais, culturais e históricos muitas vezes se perde. Romper com esse paradigma significa adotar uma postura aberta e dialógica. Neste novo modelo proposto pela autora, o jornalismo passa a incorporar a história e a memória, reconhecendo a importância de ouvir e dar voz às diversas perspectivas e experiências que formam o tecido social.

Dessa forma, as narrativas jornalísticas podem se aproximar mais da complexidade do mundo real, onde os significados são construídos colaborativamente, e não somente impostos

de maneira unilateral. Aí reside o meu desafio particular em, além de colaborar com a pesquisa sobre imigração, contribuir também para materializar narrativas de vida, permitindo que o interlocutor reinterprete suas experiências de ruptura, perda e recomeço. Compreender como essas narrativas ajudam a construir um sentido em meio à experiência de deslocamento. Além disso, entendo que a memória é um recurso indispensável para o entendimento de injustiças, traumas e lutas históricas. Ao rememorar eventos como o de imigração, aqui proposto, anseio dar visibilidade a vozes e experiências que poderiam ter sido esquecidas. A memória atua como um guia que resgata aprendizados e emoções vividas, possibilitando que a pessoa recorra a essas experiências para fundamentar suas escolhas e reações diante das circunstâncias experimentadas.

Assim, e para isso, essa dissertação é apresentada em quatro capítulos. No primeiro, “Trilhar caminhos: explorando métodos e abordagens na pesquisa”, apresento o conjunto de ferramentas analíticas que nortearam o estudo ao traçarem os procedimentos e técnicas utilizadas para melhor conduzir a pesquisa. Transito entre etnografia, memória, etnobiografia e entrevistas para dar conta do processo de captação das experiências de vida do meu interlocutor. Cada procedimento veio para enriquecer a captação de dados e elaborar uma narrativa mais densa da sua vivência e de sua trajetória. Nessa primeira parte, também apresento a dimensão ética e aflições que me acometeram sobre a condução da pesquisa. Na segunda parte, apresento alguns elementos que ajudam a refletir sobre o processo migratório nacional e local; as implicações relacionadas aos Direitos Humanos.

No terceiro capítulo investigo como a memória — em suas múltiplas dimensões — se articula às experiências migratórias, especialmente sob contextos de marginalização e silenciamento. A partir de autores como Maurice Halbwachs, Joël Candau, Paul Ricoeur e Michael Pollak, examino o papel das memórias individuais e coletivas, das memórias subterrâneas e dos silenciamentos estruturais na construção da identidade de sujeitos migrantes. A abordagem parte de uma concepção de memória não como mero repositório de lembranças, mas como fenômeno social, cultural e político, atravessado por disputas simbólicas e experiências vividas.

Mobilizando conceitos como a memória coletiva (Halbwachs), a memória procedimental ou de baixo nível (Candau) e as memórias subterrâneas (Pollak), analiso as narrativas de vida do interlocutor da pesquisa, João Rodrigues. Sua trajetória — marcada por deslocamentos geográficos, trabalho informal e vivências em espaços de extrema violência, como os garimpos ilegais — é lida como expressão de uma memória social compartilhada,

onde o passado é acionado para construir sentidos sobre o presente e projetar possibilidades de futuro. Ao mesmo tempo, evidencio como certas experiências, como os assassinatos e desaparecimentos nos garimpos, são sistematicamente excluídas dos registros oficiais, compondo um tecido de memórias silenciadas que sobrevivem apenas no plano oral, comunitário e afetivo.

O capítulo, assim, propõe uma reflexão sobre a memória como arena de disputa, onde a luta por reconhecimento e visibilidade se inscreve no corpo e na palavra dos migrantes. Através de suas histórias, revelam-se os traços de resistência e adaptação e também os limites impostos por uma história oficial que por vezes apaga, marginaliza e esquece. No quarto capítulo apresento, de fato, a jornada do personagem. Antes do processo de imigração, perpasso rapidamente pelas as origens, tentando investigar pontos de motivação para imigrar.

Ao final do trabalho, espero proporcionar uma contribuição para o campo dos estudos migratórios e da memória social, ao abordar as experiências migratórias através das memórias dos próprios sujeitos envolvidos. Além de um levantamento teórico, o estudo busca representar-se como um espaço de escuta aprofundada, onde histórias e trajetórias pessoais são analisadas em sua complexidade emocional, cultural e identitária. O objetivo é que a pesquisa ofereça uma compreensão humanizada dos processos de ruptura e reconstrução que marcam a imigração. Que seja um instrumento de reflexão sobre a complexidade dos processos migratórios. Uma leitura que transcenda as análises quantitativas e que consiga ilustrar as nuances e os desafios presentes no cotidiano do migrante. Que dialogue não só com o meio acadêmico, mas também com um público mais amplo, para uma compreensão mais profunda e engajada sobre a importância da preservação da memória nas trajetórias migratórias.

1 TRILHAR CAMINHOS: EXPLORANDO MÉTODOS E ABORDAGENS NA PESQUISA.

Aqui apresento a metodologia que irá nortear o estudo, traçando os procedimentos e técnicas utilizadas para melhor conduzir a pesquisa. Neste capítulo serão detalhados os métodos utilizados e as considerações éticas envolvidas pertinentes ao estudo. Me sirvo, a priori, do pensamento do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira e suas reflexões sobre a pesquisa de campo para iniciar. No livro: “O trabalho do antropólogo”, (1998) o autor destaca que o ver, ouvir, escrever são partes indissociáveis desse trabalho. A abordagem proposta por ele enfatiza a importância da observação direta, da escuta atenta e da escrita reflexiva na prática etnográfica. Ou, como ele assevera, são “três etapas — de apreensão dos fenômenos sociais. Capacidades de compreensão sociocultural que, a meu ver, são intrínsecas ao conhecimento nas ciências sociais” (Cardoso de Oliveira, 1998, p.18).

A abordagem proposta ressalta, então, a importância de o antropólogo mergulhar profundamente no campo de estudo, buscando compreender as complexidades da vida social e cultural por meio da imersão ativa e da participação efetiva. Cardoso de Oliveira nos diz que:

“esse esquema conceitual, disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico (daí o termo disciplina para as matérias que estudamos), funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração - se me é permitida a imagem. É certo que isso não é exclusivo do Olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos aqueles atos cognitivos [...]”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 16).

Em seguida, Cardoso de Oliveira propõe outro exercício nesse tripé: o Ouvir. A combinação entre o olhar e a escuta pode impulsionar o pesquisador em suas descobertas, ou até mesmo levantar mais questões. No entanto, nos alerta, é importante ressaltar que o ato de ouvir não deve ser considerado passivo por parte do entrevistador em uma pesquisa empírica. Enquanto o olhar e a escuta não são inseparáveis, pois ouvir não implica necessariamente em passividade, juntos, esses aspectos ampliam significativamente a compreensão de um fenômeno científico, melhorando assim a condução da pesquisa. Então reflete sobre:

Penso que esse questionamento começa com a pergunta sobre qual a natureza da relação entre entrevistador e entrevistado. [...] No ato de ouvir o "informante", o etnólogo exerce um "poder" extraordinário sobre o mesmo, ainda que ele pretenda se posicionar como sendo o observador mais neutro possível, como quer o objetivismo mais radical [...]. Faz com que os horizontes semânticos em confronto - o do pesquisador e o do nativo - se abram um ao outro, de maneira a transformar um tal "confronto" num verdadeiro "encontro etnográfico". Cria um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela "fusão de horizontes" [...], desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por

ele ser igualmente ouvido, encetando um diálogo teoricamente de "iguais", sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso [...]. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 21).

Nestes termos, diante da característica da pesquisa que proponho (ancorada na memória individual do interlocutor), a capacidade dessa interação dialógica, sem dúvida, proporciona uma vantagem significativa diante dos desafios, em contraste com o que poderíamos chamar metaforicamente de um "encontro etnográfico". Esse confronto é parte inevitável e desafiadora do processo de pesquisa de campo em antropologia, que requer habilidades de adaptação, empatia, respeito cultural e ética por parte do pesquisador.

O ato de ouvir, junto com a observação, surge como ferramentas ideais para enfrentar as dificuldades na busca por respostas. Em seguida, o processo de escrita, considerado por Cardoso de Oliveira como o estágio final e possivelmente o mais crítico para o pesquisador, ao demandar uma análise minuciosa para transcrever suas observações e conclusões.

Ainda sobre o processo de imersão no campo de pesquisa, outro aspecto do trabalho é apresentado por Luiz Roberto Cardoso de Oliveira em seu livro (2018), onde o autor nos fala sobre o que seria "O Ofício do Antropólogo: ou como desvendar evidências simbólicas". Nesse capítulo, Luiz Cardoso de Oliveira explora a conduta do fazer antropológico na interpretação das manifestações simbólicas encontradas em inúmeras culturas. Essas "evidências simbólicas" seriam, de maneira geral, a variedade de elementos culturais, tais como práticas de rituais, mitos, símbolos e vivência cotidiana que possuem significados enraizados e que fundamentam a identidade e cosmovisão de um povo. E situados nesses ambientes, os antropólogos utilizam inúmeros métodos qualitativos, como a observação participante e a análise de artefatos e entrevistas, para desvendar e compreender o contexto cultural e social em que esses símbolos são empregados.

Luís Roberto Cardoso de Oliveira nos aponta para o artigo "Uma descrição densa" da coletânea A interpretação das Culturas (Geertz, 1978) onde Geertz destaca a relevância da dimensão simbólica na ação e na cultura, explorando um exemplo extraído da obra do filósofo inglês Ryle, onde aborda as inúmeras possibilidades comunicativas que o ato de uma piscadela poderia gerar.

"...se do ponto de vista empírico-material sempre envolve uma contração de pálpebras, o contexto empírico-simbólico, igualmente constitutivo do fenômeno, permite interpretações diversas. Se, por um lado, a piscadela pode significar apenas uma contração involuntária das pálpebras do ator, por outro, é possível que ela também indique um convite à cumplicidade. Evidentemente, para distinguir entre os

dois tipos de evento, não é suficiente medir com exatidão a extensão da contração ou as características físicas do ato, enfocando de forma estrita a dimensão material do fenômeno. É necessário levar em conta o contexto social específico no qual ocorre a piscadela, atentando-se para a estrutura simbólica que lhe dá sentido, sem deixar de checar com os atores se estamos diante de um reflexo ou de um gesto adequadamente interpretado como um convite à cumplicidade. (Cardoso de Oliveira, 2018, p. 24, 25).

Portanto, faz-se necessário interpretar essas evidências considerando não apenas seus aspectos superficiais, mas também seus significados subjacentes e suas funções na sociedade em questão. É fundamental que os antropólogos abordem esse processo com boa sensibilidade cultural, reconhecendo que as interpretações dos símbolos podem variar entre diferentes grupos numa mesma cultura. Isso nos coloca em postura de abertura para compreender e respeitar as perspectivas dos nativos, evitando imposições ou interpretações preconceituosas.

Ao desvendar as evidências simbólicas, o entendimento da diversidade cultural seria enriquecido, além de promover o diálogo intercultural mais profundo e inclusivo. Isso possibilita apreciar a riqueza e a complexidade das diferentes formas de expressão humana, bem como a compreender as dinâmicas sociais e as estruturas de significado que moldam as sociedades nas quais o antropólogo está imerso. Após esse processo seria necessário, então, segundo Cardoso de Oliveira (2019), adotar uma postura interpretativa dos dados. A isso ele nomeia como a dimensão crítica da antropologia que implica em uma reflexão sobre o próprio papel do antropólogo na produção e na representação do conhecimento.

Nesse contexto, ainda que não se pudesse falar numa antropologia crítica em sentido estrito, as implicações do que estou chamando de “dilema constitutivo” da disciplina se manifestavam na percepção generalizada de que o empreendimento etnográfico não poderia chegar a bom termo sem que, no processo de pesquisa, o antropólogo fizesse um mínimo de crítica (ou ao menos relativizasse) às suas categorias nativas de entendimento. (Cardoso de Oliveira, 2019, p. 40).

Nesses termos o pesquisador não daria todas as cartas. Seria ilusório. Essa interação dialógica leva as partes envolvidas a uma compreensão mútua, onde o outro também é incentivado a nos compreender. Isso possibilita a ampliação no horizonte da pesquisa, incorporando, em certa medida, a perspectiva do outro, conceito conhecido como “fusão de horizontes”. No entanto, Luís Roberto Cardoso de Oliveira alerta que para o pesquisador não se desfaça de seus posicionamentos imensos no seu próprio horizonte, que seria, de última ordem, os da sua disciplina. Assim, haveria um diálogo intercultural profundo e não apenas uma troca de informações. Essa conexão seria caracterizada pela empatia e aprendizado mútuo. Os dois lados seriam beneficiados por essa interação: o pesquisador poderia obter uma compreensão mais completa e contextualizada da cultura pesquisada e os membros da

comunidade teriam a possibilidade de, a partir de uma nova perspectiva gerada dessa interação, refletirem sobre as suas práticas e valores.

Me instrumentalizar dessas premissas faz-se crucial para percepções sobre as experiências, identidades e significados culturais do interlocutor da pesquisa. Saber o que as motiva é necessário para me apropriar com profundidade sobre a complexidade da experiências do interlocutor. Isso permite uma abordagem mais completa e sensível para compreender e escrever sobre as histórias e experiências em suas múltiplas dimensões simbólicas com maior segurança.

Nesse estágio as informações são transformadas e organizadas, dando forma à construção do conhecimento. Também é nesse estágio que se faz necessário que o pesquisador se posicione e decida como essa escrita etnográfica será desenvolvida. Aqui eu me aproprio de algumas reflexões do antropólogo Clifford Geertz. No texto intitulado “estar aqui”, Geertz (2009) fala sobre a etnografia enquanto um estilo de escrita, fazendo um exame desta, enquanto tal. O antropólogo demonstra sua inquietação com a construção dos textos etnográficos. Para ele, o que realmente importa é o estudo das culturas e sociedades em si, em vez de se perder em detalhes sobre como os escrever ou teorizar sobre essas culturas.

A preocupação exagerada – que, na prática, costuma significar qualquer preocupação – com a maneira como são construídos os textos etnográficos parece constituir um ensimesmamento doentio, conducente à perda de tempo, na melhor das hipóteses, ou hipocondríaco, na pior delas. O que nos importa conhecer são os tikopianos e os talesis, e não as estratégias narrativas de Raymond Firth ou o aparato teórico de Meyer Fontes (GEERTZ, 2009, p.12).

Essa preocupação excessiva com a escrita poderia levar o antropólogo a perder de vista o objetivo principal de sua pesquisa: compreender e representar adequadamente uma cultura. Se ele ficar muito absorvido em questões de estilo, estrutura ou teoria, arrisca distorcer ou simplificar demais as experiências e práticas. Neste sentido algumas considerações são colocadas no texto: os argumentos contrários existentes frente a este exame; quais as peculiaridades da escrita etnográfica; a semelhança entre este estilo e o estilo de escrita literário; a diferença entre “autor” e “escritor” exemplificando esta diferenciação com alguns autores clássicos da antropologia. Geertz (2009) nos diz que o autor seria o sujeito dedicado à produção de teoria, ao ato de criar que implicaria em não apenas gerar ideias originais, mas também em estabelecer novos padrões de discurso e contribuir para o corpo de conhecimento em sua área de estudo. O autor é o formulador de conceitos originais e estruturas que influenciam e moldam o pensamento acadêmico. Por outro prisma, o escritor, enquanto concebe uma obra, pode trilhar por um discurso já estabelecido por outros autores

escolas de pensamento. Isso não significa, necessariamente, que a obra seja menos valiosa. Ela pode oferecer novas perspectivas sobre temas já explorados por outros autores, reinterpretando ideias existentes ou aplicando-as a novos contextos.

Portanto, a distinção entre autor e escritor não implicaria em uma hierarquia fixa de valor. Conforme observa Geertz (2009), um escritor pode, ao se basear no trabalho de um autor influente, colaborar significativamente as realizações deste último. Isso pode ocorrer por meio do acréscimo ou revisão das teorias existentes, da aplicação de novos métodos de análise ou da exploração de territórios de investigação inéditos que porventura o autor original não tenha considerado. Autores e escritores desempenham papéis cruciais na produção e avanço do conhecimento em suas respectivas áreas.

Essas premissas, aliadas ao conceito de etnobiografia (central na metodologia que irei utilizar na minha pesquisa) e ancorado, como já mencionado anteriormente, na memória individual serão instrumentos que utilizo para caminhar pela pesquisa sobre a trajetória de dois personagens que passaram pelo processo de imigração por alguns países do Platô das Guianas e Europa. Dada a característica da pesquisa, não farei uma etnografia no seu formato mais tradicional como pregam os autores clássicos da disciplina. Não estive, por motivos óbvios, presente na trajetória de imigração do meu interlocutor. Portanto, planejo conduzir o trabalho por meio de uma etnobiografia situada em suas memórias individuais. Entendo que essa linha metodológica requer algumas considerações. Quando proponho ancorar uma etnobiografia na memória, significa que me orientar por meio das lembranças e narrativas dos participantes, ao invés de depender de observações diretas ou registros documentais, como a liturgia etnográfica preconiza.

É necessário reconhecer que a memória pode ser falível e é, por natureza, subjetiva. As lembranças das pessoas podem ser influenciadas por uma variedade de fatores: emoções, perspectivas pessoais e até mesmo sugestões externas. Mas o que nos interessa em nossa jornada não é necessariamente a “verdade” desse caminho percorrido, mas as impressões dele retiradas pelo interlocutor. O olhar holístico que eles têm sobre o caminho de imigrantes em que se lançaram outrora. Ecléa Bosi (2013), ao trabalhar com memória social de velhos, nos indaga a respeito:

“Qual a versão de um fato é a verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade” (Bosi, 2013, p.65).

Este capítulo será, então, um esforço para articular esses conceitos que tendem a ser importantes fios condutores na construção do livro que irá narrar a experiência dos sujeitos. O livro cujo título é “Relatos Introspectivos: Uma expedição pessoal a agridoce memória da experiência de imigração” também será o artefato teórico resultante do trabalho de pesquisa.

1.1 Narrativas vivas: O fascínio da etnobiografia

Trago uma breve alusão a ideia desenvolvida por Luiz Henrique de Toledo (2012) sobre “memória outra” antes de abordar a etnobiografia. Nela (memória outra) o pesquisador contextualiza memórias pessoais e observações feitas em diferentes momentos e os trazem para o “presente” da escrita. Esse exercício faria com que o antropólogo avaliasse como memórias e observações pessoais, que não seriam primeiramente objetos de análise, podem ser integralizadas ao contexto analítico. O desafio aqui apresentado é como o pesquisador maneja a memória pessoal e a observação para descrever fenômenos que não eram originalmente identificados como objetos de pesquisa. Isso implicaria em um esforço para conferir significado e ordem a elementos que não foram sistematicamente catalogados ou considerados relevantes no início da pesquisa. Segundo o autor:

“A memória outra é um instrumento metodológico poderoso que permite reajustar a própria biografia e reposicioná-la no caminho da etnografia, reindexando acontecimentos passados, distantes ou muitos laterais em montes reconvertidos em dados, digamos, desorganizados, pelo encontro com os outros na memória” (Toledo, 2012, p. 4)

O que nos interessa, nessa linha, é que o autor ratifica a memória enquanto campo etnográfico plausível de incursões. Mas, ao contrário da “memória outra” em que a memória pessoal (do pesquisador) é colocada em destaque, utilizo a etnobiografia com o meu interesse voltado para o outro, suas memórias. Então, a etnobiografia emerge como um componente central de nossa abordagem metodológica. Essa forma de pesquisa qualitativa que combina o interesse interpretativo pela cultura e o interesse biográfico em experiências de vida pessoal. Portanto, elementos primordiais na pesquisa que cogito expor. A intenção é mergulhar nas histórias de vida dos participantes, na busca por compreender como suas experiências individuais foram moldadas e moldaram as dinâmicas culturais ao seu redor.

A abordagem crítica das noções de indivíduo e sociedade pela antropologia tem conduzido ao desenvolvimento de novos conceitos que buscam compreender as interações entre a razão cultural, a construção de personagens etnográficos e os sujeitos subjetivados. Ao invés de apenas retratar as culturas como entidades homogêneas, a perspectiva etnobiográfica

estima em seu seio a complexidade das experiências humanas e a diversidade das formas de ser e agir em diferentes contextos sociais.

No artigo Etnobiografia: Um esboço de um conceito, os autores esclarecem que:

O conceito de etnobiografia propõe, necessariamente, uma problematização dos conceitos-chave do pensamento sociológico clássico – como o individual e o coletivo, o sujeito e a cultura – ao abrir espaço para a individualidade ou a imaginação pessoal criativa. O indivíduo passa a ser pensado a partir de sua potência de individuação enquanto manifestação criativa, pois é justamente através dessa interpretação pessoal que as ideias culturais se precipitam e tem-se acesso à cultura. (Gonçalves; Marques; Cardoso, 2012, p.02).

A etnobiografia surge, então, como uma ferramenta metodológica e interpretativa sensível à complexidade dos sujeitos e de suas relações com o mundo. Ela procura captar, por meio da escuta e da imersão, as camadas simbólicas que constituem a experiência de vida de indivíduos situados social, cultural e historicamente. Nesse sentido, aproxima-se do gesto que o escritor e crítico literário inglês Sidney Lee descreve em *Principles of Biography*, ao afirmar que o historiador olha para a humanidade através de um binóculo; o biógrafo coloca homens individuais sob uma lupa. A etnobiografia propõe um olhar em aproximação, atento às singularidades, aos desvios, às vozes marginais e às subjetividades encarnadas. Contudo, esse “olhar com lupa” não implica uma visão isolada do indivíduo como entidade autônoma e abstrata. Ao contrário: trata-se de compreender como as pessoas se tornam quem são em relação às estruturas sociais, aos regimes de memória e às violências.

Aqui, pensamos nos mundos socioculturais como algo criado pelas próprias pessoas que vivem neles. Essas pessoas são influenciadas pelo contexto em que estão: elas moldam o mundo e são moldadas por ele. Assim, a realidade sociocultural é basicamente as histórias que contamos sobre ela, as narrativas que a representam. Nesse cenário, o indivíduo não seria só uma representação da sociedade na totalidade. Ao contrário, os autores enfatizam que os indivíduos conseguem criar significados de forma criativa e autônoma, que não são rigidamente determinados pela estrutura social ao qual estão imersos. Em vez disso, o texto destaca que a improvisação, a fala e a narração têm um papel fundamental nesse processo. Eles não são somente formas de comunicação neutras, mas sim atos de agência pura (agem de forma autônoma e criativa), ao criarem e adicionarem novos significados ao mundo e às experiências. Além disso, essa capacidade de narrar e dar sentido ao mundo não afeta apenas os personagens da narrativa, mas aqueles que constroem a narrativa, incluindo o antropólogo e os próprios participantes da pesquisa.

Neste agregar de novos significados, a narração é tida como simultaneamente constitutiva da experiência, do evento, do social e dos personagens-pessoas. É tomada para além de uma função representativa, evidenciando assim sua função poética de dar forma ao ‘real’. No lugar de tratar a narrativa como distinta de práticas sociais ‘concretas’, a etnobiografia recusa a separação entre discurso, linguagem e experiência, insistindo na qualidade produtiva do discurso. Da mesma forma, o conceito de etnobiografia afeta necessariamente não só o modo como tratamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas. Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico (Gonçalves; Marques; Cardoso, 2012, p.03).

Então, ao explorar experiências pessoais do interlocutor da pesquisa por meio da etnobiografia posso mergulhar profundamente em suas histórias de vida, extraindo uma visão detalhada e íntima de suas jornadas de imigração. Essa abordagem me auxilia não apenas no entendimento de eventos e circunstâncias externas que moldaram suas vidas, mas também os conflitos, desafios e emoções pessoais diversas que se depararam ao logo do caminho enquanto imigrante. Minha intenção é adentrar em narrativas detalhadas sobre suas motivações para imigrar, as circunstâncias que os levaram a deixar seu país de origem, as esperanças e expectativas que tinham em relação ao novo país e as realidades que encontraram ao chegar lá. Essas histórias pessoais me ajudam a compreender as complexidades das experiências de imigração, a adaptação a um novo ambiente cultural, a busca por emprego e moradia, e a construção de uma nova identidade em um contexto desconhecido.

Ao adotar uma abordagem etnobiográfica aspiro extrair uma perspectiva singular sobre sua trajetória, influenciada por uma série de fatores pessoais, familiares, sociais, econômicos e políticos. Portanto, ao contar suas histórias, tenho a intenção capturar um pouco dessa diversidade e complexidade, destacando as diferentes trajetórias de vida e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos imigrantes em resposta aos desafios que encontraram. Ainda dentro dessa abordagem quero explorar não apenas os aspectos mais tangíveis da experiência de imigração, mas também suas dimensões subjetivos e emocionais. Podemos examinar os sentimentos de saudade, perda, esperança, resiliência que permearem as narrativas. Essas narrativas não apenas nos ajudam a compreender melhor as experiências individuais dos imigrantes, mas também a reconhecer sua humanidade.

1.1.2 Objetos de estudo, personagem ou biografização do sujeito

No artigo “Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens”, Marco Antônio Gonçalves (2012) faz uma análise do biográfico e o social.

“Ao refletir sobre o rendimento das histórias de vida na antropologia, Langness (1965) constata que poucos antropólogos investiram na abordagem do biográfico como produção de conhecimento: as biografias ou histórias de vida foram tratadas como algo para ser explicado e não como algo que explica, por si só, os fatos culturais. E, sabedor da potência intelectual da dimensão biográfica, Langness (1981) procura cunhar o conceito de *personography* como possibilidade de realizar uma etnografia de uma pessoa. Oscar Lewis (1964), apostando na potência do vivido e do biográfico na produção de uma etnografia, descreve a vida de Pedro Martinez como possibilidade de se compreender os fatos culturais”. (Gonçalves, 2012, p. 19).

Portanto, para Gonçalves (2012) o sujeito começa a ser pensado a partir de sua capacidade de individuação enquanto manifestação criativa, pois é mediante uma interpretação pessoal de si próprio que surgem as ideias culturais e, com isso, temos acesso à cultura. Numa perspectiva cinematográfica, o cineasta argentino Jorge Prelorán introduziu o conceito de etnobiografia para descrever seus filmes sobre indivíduos marginalizados da cultura campesina argentina durante os anos 1960 (GONÇALVES, 2012). Segundo Gonçalves (2012), Prelorán (1987:9) enfatiza que a força de um filme etnográfico reside na abordagem individualizada das pessoas, apresentadas com nome, sobrenome, seus problemas pessoais e opiniões, permitindo uma identificação mais próxima, ao contrário de generalizações como 'comunidades', 'pessoas' ou 'sociedade'. Prelorán descreve as etnobiografias como encontros genuínos com pessoas reais, ao acreditar que essa abordagem possibilita uma compreensão mais profunda de suas vidas e filosofias. Este conceito, segundo MacDougall (1998:113), pode ser relacionado às 'estórias de vida'.

Ao dar voz a grupos marginalizados na sociedade Argentina, o trabalho de Prelorán vivia a contradição em relação aos princípios clássicos da antropologia no que diz respeito ao modo de conceber a produção do conhecimento. O cineasta aspirava produzir uma visão de dentro a partir da perspectiva de um indivíduo situado naquela sociedade, porém enquadrado, efetivamente, por uma perspectiva de alguém situado fora, a do cineasta (id. *ibid.*). Prelorán faz reflexão sobre seu método de trabalho e sua concepção de cinema que incide justamente sobre esta questão:

Embora os filmes sejam feitos do ponto de vista de um observador, na terceira pessoa – com câmera ‘invisível’, e a ação diante dela espontânea e desinibida – não tenho certeza se os filmes podem ser considerados etnobiográficos puros, ou se são subjetivos demais: testemunho de amizade, documentários calorosos sobre pessoas que cheguei a conhecer e respeitar (1987:14).

A inquietação do cineasta incide sobre se seus filmes podem ser considerados etnobiográficos em essência. Esse questionamento ocorre por compreender que suas próprias experiências e emoções em relação ao “objeto” estudado gerariam interferências na mensagem, tornando-o demasiado subjetivo. E isso interferiria numa apresentação de “visão

objetiva da realidade”, influenciando como os eventos são representados e interpretados.

Nesse sentido, o conceito de etnobiografia apresentado por Gonçalves (2012) seria:

“ etnobiografia é, antes de tudo, produto de uma relação e de suas implicações a partir da interação entre pessoas situadas em suas respectivas vidas e culturas, tendo como pano de fundo suas percepções sobre a alteridade. Etnobiografia pode ser conceituada, também, enquanto uma alteração, no sentido mesmo de uma concepção de experiência etnográfica formulada por Jean Rouch em que “o observador se modifica a si mesmo” e os observados “que com ele interagem igualmente se modificam a si mesmos” (Rouch, 2003:185). Deste modo, etnobiografia é produto e constructo de uma relação que altera percepções no processo mesmo de sua criação, não se reduz às alternativas do tipo ou/ou, isto é, ou a visão do nativo, ou a visão do antropólogo/cineasta. Etnobiografia parece ser, neste novo contexto, condição mesma de ultrapassagem desta dualidade quando não tem por objetivo procurar discernir quem é o produtor do conhecimento na antropologia (se o nativo ou antropólogo) ou de quem são as visões de mundo apresentadas no filme etnográfico”. (Gonçalves, 2012, p. 29).

E é nesse jogo imbricado de mútuo conhecimento que nasce a intenção de etnobiografar a vida de imigrantes. O historiador e biógrafo grego Plutarco (1999) definia-se como um retratista de almas:

“Exatamente como os pintores que, em seus retratos, procuram captar o rosto e os traços exteriores capazes de deixar transparecer o caráter, sem preocupar-se com outras partes do corpo, assim também deve ser concedido que procuremos sobretudo os sinais da alma e formemos desse modo um retrato natural da vida e dos costumes de cada um, deixando aos historiadores descrever guerras, batalhas e outras grandezas tais” (Plutarco, 1999, p.151)

1.2 Entrevista e o interlocutor do diálogo possível

Entendo que a característica da proposta de pesquisa requer, por natureza, a aplicação de entrevista e, igualmente natural, que está seja aberta. No livro “Entrevista: Um Diálogo Possível”, Cremilda Medina (1986) explora a entrevista como uma ferramenta essencial nas ciências sociais e destaca a importância da entrevista como uma forma de diálogo que permite a compreensão profunda das experiências e perspectivas dos participantes.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre

um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. Para além da troca de experiências, informações, juízos de valor, há uma ambição ousada que filósofos como Martin Buber já dimensionaram: o diálogo que atinge a interação humana criadora, ou seja, ambos os participantes do jogo da entrevista interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios. (Medina, p.08).

As características da minha profissão de jornalista fazem da entrevista uma ferramenta cotidiana. Mas longe de considerá-la trivial, a considero complexa, principalmente quando feita de maneira não estruturada, ou aberta. Diferente de outros métodos mais engessados, essa categoria de entrevista possibilita a capacidade de adaptar-se às necessidades e interesses do entrevistado, adequando perguntas as respostas dadas. Isso possibilita adentrar por tangentes não pensadas anteriormente e expostas pelo próprio interlocutor.

Essa abordagem gera tópicos flexíveis que considero particularmente úteis em estudos exploratórios, como o proposto nessa pesquisa, onde o descobrir, e não necessariamente confirmar hipóteses pré-estabelecidas, acaba por ser mais atraente. A liberdade de atuação do entrevistador possibilita a exploração de digressões que consideremos interessantes ou relevantes. As pistas deixadas pelo entrevistado que podem abrir novos caminhos de investigação. Isso faz com que essa abordagem dinâmica e responsiva enriqueça a coleta de dados e contribua para construção de uma relação de abertura e confiança entre as partes.

A categoria de entrevista aberta é, em geral, utilizada distintamente por pesquisadores e jornalistas. Para fins de pesquisa, o entrevistador está particularmente interessado em detalhes profundos e respostas extensas que sirvam para o entendimento acadêmico/científico. São perguntas estruturadas a partir de questões teóricas que buscam o exame de particularidades da temática estudada. A abordagem jornalística é mais direta, ágil e com finalidade de captar informações mais relevantes para a escrita de uma reportagem. O jornalista geralmente está em busca de respostas claras que ser serão expostas a um amplo público. No ofício jornalístico, embora não haja um roteiro (e o ideal é que não exista de fato), ainda assim há uma pauta pré-estabelecida.² E o jornalista, por motivos óbvios, não deve fugir a pauta. Na pesquisa a entrevista adquire um tom mais informal. Como dito anteriormente, na pesquisa a entrevista adapta-se ao entrevistado. Em alguns momentos pode gerar um aspecto de cumplicidade. Mas fato este está longe de passar uma ideia de

² Pauta no jornalismo é o assunto, a temática, a notícia que ainda não foi escrita, montada ou gravada, mas que vai virar reportagem. Desviar-se da pauta pode levar a uma reportagem desorganizada, dispersa e com a inclusão de informações desnecessárias ou incorretas, comprometendo tanto a qualidade quanto a credibilidade do trabalho. A pauta é geralmente discutida e aprovada por uma equipe editorial para assegurar que o conteúdo esteja em consonância com os objetivos e padrões éticos da publicação. Portanto, respeitar a pauta não só otimiza o uso do tempo e dos recursos, mas também preserva a integridade jornalística, fundamental para manter a confiança do público.

informalidade enquanto de fácil execução ou de requerer pouco habilidade do pesquisador.

Assim, o sociólogo e pesquisador Pierre Bourdieu experienciou o ato de entrevistar:

É suficiente ter feito uma única entrevista para saber a que ponto é difícil concentrar continuamente sua atenção no que está sendo dito (e não apenas nas palavras) e antecipar as perguntas capazes de se inscreverem “naturalmente” na continuidade da conversação seguindo uma espécie de “linha teórica”. (Bourdieu, 1998, p. 696)

A escuta ativa é enfatizada quando o sociólogo mostra a importância de concentração não apenas nas palavras, mas de fato no que se quer dizer. E esta escuta envolve muito mais do que entender o contexto e o subtexto. Envolve a percepção dos pormenores emocionais e culturais das respostas do entrevistado. Isso requer significativa empatia e capacidade de interpretação aguda por parte do pesquisador. Assim, seria possível captar boa parte do significado do que é comunicado, e que frequentemente pode ir além do literal. Outro ponto destacado é a habilidade de, a partir das respostas, formular perguntas que sigam uma “linha teórica” e preservar o fluxo do diálogo. Para Bourdieu (1998), o pesquisador deve estar atento às oportunidades de aprofundar as discussões ou explorar novos temas que surgem durante a conversa. Tudo conduzido no quadro teórico relevante e útil na pesquisa que desempenha. Assim, além de uma metodologia eficaz, a entrevista se destaca como uma atividade intelectualmente intensiva, imersiva e especializada.

1.3 A dimensão ética

A entrevista, enquanto método de investigação, está sujeita à ética nas relações humanas. Portanto, a ideia equivocada de que essa abordagem é inofensiva e isenta de riscos deve ser refutada. Alguns aspectos dessa interação entre entrevistador e entrevistado devem ser planejados. Considero que o pilar fundamental das práticas éticas em entrevistas seja o consentimento informado. Para tanto, o interlocutor que colaborou comigo foi previamente esclarecido quanto ao propósito da pesquisa, dos métodos a serem usados, da forma como os dados serão analisados e do produto que irá nascer desse estudo.

A proteção da identidade me foi solicitada por motivos que tentarei expor logo adiante. Assim, farei por entender o pedido como crucialmente ético. Para tanto, tomei as medidas necessárias para garantir que as informações pessoais fossem mantidas em sigilo e que a identidade do participante não fosse revelada sem sua autorização explícita. Para dar cabo da atividade, o uso de pseudônimo foi praticado, além do apagamento após análise de dados que sejam identificáveis, sem que isso traga prejuízos à pesquisa.

Entendo que me valer do uso ético de entrevistas para fins de pesquisa não se trata de um ato meramente formal, legal ou ainda burocraticamente exigido enquanto norma.

institucional, mas um fundamento para a própria integridade da pesquisa acadêmica e das relações humanas. Adotar esse comportamento ético fortalece a validade dos dados obtidos, protege o interlocutor de efeitos danosos e possibilita maior confiança pública nos estudos.

O estudo que desenvolvo reflete sobre o processo de imigração a partir da perspectiva do sujeito imerso na jornada. É por meio de suas narrativas, das interpretações sobre as próprias experiências que me propus a desvendar essas histórias, capturando o processo individual dos colaboradores. Essas vivências, no entanto, nem sempre são permeadas apenas de situações plausíveis do ponto de vista social. E esse receio de julgamento público fez com que houvesse um pedido de sigilo. Longe de ser uma hagiografia, o interlocutor quer mostrar sua estória com todas as falhas que cometeu.

Por se tratar de um colaborador de atividade acadêmica, me indaguei se uma pesquisa desenvolvida com um sujeito anônimo seria aceita. Se porventura o corpo acadêmico ao qual o trabalho será submetido imaginasse que o colaborador não fosse um sujeito de fato, mas uma mera expressão fictícia do meu desejo de apresentar um produto. Esse anonimato em pesquisa me remeteu à ética no sigilo de fontes no jornalismo, minha formação. O sigilo da fonte está previsto no art. 5º, inciso XIV, in fine, da Constituição Federal brasileira. Se um fato chegou ao profissional de imprensa, por meio de fonte, e após checagem é verificado que se trata de notícia verdadeira e de interesse público, é esperada divulgação da informação. Também está expresso na Constituição que o jornalista não é obrigado a revelar a sua fonte, ainda que o material entregue seja objeto de um crime, por exemplo. Então, a responsabilidade pela veracidade do que vier a público passa a ser do jornalista.

Mas acontece que o sigilo da fonte no jornalismo não é aplicável ao sigilo da fonte de pesquisa científica. Não trabalhei com notícia e nem apurei se o que me foi dito pelo colaborador é necessariamente verídico. A veracidade não é exatamente o que moveu a pesquisa, mas a memória individual que se tem do processo. Como não existe uma regra acadêmica única e universal sobre esse tipo de pesquisa, me propus seguir os princípios éticos fundamentais ao conduzir o trabalho, independentemente de ser com interlocutor anônimo ou não. Manter a identidade do colaborador da pesquisa em sigilo visou protegê-lo de qualquer estigma social, discriminação ou consequências adversas relacionadas à divulgação de informações pessoais durante a sua trajetória enquanto imigrante.

Assim, honrei a confiança e me comprometi em manter a identidade conforme o desejo do colaborador. Para isso, me autovigiei ao abordar a história. Muitos detalhes expostos poderiam comprometer a própria anonimidade que se buscou.

1.4 O peso da memória no método

Antes de avançar para os aspectos da memória ligados à experiência social e subjetiva, é importante recuperar algumas formulações iniciais que ajudaram a construir as bases do que hoje se entende por memória humana. Ao abordar os experimentos de pioneiros em estudos sobre memória, busco apresentar como a memória foi, desde cedo, pensada em termos de duração, retenção e acesso. As distinções propostas entre memórias de curta e longa duração, ainda que situadas em um contexto mais voltado à psicologia, oferecem chaves importantes para pensar o modo como certas lembranças se mantêm vívidas e outras se apagam com o tempo. Essa diferenciação nos ajuda a delimitar a natureza de memória que melhor se alinha às abordagens desta investigação.

A compreensão da memória humana passou por transformações significativas desde os estudos de Hermann Ebbinghaus (1885) no século XIX. Utilizando-se como o próprio sujeito experimental de sua pesquisa, Ebbinghaus investigou os processos de memorização e esquecimento, e implementou conceitos fundamentais que moldaram a chamada psicologia cognitiva. Ebbinghaus demonstrou que as memórias não possuem uma duração uniforme. Algumas informações são rapidamente esquecidas, enquanto outras permanecem acessíveis por períodos mais longos.

Posteriormente, William James (1890), filósofo e psicólogo americano, expandiu essas descobertas ao distinguir qualitativamente entre dois tipos de memória: a primária e a secundária. A memória primária, correspondente à memória de curto prazo e refere-se às informações mantidas temporariamente na consciência, funcionando como uma extensão do presente imediato. Já a memória secundária, ou de longo prazo, armazena informações de forma mais duradoura, acessíveis somente mediante evocação consciente do passado.

Essa distinção entre memórias de curta e longa duração revelou-se crucial para a compreensão dos mecanismos de armazenamento e recuperação de informações. Ela permitiu o desenvolvimento de modelos mais complexos da memória, incorporando fatores como a consolidação, a interferência e a recuperação. Assim, os trabalhos de Ebbinghaus (1885) e James (1890) estabeleceram as bases para a compreensão moderna da memória, destacando a importância da temporalidade e da estruturação qualitativa das experiências mnêmicas. Suas contribuições continuam a influenciar pesquisas contemporâneas, evidenciando a complexidade e a centralidade da memória na experiência humana.

Para este trabalho, optei pela abordagem da memória de longa duração. Justifico a

escolha pela necessidade de compreender as experiências humanas em sua profundidade temporal e complexidade estrutural. A memória, ou o estudo da memória, tem sua natureza firmada na subjetividade. Isso a qualifica, portanto, como método qualitativo. A investigação ocorre no campo da experiência humana e contexto social ao qual quem recorda está, ou estava, inserido. Ao dar este enfoque considero o conjunto de significados e emoções do interlocutor do trabalho de pesquisa. Considero, ainda, que o depoimento dos sujeitos envolvidos é um trabalho por si só: o esforço de vasculhar nas gavetas das lembranças fragmentos e uni-los para formar uma memória. Gavetas essas nem sempre fáceis de serem reabertas.

A memória atua como um local onde eventos únicos e especiais são preservados e exibidos. Candau (2011) diz que as nossas memórias organizam nossa história de vida ou a história de um grupo, destacando os momentos mais significativos e dando estrutura ao nosso entendimento dessa história.

“Cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo nível de avocabilidade ou de memorabilidade. Eles são apresentados como marcos de uma trajetória individual ou coletiva que encontra sua lógica e sua coerência nessa demarcação”. (CANDAU, 2011, p. 99).

Alguns eventos são mais fáceis de lembrar ou são mais frequentemente lembrados do que outros, devido ao seu impacto emocional, importância pessoal, ou outras características distintas. Ecléa Bosi em “O Tempo Vivo da Memória” (2013) instrui jovens pesquisadores de que “a fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso latente, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis” (2003, p. 65). Ecléa também adverte que na pesquisa, em se tratando de memória social, devemos ser hamletianos, desconfiados dos discursos desenvolvidos, sem lastro. Que devemos sempre buscar o que continua inexpresso e o que hesita em ser capturado pela interpretação. Esses elementos dialogam diretamente com a minha proposta de pesquisa, onde a abordagem da memória, por meio do discurso, será fundamental.

Ecléa Bosi, em sua obra “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos” (1994), destaca que a memória é um fenômeno intrinsecamente individual, uma esfera relativamente íntima que pertence às pessoas. Elas guardam em seu âmago o passado, o qual ressurgue na consciência por meio de imagens lembradas, bem como em devaneios e sonhos em sua forma mais pura.

Já em Memória Coletiva (2017), Maurice Halbwachs, contrapõe a interpretação de que memória seria um fenômeno apenas individual, mas um fenômeno coletivo que influencia as lembranças dos indivíduos. Halbwachs argumenta que as memórias individuais são moldadas pelos contextos sociais e pelos grupos aos quais pertencemos. Ele sugere que, para lembrar,

precisamos de quadros sociais de referência fornecidos pelas nossas interações com outros membros da sociedade. Esta perspectiva destaca como a memória é um processo socialmente mediado, onde os grupos determinam o que deve ser lembrado ou esquecido.

A memória dos indivíduos, conforme comenta Halbwachs, não é determinada apenas pela sua subjetividade ou estado mental, mas está profundamente enraizada em suas relações com a família, a classe social, a Igreja e a profissão. Esses vínculos sociais não apenas incentivam, mas muitas vezes compelem o indivíduo a recordar. Nesse debate de ideias, Bosi ressalta que “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. “Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. (1994. p.411).

A memória para Halbwachs, segundo Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual ... e que, às vezes, [é] estilizada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. (Bosi, 1994, p. 55).

Portanto, utilizar a memória enquanto método pode nos revelar processos de adaptação e resiliência, dinâmicas de identidade e integração, e enriquece a compreensão histórica por meio de narrativas pessoais. Me apreso em informar que uma, duas ou dez histórias de vidas não dariam conta, por si só, de explicar o fenômeno de imigração no norte da América do Sul. E essa não é a intenção. Por mais vividos e completos que os depoimentos possam ser, não conseguiriam, individualmente, explicar estruturas e transformações do fenômeno social na totalidade. O que se pretende é capturar fragmento do processo pela ótica particular do interlocutor. Bosi (2003) ao analisar a história oral diz que “feliz o pesquisador que pode se amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época”.

1.5 O pseudônimo João

A jornada que será apresentada neste trabalho é a de ³ João Rodrigues (nome fictício). João saiu da cidade de Oiapoque com destino ao Suriname movido pela necessidade e esperança de prosperidade financeira. Avaliava que conseguiria ganhos mais substanciais ao receber em moeda estrangeira. Como a maioria das pessoas que fazem a rota de imigração, a ideia era trabalhar no país estrangeiro e enviar dividendos para a cidade de origem com a perspectiva de aquisição de bens.

³ Alusão a Juan Rodriguez, considerado o primeiro imigrante a residir onde hoje fica a atual cidade de Nova York.

A jornada de João Rodrigues envolveu imigração por alguns países (Guiana Francesa e Suriname, especificamente), trabalhos diversos em casas de prostituição e garimpos. Em dado momento culminou com uma viagem aos Países Baixos, na região da Holanda, onde acabou preso por tráfico internacional de drogas. O fato de estar disposto a relatar sua estória sem reservas, explicitando atos lícitos ou não, moralmente aceitos ou não, foi determinante para a escolha do interlocutor.

João confidenciou que nunca contou a sua família (ou qualquer outra pessoa) a trajetória de imigração como ocorreu de fato. “Poucas pessoas conhecem a história que vou te contar. Não me orgulho nem um pouco dela, mas foi necessário vivê-la. Fazer o que fiz”. João me fez essa advertência logo após o primeiro contato quando fez um brevíssimo resumo do que passou em território estrangeiro. Penso que estudar a vida de dele, que atravessou essas adversidades extremas, proporciona uma janela única para entender a interseção entre marginalidade, ilegalidade e sobrevivência no contexto migratório. Vai nos permitir desembaraçar um pouco os complexos fios entre suas escolhas e circunstâncias.

1.6 O campo

Minha inserção no campo ocorreu ainda no primeiro semestre do curso em viagem a cidade de Oiapoque, ocorrida entre os dias 7 a 9 de abril de 2023, como prática da disciplina de Metodologia Científica. A atividade possibilitou aos alunos a observação in loco dos aspectos socioeconômicos, ambientais e administrativos que envolvem as cidades de fronteira, correlacionando-os com as temáticas que compõem cada um dos projetos de pesquisa em andamento na disciplina.

Oiapoque não é uma novidade para mim. Por várias vezes, outrora, tive a oportunidade de estar no município. Na maioria delas por força de ofício. Embora mais pavimentada desde a primeira vez que me desloquei até lá, a viagem ainda é custosa. O tempo total de viagem foi de 8h15 para vencer 482 km de estrada pavimentada e 110 km de terra batida, em um itinerário absoluto de 592 km pelo trecho norte da BR 156 entre Macapá a Oiapoque. Situado no extremo norte do Amapá, a população corresponde a um município de pequeno porte com

27.482 habitantes e densidade demográfica de 1,19 hab/km², segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Oiapoque ainda se caracteriza como o município amapaense com maior presença de povos indígenas. Lá habitam os povos Karipuna, Galibi Kali’na, Galibi Marworno e Palikur, que somados são 8.088 indivíduos (Censo 2022).

Ao chegar encontramos uma cidade pacata, com pouca movimentação de pessoas e mercadorias. Evento atípico na cidade de Oiapoque, mas facilmente entendido dada a data em que chegamos, Sexta-Feira Santa, feriado cristão que antecede a Páscoa. No dia seguinte me dispersei da comitiva e, com auxílio de um dos integrantes da turma da pós, que reside em Oiapoque, fui ao encontro de possíveis colaboradores para a pesquisa. Entre conversas, conheci a história de uma das pessoas que colaboraria com o trabalho e, antes de retornar com a turma, já havia definido o interlocutor da pesquisa. Após receber e aceitar o convite para participar da pesquisa, vários contatos via WhatsApp foram feitos com o intuito de estabelecermos um cronograma para encontros presenciais.

1.7 Compilando conhecimento: o início da jornada

“Poucas pessoas conhecem a história que vou te contar. Não me orgulho nem um pouco dela, mas foi necessário vivê-la. Fazer o que fiz”. Recebi essa advertência assim que tive o primeiro contato com uma das pessoas que seria meu interlocutor na pesquisa da pós-graduação. Em conversa prévia, ainda no primeiro semestre do curso, durante a viagem com a turma, o colaborador adiantou-me que a sua jornada envolve imigração por alguns países (Guiana Francesa e Suriname, especificamente), trabalhos diversos em casas de prostituição e garimpos. Em dado momento culminou com uma viagem aos Países Baixos, na região da Holanda, onde acabou preso por tráfico internacional de drogas. Diante do exposto, solicitou que sua história de imigração fosse contada, mas que seu nome fosse omitido. Aceitei prontamente seu pedido.

Dado o teor “delicado” do assunto que seria tratado, concordamos que as reuniões deveriam ocorrer necessariamente em “território neutro”: longe de sua casa e família, e que também não fosse familiar a mim. Decidimos que estar mergulhado na atmosfera familiar não seria o ideal. Imagino que se assim fosse o comportamento e atitudes seriam “contaminados” no momento do relato. Seriam menos espontâneos, inibidos ou houvesse omissões. Pus-me a disposição para que meu interlocutor ficasse à vontade para definir, quando possível, o melhor dia, horário e local que achasse confortável para os encontros. Penso ser justo e coerente que a pesquisa seja adequada ao pesquisado.

O estilo narrativo que cogito adotar na escrita, de história de vida e memória, me levou a optar pela exploração aberta. Isso dará ao recordador a liberdade de enfrentar e compor, à sua vontade, os momentos de seu passado. Possibilita, penso eu, a evolução do sujeito no tempo. Após muitas marcações e cancelamentos por motivos diversos, finalmente

nos encontramos pela primeira vez numa terça-feira, 12 de setembro de 2023. Recebi um WhatsApp por volta das 10h. Na mensagem fui indagado se eu poderia encontrá-lo naquela manhã, pois finalmente havia um tempo para a reunião. Respondi estar em uma aula na Universidade, mas que pediria licença e iria ao seu encontro. Então me avisou que iria resolver algo em um lugar, mas que com o passar de mais 1 hora me encontraria na Unifap, estava relativamente perto. Concordei e o aguardei após a aula.

Nos encontramos por volta das 11h20 daquele dia e seguimos para a área da cantina, no espaço onde ficam localizadas algumas salas de centros acadêmicos. O ambiente estava relativamente vazio. Já era próximo do horário do almoço e boa parte dos estudantes se dirigia ao restaurante universitário. Então, no corredor naquele bloco de salas, debaixo de uma árvore, sentou-se à minha frente após se servir de um generoso copo de café puro que comprou de um senhor que em um tabuleiro vende, além do café, toda a sorte de doces e cigarros.

Comecei a gravação e repousei o celular no braço da carteira que eu estava sentado (aquelas comumente utilizadas em salas de aula). O fiz para deixá-lo mais à vontade, sem segurar o aparelho no ar em direção a sua boca, o que poderia gerar um certo desconforto e um aspecto de “inquisição jornalística”, talvez. Iniciamos a conversa. Ele perguntou, por onde deveria começar. Disse a ele que por onde desejasse. Então fez uma breve introdução sobre o lugar que nasceu, a sua estrutura familiar e uns percalços que o fizeram chegar ao município de Oiapoque. Nosso primeiro diálogo durou cerca de 1h.

O segundo encontro ocorreu no dia 6 de novembro de 2023, quase dois meses após o primeiro. Novamente a indisponibilidade do interlocutor foi determinante para o hiato. Eu sugeri que nos encontrássemos no lugar chamado de Praça do Coco e. ele. No horário quase não há movimento de consumidores no local. Ofereci uma água de coco ou abacaxi servidos no local. Agradeceu e optou pelo segundo. Pediu desculpas por atrasar e tão logo os cubos de abacaxi chegaram, iniciamos o trabalho. Procedi da mesma forma que no primeiro encontro. Celular sobre a mesa, alcancei o caderno de anotações e lembrei-o de onde havíamos parado. Retomada a conversa, interferei muito pouco no relato. O suficiente apenas para tirar alguma dúvida sobre expressões ou entender a lógica de determinados caminhos que a estória estava tomando.

Ele aparentava estar bastante relaxado e amistoso no segundo encontro. Usou a proximidade do Rio Amazonas para comparar locais com o que estávamos a fim de me fazer

ter uma imagem mental dos lugares que percorreu na sua jornada de imigração. Sorriu algumas vezes rememorando a sua vida naquele tempo. Terminado a entrevista. Após mais alguns minutos de conversa sobre amenidades, nos separamos com a promessa que o terceiro encontro não tardaria a acontecer.

No último dia 22 de novembro, dezesseis dias após, ocorreu o terceiro encontro. Dessa vez o shopping localizado na frente da UNIFAP foi o ambiente escolhido. O encontrei após uma aula da pós-graduação. Eu sugeri o local diante do forte calor na cidade no horário, por volta das 12h. Motivo este que também foi determinante para que ele aceitasse a sugestão. Foi um erro. Dessa vez estávamos na praça de alimentação de um shopping em horário de almoço. Muitas pessoas ao redor. Muitos olhares se entrelaçando e a possibilidade sempre presente de alguém da família também estivesse no mesmo ambiente. Ainda assim, iniciamos a conversa com o protocolo de costume: lembrei-o de onde havíamos parado e o celular a postos. O desconforto com o local ficou aparente no relato. Atravessou suas memórias com fatos posteriores postos em momentos antes do tempo em que haviam ocorrido. Isso fez com que o interlocutor fizesse alguns pedidos para interromper a conversa e pausar o aparelho celular. Se recompunha e se explicava a fim de reencaixar os acontecimentos em ordem cronológica novamente. Mesmo com o percalço que gerou uma narrativa fragmentada, vencemos nossa 1ª protocolar.

Pedi desculpas pela escolha equivocada e nos separamos com a promessa de que sejam realizados encontros semanais. Por motivos pessoais do interlocutor, a ideia de trabalharmos semanalmente não vingou. Houve um intervalo muito grande entre as escutas e cheguei a pensar que talvez não fosse possível concluir o trabalho. Seguimos com conversas por aplicativo, mas essas não eram para dar continuidade, apenas para tentar agendar encontros. Em determinados períodos ficamos semanas, mais de um mês, em silêncio. Ocorrências de ordem familiar o impediram de retomar o compromisso com brevidade. Após as intercorrências inerentes à vivência humana, reiniciamos o contato, dessa vez sem estipular intervalos para novas conversas. Ao todo foram cerca de 15 reuniões, em pouco menos de 2 anos. Algumas breves, outras com pouco mais de tempo. Uma parte do relato está gravada, outras foram registradas em anotações e a junção do que foi considerado importante para compor a dissertação está disposta no último capítulo do trabalho que apresento.

2 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

Neste capítulo, discutiremos os conceitos fundamentais de memória e esquecimento e sua relação com as experiências migratórias. Para tanto, mobilizaremos os trabalhos de Maurice Halbwachs (2017), Paul Ricoeur (2007), Joël Candau (2011) e Michael Pollak (1989) a fim de compreender como a memória coletiva, as ⁴memórias subterrâneas e os silenciamentos estruturais moldam a identidade dos sujeitos migrantes.

A noção de “memória” tem sido explorada por diversos pensadores sob múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas. Seu entendimento transita com frequência entre a esfera neurofisiológica (IZQUIERDO, 2018), diferentes abordagens psicanalíticas (LACAN, 1986) e sua manifestação enquanto fenômeno social, tanto individual quanto coletivo (HALBWACHS 2017, CANDAU 2011, POLLAK 1989). Para fins dessa dissertação, me interessa esta última perspectiva. Nesse sentido, a memória assume um viés mais complexo, indo além de um simples repositório de informações ou um ato biológico. É, também, uma construção coletiva, histórica e cultural, que se revela de forma dinâmica e influência diretamente a maneira como indivíduos e sociedades atribuem significados e constroem narrativas sobre o passado.

Joël Candau (2011) argumenta que diversos estudos sobre memória, indicam que a capacidade de recordar ou reconhecer eventos está mais fortemente ligada a experiências incorporadas à trajetória individual. Esse fenômeno se manifesta de maneira ainda mais evidente na memória episódica, caracterizada por sua profunda marca pessoal e subjetiva. “De uma maneira geral, a memória se implanta essencialmente em um tempo privado, íntimo,” (Candau, 2011, p. 91).

“O ato narrativo não se atém a um tempo abstrato expresso em divisões por dia, mês e ano; ele se estrutura e torno de indicadores temporais centrados sobre o narrador, quer se trate de contar o tempo a partir do momento no qual os fatos são produzidos ou tomar como referência os acontecimentos advindos da experiência pessoal”. (Candau, 2011, p. 92).

Ao abordar a memória sob o viés antropológico, Candau estabelece uma classificação de valores da dimensão individual da memória em três níveis, que apresento resumidamente:

1) memória de baixo nível ou protomemória, composta pelo saber e pela experiência mais profundos e mais compartilhados pelos membros de uma sociedade e que se inserem na

⁴ Michel Pollak criou, nos anos 1980, a ideia de “memórias subterrâneas” ao estudar a relação entre lembrar e esquecer. Com isso, ele chamou atenção para relatos do passado que são deixados de lado ou abafados pela memória oficial. Essas memórias mostram como as vivências individuais podem ser complexas e como um mesmo fato histórico pode ser visto de maneiras muito diferentes.

categoria de memória procedimental, socialmente compartilhada e fruto das primeiras socializações; 2) memória de alto nível ou memória de lembranças (ou de reconhecimento), que incorpora vivências, saberes, crenças, sentimentos e sensações, podendo contar com extensões artificiais ou suportes de memória; 3) a metamemória, ou seja, tanto a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quanto aquilo que fala sobre ela, em uma dinâmica de ligação entre o indivíduo e seu passado, como uma memória reivindicada. (CANDAU, 2011).

Então, segundo essa classificação, protomemória e a memória propriamente dita são capacidades individuais, dizem respeito apenas ao sujeito e não podem ser divididas com os outros. Já a terceira forma, a metamemória, é aquela que permite o compartilhamento, pois reúne representações que podem ser coletivamente acessadas e reconhecidas como parte de uma memória comum. Conforme a divisão proposta por Candau, podemos relacionar a narrativa da trajetória de João Rodrigues com o conceito de metamemória

“A metamemória, que é, por outro lado, a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, as dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo e seu passado e igualmente, como observa Michael Lamek e Paul Antze, a construção explícita da identidade. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva”. (Candau, 2011, p. 23).

Desde cedo, o personagem internalizou práticas de sobrevivência e trabalho árduo, como a rotina de auxiliar sua mãe na venda de café na estação ferroviária e posteriormente o trabalho na padaria da tia. Essas atividades não apenas asseguraram a subsistência familiar, mas moldaram um repertório de comportamentos e estratégias de adaptação que ele levaria consigo ao longo de sua trajetória migratória.

O percurso de João por distintas ocupações (camelô, padeiro, professor, garimpeiro) ao longo do tempo, pode estar relacionado a processos de memória menos evidentes, que, mesmo não completamente conscientes, parecem contribuir para como ele interpreta sua trajetória, toma decisões e se adapta às exigências do contexto. Ele não reproduz padrões internalizados na infância somente, mas também os ressignifica em novos contextos, utilizando a memória para enfrentar desafios migratórios e se reinventar constantemente.

Em determinadas passagens a memória não aparece como narrativa, mas como vivência que impacta em sua trajetória. Dessa forma, o percurso narrado parece corroborar os processos envolvidos naquilo que o Candau (2011) classificou de memória de baixo nível, operando como um alicerce identitário, estruturando hábitos e práticas que garantem a sobrevivência dele mesmo em situações adversas. Esse caráter não narrativo da memória, perceptível em certos momentos do relato, revela experiências que se manifestam mais pelo

agir que pelo discurso elaborado, o que reforça a importância da memória de baixo nível na constituição da identidade do migrante. Essas experiências, embora difíceis de serem plenamente verbalizadas, moldam ações cotidianas e práticas de adaptação de João. No entanto, mesmo essas memórias mais corporais e incorporadas não se desenvolvem isoladamente. Elas se entrelaçam com os vínculos coletivos, com os quais compartilham sentidos e referências culturais. O que reafirma a tese de que a memória socialmente compartilhada se manifesta de maneira profunda nas dinâmicas da mobilidade humana.

É nesse ponto que se insere a contribuição do sociólogo Maurice Halbwachs (2006) que trouxe, no início do século XX, uma mudança paradigmática na compreensão da memória. Até então, prevalecia a noção de que a recordação era um processo estritamente individual, guiado por mecanismos biológicos. Halbwachs, no entanto, desafiou essa visão ao demonstrar que a memória é profundamente influenciada pelo contexto social, evidenciando a interdependência entre as lembranças pessoais e as construções coletivas. Seu trabalho revelou que a evocação do passado não ocorre isoladamente, mas em quadros sociais que orientam e moldam aquilo que é lembrado.

Halbwachs (2006) argumenta que ao relembrarmos um evento, acionamos nossa memória, e a percepção imediata desse processo é a de que essas recordações são exclusivamente nossas — fruto de nossas experiências, captadas por nossa própria observação e destinadas a desaparecer conosco. No entanto, é essencial reconhecer que grande parte do que recordamos está intrinsecamente ligada a vivências compartilhadas. Seja no convívio familiar, no ambiente profissional ou escolar, ou até mesmo no âmbito mais amplo de uma comunidade, cidade ou nação, nossas lembranças são tecidas em redes sociais que influenciam e moldam o que preservamos do passado.

“É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos da nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social” (Halbwachs, 2006, p. 43).

Assim, seguindo a perspectiva de Halbwachs, pode-se afirmar que a memória individual nada mais é do que um recorte subjetivo da memória coletiva. Se muitas de nossas recordações emergem de experiências compartilhadas, ainda restam aquelas vivências aparentemente solitárias. Mas será que mesmo esses momentos estritamente pessoais estão isentos da influência do coletivo? A interconexão entre indivíduo e sociedade sugere que, ainda que determinadas experiências pareçam isoladas, elas são atravessadas por referências culturais, normas sociais e significados construídos coletivamente.

O ser humano, portanto, não é um ser independente. É, antes, interdependente. Todo

indivíduo é, em grande medida, fruto das interações sociais que vivenciou ao longo da vida. Além disso, a memória pessoal não se forma isoladamente, mas se ancora em múltiplos referenciais — sons, paisagens, emoções, objetos e espaços — que coexistem no imaginário coletivo. Dessa forma, não há lembranças que sejam absolutamente isoladas do social, pois mesmo aquilo que recordamos em completa solidão já foi filtrado por quadros de referência coletivos. Ainda que possamos reviver um momento de maneira única e subjetiva, a linguagem e as categorias que usamos para pensar sobre ele são sempre mediadas pelo nosso pertencimento a um grupo (Halbwachs, 2006).

Para Halbwachs, só temos capacidade de lembrar quando assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos e nos situamos em uma ou mais correntes do pensamento coletivo:

“Assim, quanto mais tarde reencontramos os membros daquele grupo que a esta altura se tornou estranho para nós, por mais que nos enforcemos por estar entre essas pessoas, não conseguiremos reconstituir com elas o grupo antigo. É como se tomássemos uma estrada que percorremos outrora, mas de viés, como se examinássemos de um ponto de onde jamais a havíamos visto”. (HALBWACHS, 2006, p.36 - 37)

“Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice - versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo”. (idem, p. 39)

As aplicações das reflexões de Halbwachs podem ser analisadas sob a ótica das narrativas de João. Ainda que alguns momentos do relato pareçam intimistas, e sejam fruto da experiência individual e concreta dele, como o medo ao atravessar fronteiras ou a decisão de imigrar, os eventos narrados adquirem sentido justamente porque ele os relaciona a uma estrutura de significados sociais, que necessariamente é coletiva. Ele compreende o perigo da imigração clandestina, por exemplo, porque há um saber coletivo sobre isso, passado por outros migrantes. A memória de João, portanto, não é apenas um registro pessoal, mas um testemunho de uma experiência socialmente compartilhada, onde o individual e o coletivo se entrelaçam.

2.1 A memória em disputa: Entre o oficial e o subterrâneo

A memória é, segundo Pollak (1989), um campo de batalha simbólico, no qual diferentes grupos disputam a legitimação de suas narrativas. Ele aponta que a história oficial silencia frequentemente as memórias dos vencidos, dos oprimidos e das minorias. Um exemplo significativo disso é uma pesquisa de história oral conduzida na Alemanha com sobreviventes homossexuais dos campos de concentração revelou, contundentemente, o pacto de silêncio que se seguiu ao fim da guerra ⁵. Muitos temiam que a exposição dos motivos de

⁵ R. Lautmann, *Der Zwang zur Tugend*, Frankfurt, Suhrkamp, 1984, p. 156 e seg.

sua prisão resultasse em perseguições renovadas, perda de emprego ou até mesmo a rescisão de contratos de aluguel.

“Compreende-se por que certas vítimas da máquina de repressão do Estado-SS - os criminosos, as prostitutas, os "associais", os vagabundos, os ciganos e os homossexuais - tenham sido conscienciosamente evitadas na maioria das "memórias enquadradas" e não tenham praticamente tido voz na historiografia. Pelo fato de a repressão de que são objeto ser aceita há muito tempo, a história oficial evitou também durante muito tempo submeter a intensificação assassina de sua repressão sob o nazismo a uma análise científica”. (Pollak, 1989, p.10 - 11).

Essas são o que Pollak chama de memórias subterrâneas, aquelas que se desenvolvem fora das estruturas oficiais, sendo preservadas em redes informais, como famílias, amigos próximos, associações de vítimas ou grupos de dissidência política. Essas memórias podem ressurgir em momentos de crise, desafiando a hegemonia da memória oficial e impulsionando reconfigurações políticas e sociais.

Nos aguça a perceber a outra história, a que está presente no campo das particularidades, das individualidades. Pollak sugere que, quando essas memórias subterrâneas emergem, elas frequentemente provocam debates públicos e mudanças na historiografia. Essa noção é fundamental para entender a experiência dos migrantes ilegais no Platô das Guianas e na Europa. O processo de marginalização desses grupos frequentemente resulta na construção de narrativas paralelas, transmitidas oralmente na comunidade, que desafiam as versões dominantes da história nacional. Essas narrativas revelam os impactos reais da exclusão, do racismo, da precarização do trabalho e da violência institucional que marcam a trajetória desses migrantes. Além disso, permitem compreender como esses sujeitos constroem sentidos para suas vidas, alimentam esperanças e reafirmam sua dignidade frente a sistemas que, por vezes, os desumanizam.

2.1.1 Silenciamento estrutural

Muitas dessas experiências ficam de fora dos registros oficiais, das políticas públicas e até mesmo dos debates sociais. Isso acontece não por acaso, mas porque há uma estrutura que, de forma sutil ou explícita, impede que certos grupos contem suas próprias histórias. É como se existisse uma regra não escrita dizendo quem pode lembrar publicamente e quem deve esquecer em silêncio. Esse é o silenciamento estrutural: uma forma de controle que atravessa instituições, fronteiras e até como as pessoas são vistas ou tratadas. A identidade dos migrantes vai sendo moldada nesse contexto hostil. Eles são, muitas vezes, tratados somente como números ou mão de obra. Essa negação constante fragiliza o senso de pertencimento e

reforça a sensação de estar sempre “fora de lugar”, mesmo após anos vivendo em um novo país.

Um exemplo é a narrativa do personagem sobre os conflitos nos garimpos. Em determinado ponto da sua jornada, imerso mais uma vez no interior dos garimpos, João descreve cenários de disputas e mortes. Lá, o Estado não atuaria e nem teria ingerência. Tudo era resolvido ali. Pessoas desapareciam, eram enterradas em covas rasas, em cemitérios clandestinos e nem sequer compunham estatísticas oficiais. Sem detalhes por hora, transcrevo a seguir parte da entrevista com o personagem.

No meio disso tudo isso houve um período de intensos conflitos no garimpo. Assassinatos em massa. Trabalho escravo, disputas por ouro, pontos de prostituição e vendas de drogas. As pessoas eram enterradas em valas comuns, sem identidade. Desapareciam. As famílias jamais saberiam o que aconteceu com eles. Não havia culpados. A polícia não entrava. Já estava decidido a voltar para casa. Em algum momento eu quem estaria enterrado em uma cova rasa. A paciência e o medo de morrer já haviam sumindo e as relações tensas diárias desgastavam a alma.

No cenário descrito, o garimpo emerge como um espaço de violência e esquecimento, onde a vida humana perde seu valor e as histórias individuais são apagadas sem deixar vestígios. As mortes em massa, os assassinatos e os desaparecimentos não são apenas eventos trágicos, mas também atos de apagamento sistemático. As vítimas, enterradas em valas comuns sem nome ou identidade, tornam-se números invisíveis em uma paisagem de dor. Esse silenciamento não é casual; é uma estratégia que impede que essas memórias perturbadoras ganhem voz e questionem as estruturas de poder que permitem tais atrocidades. A ausência de registros oficiais e a falta de investigação transformam essas histórias em memórias subterrâneas, que sobrevivem somente nas lembranças fragmentadas daqueles que testemunharam ou sobreviveram.

O medo, nesse contexto, é uma sombra constante. A narrativa revela o temor de se tornar mais uma vítima anônima, sem que ninguém saiba o que aconteceu. Esse sentimento de vulnerabilidade extrema é parte intrínseca da experiência subterrânea, vivida à margem da sociedade, longe do olhar das instituições e da justiça. O desgaste emocional causado pelas relações tensas e pela violência diária deixam marcas profundas. A omissão das autoridades, como a polícia que não entra no garimpo, reforça a ideia de que essas memórias não têm lugar na narrativa oficial. A impunidade é uma forma de perpetuar o silêncio, garantindo que as famílias das vítimas nunca descubram a verdade sobre o destino de seus entes queridos. Esse apagamento não apenas nega justiça, mas também exclui essas histórias da memória coletiva, como se nunca tivessem acontecido.

No entanto, mesmo diante desse apagamento, há uma força de resistência. O próprio ato de narrar essas experiências, de trazer à luz o que foi escondido, é um gesto de desafio. As memórias subterrâneas, embora reprimidas, não desaparecem completamente. Elas ressurgem em testemunhos, relatos orais ou expressões artísticas, servindo como um contraponto necessário à história oficial. Essas memórias, mesmo que fragmentadas, carregam consigo a potência de denúncia e a possibilidade de transformação.

2.1.2 Os silêncios não são ausência de memória

O silêncio, no contexto de imigração em questão, não pode ser entendido como a ausência de memória, mas como elemento estruturante da maneira como a história é contada. Pollak (1989) analisa os mecanismos de silenciamento que podem ser impostos tanto por forças externas quanto por processos internos de autocensura. No decorrer do trabalho de campo, no momento das entrevistas oficiais, perguntado sobre determinados assuntos, o entrevistado preferiu silenciar assuntos que extraoficialmente havia revelado. Ainda que o anonimato seja garantido, em certos contextos, o silêncio é uma estratégia de sobrevivência, como ocorre com sobreviventes de genocídios ou regimes opressivos, que optam por não compartilhar suas experiências por medo de represálias ou estigmatização.

A experiência do garimpo e da imigração ilegal ilustra contundentemente como o silêncio pode ser tanto imposto quanto internalizado pelos indivíduos e comunidades envolvidas. A imigração ilegal carrega consigo um conjunto de silenciamentos. Os imigrantes ilegais evitam relatar suas experiências por medo de deportação, discriminação ou retaliações. Pollak (1989) sugere que o silêncio, nesses casos, não é somente a ausência de voz, mas um mecanismo de controle que impede a construção de uma narrativa pública que exponha as condições de marginalização desses grupos. Porém, quando esses silêncios são rompidos — por meios diversos e, nesse caso, por relatos de testemunhas —, eles podem desafiar as memórias dominantes e forçar uma reconfiguração das narrativas sociais sobre migração e trabalho informal.

2.1.3 A fronteira como lugar de memória constante

Pierre Nora (1993) aprofunda a discussão sobre memória ao introduzir o conceito de lugares de memória que representam espaços simbólicos onde a memória se cristaliza e se institucionaliza. Para Nora, “a memória nacional não é homogênea, mas resultado de disputas entre memórias concorrentes” (NORA, 1993, p. 12). Ele argumenta que a sociedade

contemporânea vive um deslocamento da memória vivida para a memória arquivada, na qual os lugares físicos e simbólicos se tornam centrais para a manutenção da identidade coletiva.

No caso dos migrantes, os lugares de memória podem ser espaços físicos (como templos religiosos, feiras e associações) que funcionam como formas de resistência ao apagamento histórico. No caso estudado, especificamente, eu considero que a própria cidade de Oiapoque pode ser considerada como um lugar de memória constante. Oiapoque é historicamente o ponto de travessia para fluxos migratórios, especialmente de brasileiros em busca de oportunidades no chamado Platô das Guianas, e de imigrantes vindos do Caribe para o Brasil. Dadas essas características, a cidade pode ser vista como um lugar de memória das migrações, registrando tanto a circulação de trabalhadores quanto as tensões associadas a essas fronteiras.

Neste contexto, o rio Oiapoque, divisa natural entre o Brasil e a Guiana Francesa, transcende sua função geográfica e assume um papel simbólico fundamental na constituição das memórias locais. Acaba por operar como um vetor de múltiplas historicidades, consolidando-se enquanto um lugar de memória (Nora, 1984) enquanto articula experiências de deslocamento, pertencimento e identidade fronteiriça. Cotidianamente a relação entre a população de Oiapoque e o rio é mediada por práticas sociais e rituais que reatualizam significados históricos constantemente. A navegação, por exemplo, não é vista apenas como um meio de transporte, mas um ato performático de ocupação do espaço. Ribeirinhos, pescadores, comerciantes e migrantes inscrevem suas trajetórias e memórias individuais nesse território de fluxo constante. Essa interação reforça a percepção do rio como um lugar de memória, cujas águas carregam histórias de mobilidade, trocas culturais e dinâmicas transfronteiriças.

Ainda há, entre os habitantes da fronteira, a oralidade que confere densidade histórica ao espaço de fronteira, transformando-a em um depósito de narrativas sobre antigas travessias, episódios de contrabando, resistência indígena e disputas territoriais. Assim, como não afirmar que essas memórias compartilhadas, transmitidas de geração em geração, fazem do lugar um marco memorialístico, um lugar de memória de Pierre Nora? Oiapoque acaba por não ser somente uma cidade de fronteira, mas um território de memória em si. Lugar das relações socioculturais que estruturam a vida na Amazônia transfronteiriça.

2.1.4 Memória - Esquecimento

Paul Ricoeur (2007) problematiza a memória a partir de uma perspectiva filosófica, destacando a tensão entre lembrança e esquecimento. Em *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, ele argumenta que o esquecimento pode ser tanto uma forma de superação do trauma quanto um instrumento de domínio e opressão (RICOEUR, 2007, p. 89). Segundo Ricoeur, a memória não é apenas um fenômeno passivo de recordação, mas um ato interpretativo que envolve seleção e reconstrução.

Os abusos da memória são, antes de tudo, abusos do esquecimento porque a construção narrativa da memória é, por natureza, seletiva. Ricoeur (2007) aponta que a memória declarativa opera por meio da narração, e toda narrativa, e, inevitavelmente, seleciona, reorganiza e enfatiza certos elementos em detrimento de outros. Ou seja, a própria estrutura da memória coletiva e individual implica a presença do esquecimento, pois é impossível lembrar e narrar tudo.

“A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. A seletividade da narrativa abre caminho para a manipulação da memória, uma vez que o ato de lembrar está sempre entrelaçado ao ato de esquecer”. (Ricoeur, 2007, p. 455).

Os relatos do personagem nos ajuda a ilustrar como os abusos da memória se manifestam como abusos do esquecimento. Sua narrativa migratória não é um relato de deslocamentos geográficos e transformações individuais, além de um testemunho de como certos aspectos da experiência vivida são suprimidos, reformulados ou reorganizados para possibilitar sua reintegração social e psicológica.

Ao longo de sua jornada, João transita entre diferentes papéis sociais – de filho em um ambiente familiar marcado pela escassez e pelo trabalho infantil, a professor em aldeias indígenas, até se tornar um imigrante envolvido em redes informais de subsistência na Guiana Francesa e no Suriname. Esse constante movimento reconfigura sua identidade e influencia como ele reconstrói sua própria memória. A seletividade narrativa, inerente ao ato de recordar, está presente nas omissões e nas reformulações que ele faz ao relatar seus caminhos. O retorno à aldeia, por exemplo, marca um ponto onde a reconfiguração da memória se torna essencial para sua reinserção na comunidade: somente determinados eventos são compartilhados com sua esposa, enquanto outros são silenciados. Esse silêncio estratégico

não é só um mecanismo de autopreservação, mas também um reflexo da estrutura social onde a memória é negociada.

Essa dinâmica se insere no processo descrito por Paul Ricoeur, segundo o qual a narrativa histórica está sujeita a um filtro seletivo que possibilita tanto a ideologização da memória quanto a sua manipulação. A história oficial, frequentemente imposta por estruturas de poder, se manifesta na trajetória de João não como um discurso explícito, mas como a necessidade de adequar sua própria experiência a padrões aceitáveis de pertencimento. O que não pode ser narrado – seja por vergonha, por medo ou por impossibilidade de aceitação social – torna-se esquecimento forçado. Assim, João não apenas vivencia a seletividade da memória, mas também experimenta o risco da exclusão simbólica de sua própria história.

3 UM BREVE APANHADO DO FENÔMENO MIGRATÓRIO BRASILEIRO

Este capítulo apresenta alguns elementos que ajudam a refletir sobre a imigração, com foco nesse movimento e os encadeamentos advindos do fenômeno. O propósito é investigar como esses fluxos migratórios, muitas vezes invisibilizados pela mídia e pelo discurso político, configuram, por vezes, dinâmicas de exclusão, exploração e precarização, além de debater como o Estado tende a lidar com a presença de imigrantes. Eu proponho uma leitura ancorada em conceitos de autores que pensaram o fenômeno migratório nacional e amazônida (mais precisamente na região do Amapá com a Guiana Francesa). Trago, também, alguns autores que ajudam a entender a exclusão na relação dos sujeitos em trânsito com o Estado.

Início o capítulo rememorando a imigração no Brasil com a chegada dos europeus por advento da cafeicultura, fuga de refugiados pelo advento da segunda grande guerra mundial, e fluxos de migração. A seguir, discorro sobre a imigração brasileira na Guiana Francesa, destacando as motivações econômicas e as condições de travessia e inserção desses migrantes. Em seguida, adentro em uma análise dos direitos humano, com autores e recortes de notícias na mídia sobre o desrespeito a esses direitos. O objetivo é fornecer uma compreensão sobre as dinâmicas de poder e vulnerabilidade que moldam a experiência dos imigrantes brasileiros.

A imigração tem sido um tema central nas discussões contemporâneas, tanto no Brasil quanto globalmente. Nos últimos anos, temos assistido a intensos movimentos migratórios, motivados por fatores como conflitos armados, fome, epidemias, catástrofes ambientais e tensões políticas. Entretanto, esse fenômeno não é novo; remonta, pelo menos, ao século XIX. Nesse período, o avanço do capitalismo gerou um excedente populacional na Europa, levando muitas pessoas a buscar novas oportunidades de vida, seja nas colônias europeias na África, Ásia e Oceania, seja nas recém-independentes nações das Américas (Costa e Fernandes, 2020). Tais migrações eram fortemente influenciadas por debates sobre ocupação territorial, o uso de mão de obra livre e questões raciais. Durante o século XIX e início do XX, o Brasil se caracterizou como um país que sempre acolheu imigrantes de diversas partes do mundo e em fases distintas. Faria (2015) argumenta sobre essa visão de um país tradicionalmente receptor de fluxos migratórios.

O Brasil foi, ao longo de sua história, país receptor de imigrantes. As migrações contribuíram para formar nossa nacionalidade: a significativa diversidade e riqueza cultural brasileiras são o legado de várias ondas migratórias, de continentes e países diversos, que, ao longo dos séculos, por diferentes meios e razões, ocuparam e colonizaram o território brasileiro. Partiram de migrantes os primeiros relatos da terra brasileira e do encontro entre a cultura nativa e a do colonizador, como a Carta de Pero Vaz de Caminha e os relatos de Manuel da Nobrega e outros. A cultura brasileira reflete, por igual, os costumes e tradições indígenas, assim como a história

trazida para o Brasil pelos mais de quatro milhões de africanos escravizados, durante a vigência da escravidão no país (Faria, 2015, p.65).

Costa e Fernandes (2020) destacam que os estudos sobre imigração no Brasil do século XIX frequentemente evidenciam dois momentos principais: as iniciativas imigrantistas do período joanino, como a imigração suíça e a fundação da Colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e as discussões pós-1870, que surgiram no contexto do fim da escravidão e da necessidade de substituir a mão de obra escravizada na produção agrícola. O período entre as décadas de 1820 e 1870, no entanto, é marcado por uma política de colonização pouco expressiva em termos de resultados práticos. As décadas de 1830 e 1840, em particular, enfrentaram grandes dificuldades. Na década de 1830, o cenário político turbulento, durante o Período Regencial, afetou o avanço de projetos imigratórios. Na década seguinte, a experiência das colônias de parceria fracassou (Costa e Fernandes, 2020). Esse modelo de imigração, baseado em contratos entre imigrantes europeus e proprietários de terras, foi mal gerido, resultando em conflitos e insatisfação entre os trabalhadores imigrantes.

O período compreendido entre as décadas de 1820 e 1870 teria sido marcado por resultados pouco expressivos da política colonizadora do Estado, especialmente a década de 1830, devido ao conturbado contexto político do período regencial, e a década de 1840 pela malfadada experiência das colônias de parceria privadas, em destaque a ação do senador Vergueiro. Entre 1818-1850 o Brasil teria recebido menos de 20 mil europeus, dos quais um pouco mais de um quarto (6 mil) eram alemães que foram encaminhados para projetos coloniais na região sul do país (Carneiro, 1950:s.p.). Comparado com o período posterior, esse momento, estatisticamente, surgia como inexpressivo (Costa e Fernandes, 2020, p. 65-66).

Esse momento é descrito pelos autores como o período em que a política imigrantista nacional era volátil e variava conforme os interesses dos grupos senhoriais que estivessem a vez no poder e exerciam maior pressão sobre os entes públicos. Apesar dos esforços para massificar a imigração, apenas em 1880 ocorreu o fortalecimento do processo no que foi chamado de “Grande Imigração” (Costa e Fernandes, 2020, p. 66). A chegada da família real portuguesa ao Brasil alterou o estatuto jurídico vigente e elevou o Brasil a categoria de Reino Unido, sede da monarquia lusa. Os autores sentenciaram esse momento como o início das políticas de imigração brasileira.

A promulgação do Decreto real de 25 de novembro de 1808 é considerada marco inicial do processo de regulamentação da colonização de estrangeiros e, consequentemente, de incentivo à imigração. Esse ato permitiu a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil, visando estimular a vinda de imigrantes das mais variadas procedências para "aumentar a lavoura e a população [...] muito diminuta neste Estado" (Decreto, 25 nov. 1808). Ao incentivar a entrada de imigrantes no território americano das possessões portuguesas, a administração joanina pretendeu povoar as regiões interioranas por meio de uma imigração dirigida e subsidiada. Para tal adotou-se a lógica de ocupação de terras públicas baseada na pequena propriedade, na agricultura familiar e na policultura (Costa e Fernandes, 2020, p.67).

No período situado entre o final do século XIX e início do século XX, o café se tornou o principal produto de exportação do país, alavancando a economia nacional do período e impulsionando o crescimento da região sudeste: principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A expansão da cultura exigia o recrutamento de cada vez mais mão de obra. A expansão da cafeicultura preservou a estrutura tradicional de trato com a terra no início do processo. O uso predominante de mão de obra escravizada ainda se fazia comum. No entanto, com a proibição do sequestro de africanos e seus translados ao Brasil, onde eram forçados à escravidão, iniciou-se a introdução de imigrantes para o propósito.

A princípio, o abastecimento de escravos ocorreu por meio da intensificação do tráfico transatlântico de africanos. Em 1850, após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, a aquisição de cativos passou a ser realizada através do tráfico interprovincial, mediante a compra em outras províncias, sobretudo no Norte. Com o tempo, o governo passou a taxar essa atividade e o número de escravos nas províncias do Norte diminuía. Os escravos tornavam-se cada vez mais caros e mais difíceis de serem obtidos. A introdução de imigrantes surgiu como uma alternativa para a carência de braços nas grandes fazendas de café (Costa e Fernandes, 2020, p. 76).

Fernandes e Patarra dão números para imigração no período:

A abolição da escravidão proporcionou um novo cenário e trouxe consigo novos desafios; a grande expansão da produção cafeeira associada à falta de um contingente satisfatório de trabalhadores no território nacional possibilitou a abertura do Brasil para a imigração. Um período de imigração em grande escala da Europa para a América, em especial para o Brasil, aconteceu entre 1870 e 1930. Nesse ínterim, estimativas indicam que 40 milhões de pessoas tenham migrado do Velho para o novo Mundo. (Fernandes e Patarra, 2011, p. 160–161).

A introdução do imigrante como mão de obra compor a economia cafeeira do Brasil se massificou. O Senador Nicolau Campos Vergueiro tomou a iniciativa de promover, de maneira mais abrangente e sistemática, a importação de trabalhadores livres, começando por Limeira, em São Paulo. As primeiras tentativas na Fazenda Ibicaba envolveram imigrantes portugueses, seguidas pela chegada de alemães e suíços. O sucesso dessa prática logo foi replicado por outros fazendeiros da região. Vergueiro expandiu sua atuação, passando a atuar como intermediário para outros proprietários na busca por trabalhadores europeus, e rapidamente se tornou comum entre os fazendeiros paulistas procurar diretamente no Velho Continente a mão de obra que necessitavam. (Faleiros, 2001).

O advento da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) diminuiu significativamente o fluxo de imigrantes. No entanto, logo após o fim dos combates, o fenômeno se intensificou novamente com o aporte de mais estrangeiros (Carneiro e Collar, 2012). Quanto à acolhida do Brasil a refugiados europeus em decorrência da Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar:

O Brasil também acolheu milhares de refugiados europeus que fugiram da Segunda Guerra Mundial e é membro fundador do Comitê Executivo do ACNUR. Em 1960, ratificou a Convenção de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, que ainda continha a uma reserva temporal e outra geográfica: reconhecia como refugiados apenas os cidadãos perseguidos pelos fatos sucedidos na Europa antes de 1951. Em 1972, ratificou o Protocolo Adicional de 1967, mantendo, entretanto, a reserva geográfica. Isto provocou que, quando os refugiados latino-americanos nos anos 70 e 80 eram reconhecidos sob o mandado do ACNUR, e admitidos como estrangeiros em trânsito e puderam permanecer no Brasil enquanto o ACNUR providenciava o seu reassentamento em um terceiro país (Carneiro e Collar, 2012, p.63).

Após o término do conflito, a diversificação de nacionalidades que aportaram no Brasil passou a ser maior. Italianos, portugueses, espanhóis, e, em menor escala, alemães, austríacos e russos, continuaram predominantes, mas houve também um crescimento na presença de japoneses, sírios, libaneses, poloneses, romenos e outros grupos classificados oficialmente como "diversas nacionalidades" (Gonçalves, 2020).

Em termos quantitativos, italianos, portugueses, espanhóis, e, em muito menor medida, alemães, austríacos e russos, ainda prevaleciam, mas japoneses, sírios e libaneses, poloneses, romenos e eslavos, sem contar um grande contingente que aparece nas listagens oficiais como "nacionalidades diversas", passaram a compartilhar experiências de vida no território brasileiro. Alemães, austríacos e russos estavam espalhados preferencialmente pelos estados sulinos. Os italianos, apesar de representarem contingentes importantes nos núcleos coloniais do Sul do país, sempre predominaram em São Paulo. Portugueses e espanhóis (entre estes, os galegos) (Sarmiento, 2017) constituíam o maior contingente da imigração urbana no Rio de Janeiro, mas o subsídio de passagens conseguiu atrair grandes levas desses dois grupos para as fazendas de café paulistas, inclusive famílias empobrecidas de andaluzes (Martínez e Orovio, 1987) e de portugueses que tradicionalmente apresentavam uma emigração com predomínio de homens solteiros. São Paulo também foi o destino majoritário dos japoneses. Sírios e libaneses, romenos e poloneses vieram depois; os dois primeiros, compostos, em sua maioria, por indivíduos solteiros, dedicaram-se ao comércio nas cidades, enquanto os últimos chegaram em grupos familiares para se estabelecerem no Paraná e no Rio Grande do Sul. (Gonçalves, 2020, p. 121-122).

3.1 O caminho inverso

Apesar dessa tendência histórica em receber estrangeiros em seu território, que perdurou após Segunda Guerra Mundial e prosseguiu, ainda que de forma tímida, até a década de 60, um movimento crescente de saídas de brasileiros vem ocorrendo na década de 1980, a chamada “década perdida”. Uma grave e duradoura crise econômica criou condições que acabaram por catapultar a saída de brasileiros do território nacional. Estados Unidos, Japão e países da Europa foram os destinos mais escolhidos (Faria, 2015). Outros fatores para tal são postos por Faria:

Além das sucessivas crises econômicas que acometeram o país nos anos 80 (considerados a “década perdida”) e 90, estima-se que a transformação do Brasil em exportador líquido de mão de obra esteja também associada a fatores como: 1) a maior disponibilidade de informações sobre oportunidades de trabalho no exterior, resultante da modernização das tecnologias de informação e comunicação – essa causa não é exclusiva, naturalmente, do fenômeno identificado no Brasil; 2) fatores

históricos e culturais relacionados a presença, no Brasil, de significativo número de descendentes de imigrantes, sobretudo europeus, o que pode haver facilitado o contato com as sociedades e o mercado de trabalho nos países de origem das ondas migratórias anteriores que se haviam destinado ao país, em particular oriundas de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Japão; 3) a crescente insegurança urbana em várias cidades brasileiras; e 4) no caso da imigração para países vizinhos (particularmente Paraguai, Bolívia, Suriname e as Guianas), a percepção de vantagens econômico-comerciais, como a existência de terras férteis e baratas, oportunidades relacionadas ao garimpo de ouro ou devido a fatores fundiários, como a concentração de terras na região Sul do Brasil. Para especialistas, diferentemente das análises conjunturais que associavam a saída de brasileiros a “década perdida” ou a conjuntura político-econômica do Governo Collor (1990-1992) (Faria, 2015, p. 67).

Atualmente, conforme o relatório de imigração, fronteiras e asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF 2022), órgão do governo de Portugal, havia 239.744 brasileiros residindo no país em 2022, último ano de levantamento estatístico. Esses números dão conta apenas dos imigrantes brasileiros que acionaram os mecanismos de visto e residência em Portugal. Dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) informam que em 2022 as estimativas eram de que a comunidade brasileira no exterior seja de 4,5 milhões de cidadãos. As concentrações mais expressivas estão nos Estados Unidos, Portugal, Paraguai, Reino Unido e Japão (MRE 2022). Os primeiros dados de brasileiros residindo fora do país são frutos de pesquisas acadêmicas. As estimativas iniciais quanto à saída de brasileiros variaram, conforme a metodologia utilizada, de um saldo migratório mínimo de 1.042 milhão a um máximo de 2.480 milhões de pessoas e em torno de 1,3 milhão de pessoas (Patarra 2005).

Surpreendentemente, essas estimativas aproximavam-se dos registros que se iniciaram em 1996, levantados pelo Ministério de Relações Exteriores junto aos consulados e embaixadas brasileiras. De acordo com esses documentos, o total de brasileiros registrados no exterior era de 1.419.440 em 1996, elevando-se para 1.887.895 em 2000 e 2.041.098 em 2002, com ligeiro declínio em 2003, ano em que foram registrados 1.805.436 brasileiros vivendo fora do país. Embora tratando-se de um registro de informações específicas, sua sequência permite apreender algumas características e tendências. Em primeiro lugar, pode-se constatar que não se trata de “levas” de emigrantes, de “diáspora brasileira” ou outros termos freqüentemente usados pela imprensa e mesmo em alguns meios acadêmicos para referirem-se à questão social da saída de brasileiros. (Patarra, 2005, p. 26).

A hipótese levantada por Patarra são corroboradas pelos dados disponibilizados pelo MRE ao longo dos últimos 13 anos (2009-2022). Os Estados Unidos continuam atraindo um número significativo de brasileiros. A América do Norte se consolidou como a maior comunidade brasileira no exterior, com cerca de 2.078.170 milhões de pessoas e 45,19% do total de cidadãos brasileiros ao redor do mundo. E desses, 1,9 milhões residem em solo estadunidense. Portugal vem logo em seguida com 360 mil brasileiros, seguido do Paraguai (254 mil), Reino Unido (220 mil), Japão (206, 990 mil), Espanha (165 mil), Alemanha (160

mil), Itália (157 mil), Canadá (133, 170 mil) e, por fim, nossos vizinhos Guiana Francesa (91,500 mil). (MRE 2022)

O Relatório Mundial sobre Migração de 2024, publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência das Nações Unidas (ONU), estima que existam hoje aproximadamente 281 milhões de pessoas migrantes internacionais em todo o mundo. Desse montante, 4.598, 735 eram de brasileiros. Percebe-se que é ínfima a parcela de brasileiros no contexto internacional contemporâneo das migrações internacionais se comparado aos números absolutos, descartado a hipótese de Patarra (2005) de que não se trata, portanto, de diásporas, mas de um fenômeno natural com redes consolidadas, como argumenta Patarra.

Os dados permitem levantar a hipótese da circularidade, comprovada por depoimentos e pesquisas qualitativas e reforçada pela constatação da existência de redes consolidadas – como, por exemplo, no caso do Japão, e, mais recentemente, de atravessadores que induzem a busca do “sonho americano” (Patarra, 2005, p. 26).

3.2 A imigração brasileira para a Guiana Francesa

Dados do Relatório do Ministério das Relações Exteriores (MRE) “Comunidades Brasileiras no Exterior”, ano base de 2022, apontam que a comunidade brasileira na Guiana Francesa seja atualmente de 91,5 mil pessoas. Antes, eram 58.250 em 2019, 72.300 em 2020 e 82.500 em 2021. E a segunda maior comunidade de brasileiros fora do país na América do Sul, atrás apenas dos brasileiros que residem no Paraguai, estimada em 254 mil cidadãos, e está entre as 10 maiores comunidades de brasileiros no exterior.

Figura 01: Unidades de conservação e rotas terrestres de Macapá a Paramaribo.

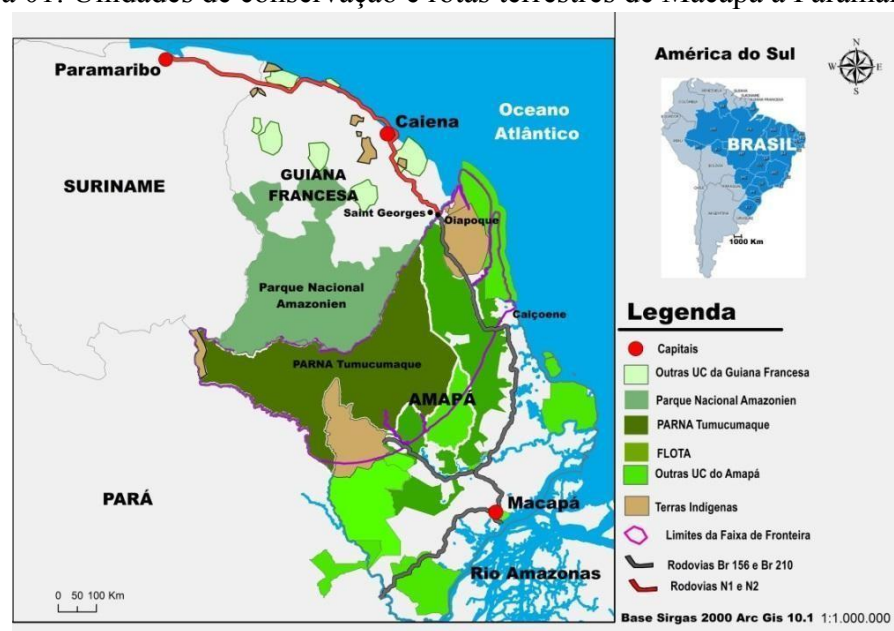


Fig. (2). Fonte: Base Cartográfica Sirgas (2000). Ministério do Meio Ambiente (2016)

Não há menções específicas se foram contabilizados os imigrantes ilegais no relatório. O texto do documento afirma que “trata-se de estimativa com base em insumos ao ano base

de 2022, enviados pelos postos do Itamaraty no exterior” (MRE, 2022, p.1). Ou seja, o levantamento é feito com base no pacote de serviços acessados por brasileiros residentes no exterior nos consulados espalhados pelo globo, conforme descrito no trecho destacado a seguir:

Nossos consulados no exterior oferecem uma ampla variedade de serviços aos brasileiros. Atuam como emissores de documentos com fé pública em território nacional, como registros civis, procurações, declarações e atestados. Emitem passaportes e outros documentos de viagem para brasileiros, e vistos para estrangeiros. Servem como pontos de atendimento da Justiça Eleitoral e para Alistamento Militar. Somente em 2022, foram produzidos mais de 434 mil serviços consulares. (MRE, 2022, p.1).

O trecho onde diz que “em todas essas situações, nossos servidores procuram pautar sua atuação pelo objetivo precípua de assegurar acolhimento, bem-estar e segurança a qualquer cidadão brasileiro, independente de gênero, raça ou situação migratória” (MRE, 2022, p.1) é uma pista, ainda que fraca, que os ilegais foram contabilizados. Mas, apesar de a precisão numérica e metodologia questionáveis, foram os dados mais atualizados que pude encontrar sobre o número de brasileiros na Guiana. Os indicadores apontam que, mesmo em um período pandêmico vivido pela população internacional e fechamento de fronteiras, a presença de brasileiros na Guiana Francesa só ascendeu. As evidências mostram ainda que esse fluxo tem vencido, inclusive, o aparato de controle. Além de combater a imigração clandestina, a imigração legal também é dificultada a partir do momento em que se exigem vistos de turismo, solicitados nos consulados franceses no Brasil, para acessar temporariamente a Guiana Francesa. Esse mesmo visto não é necessário para adentrar a França, na Europa. A suspensão de emissões desses vistos em Macapá, capital mais próxima da fronteira, também pode ser entendida como parte do esforço francês para estancar a imigração de brasileiros.

Aguiar e Martins (2023), ao citar o trabalho de Arouk (2000), argumentam que não é de interesse do governo francês criar uma política que atraia brasileiros para a Guiana Francesa, uma vez que sua demanda de mão de obra é suprida por um fluxo que existe mesmo sem que ofereçam facilidades. “O autor argumenta que o Governo guianense, quando precisa de mão de obra, afrouxa seus mecanismos de controle da fronteira, e, quando controla sua demanda, aumenta sua fiscalização” (Aguiar e Martins, 2023, p. 116), a seguir:

Podemos afirmar, desta forma, a existência na Guiana francesa de uma política não oficial do tipo gangorra que funcionava aos interesses e conveniências das autoridades locais, mas nunca um projeto de atração oficial da mão-de-obra brasileira que se encontrava disponível e com custos baixos bem ao lado da linha demarcadora da fronteira, especialmente das cidades de Macapá e Belém (Arouk, p. 73, 2000, apud Aguiar e Martins, 2023).

Então, apesar de todas as dificuldades, o que explicaria essa grande concentração de nacionais na Guiana Francesa. Compreender como se deu parte da história do processo ajuda

a entender esses números. Após examinar aproximadamente 14 regiões ao redor do globo, o governo francês optou por estabelecer seu centro aeroespacial na Guiana Francesa. A escolha foi motivada pela localização estratégica da região, próxima à linha do Equador (latitude 5° 3' N), que oferece um ângulo favorável para lançamentos de foguetes em órbitas geoestacionárias. Além disso, o perfil costeiro da Guiana permite lançamentos em direções que variam do Norte ao Leste (-10° 5' a +93° 5'), resultando em custos operacionais significativamente menores em comparação com outras áreas (CNES 1996: 1).

O estudo publicado em 2008: *Histoire et mémoire des immigrations en régions et dans les départements d'Outre-mer*, de Frédéric Piantoni, revela que o primeiro ciclo de imigração brasileira para a Guiana Francesa ocorreu no final dos anos de 1960 e 1970, juntamente pelo advento da construção da Base Espacial de Kourou.

Os fluxos brasileiros surgiram no início da década de 1960. A migração laboral só se tornou significativa com a construção do Centro Espacial Guianense. Representa quase 30% das nacionalidades representadas em Kourou . Segundo dados do censo populacional de 1974, o número de brasileiros era de 1.559 . Diferente das migrações haitianas, resultado de forte instabilidade política, os movimentos brasileiros são impulsionados pela diferença no padrão de vida entre os dois países fronteiriços. (Piantoni, 2008, p. 96).

O estudo revela que nesse período a migração de trabalhadores brasileiros foi até incentivada, dado o vazio demográfico da região à época. Esse primeiro fluxo é considerado como de “migração familiar”. Os altos salários pagos, por consequência da diferença cambial entre o Cruzeiro brasileiro e o Franco francês, foi o principal atrativo. Esses primeiros grupos se consolidaram na região e constituíram uma comunidade permanente, inserida na sociedade local. Ainda após o término das obras do centro espacial, os trabalhadores da construção civil seguiram erguendo parte da infraestrutura da Guiana. Dos anos 60 até os dias atuais, o tráfego na região ainda perdura. Famosa no país como o município mais ao extremo do Brasil, a cidade de foi, e continua a ser, uma oportunidade de melhoria de vida para um grupo significativo de brasileiros oriundos dos estados do Pará e Amapá. A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, delimitada pelo rio Oiapoque, revela-se como um espaço de intenso fluxo migratório, marcado por trajetórias carregadas de incerteza e esperança. Para os habitantes de Oiapoque, essa fronteira não é apenas uma demarcação geopolítica, mas uma oportunidade de transformar suas condições de vida. Seja pela busca de ocupações com melhores remunerações em solo francês, ainda que em situações de clandestinidade, ou pela ambição de conquistar riquezas nos garimpos da região, a travessia do rio Oiapoque reflete as complexas interações entre o local e o global (Martins, 2015). Nesse cenário, a vizinha Guiana Francesa surge como uma válvula de escape para os desafios econômicos enfrentados na região. Martins (2015) atribui uma série de significados a esse movimento:

Para os brasileiros em movimento no rio Oiapoque, o deslocamento pela ou para a Guiana Francesa pode significar: 1º) uma situação de passagem, como ocorre na cachoeira Grand Roche, localizada em território francês, mas que é o único canal por onde é possível atravessar a embarcação e seguir viagem para comunidades ribeirinhas de Ilha Bela e Vila Brasil (localizadas no alto da bacia do rio); 2º) uma oportunidade de alcançar um trabalho mais bem remunerado, mesmo que isso se processe em ilegalidade e clandestinidade; 3º) realizar o “sonho dourado” de enriquecimento rápido, o qual alimenta as esperanças daqueles que migram com destino aos garimpos localizados em território guianês. Assim sendo, pontua-se que para moradores de Oiapoque a situação de vizinhança com a Guiana Francesa preenche lacunas relativas à inclusão socioeconômica, já que muitos brasileiros dependem dessa ligação para ter acesso a trabalho e renda. (Martins, 2015, p. 179-180).

Em um estudo conduzido por Pinto (2008), é destacado que a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho da guiana frequentemente se dá de forma informal e irregular. Esses imigrantes, motivados pela busca de emprego, muitas vezes não percebem a precariedade das condições laborais às quais são submetidos, sendo comumente alvo de exploração intensa. O autor também observa que, embora a abundância de oportunidades de trabalho tenha sido um dos principais fatores que atraíram os primeiros brasileiros para a Guiana Francesa, essa razão talvez não explique completamente a expressiva presença de estrangeiros na cidade de Caiena atualmente.

Outros fatores concorrem diretamente para que este território ultraperiférico da Europa tenha se transformado na última esperança dos excluídos de trabalho das regiões Norte/Nordeste. A moeda forte, o sistema previdenciário, os benefícios sociais, as possibilidades reais de trabalho e a febre do ouro são os grandes responsáveis por aventuras dramáticas e situações de desespero vivenciadas por homens e mulheres que perderam suas referências territoriais. (Pinto, 2008, p. 360)

Outro forte atrativo nesse histórico de imigração para o território ultramarino francês foi a mineração do ouro na região. Apesar de a atividade ser explorada do lado brasileiro, os garimpeiros viram a oportunidade de explorar novas áreas auríferas do lado francês quando no ano de 1992 o então presidente da república, Fernando Collor de Melo, sob pressão de grupos indígenas e organizações internacionais de proteção ao meio ambiente, implementa a “Operação Selva Livre” que tinha o intuito de desarticular nichos de garimpagem na região amazônica. Esses novos dispositivos ambientais, a criminalização da prática de garimpagem individual e o interesse por parte do governo em conceder a exploração mineral do país a empresa foram os fatores desencadeadores pela “corrida do ouro” na Guiana Francesa (Brito; Bruseke; Mathis, 1997).

A dinâmica histórica e contemporânea em que esse desejo de prosperidade leva as pessoas a arriscar a vida em busca de ouro e euros é narrada por Silva (2005). O pesquisador descreve parte desse movimento migratório para Oiapoque, enfatizando que aqueles que se aventuram nessa jornada buscam, de maneira incerta e arriscada, alcançar a “sorte grande” no garimpo ou no trabalho nas cidades francesas da fronteira, como Caiena e Kourou.

A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa transformou-se, nos últimos quinze anos, em uma área de intenso movimento de pessoas que se dirigem à cidade brasileira

e à Guiana, na expectativa de conseguir dinheiro em grande quantidade e de forma rápida. Ou seja, Oiapoque e a região da fronteira passaram a ser vistos como o novo "El Dourado". Dessa forma, a cidade passou a receber diariamente pessoas oriundas de diversos locais do país, principalmente do Pará e do Nordeste. Especificamente, pode-se afirmar que os migrantes viajam para a fronteira com o objetivo de buscar ouro em garimpos da região ou oportunidades de trabalhos nas cidades guianenses, bem como de realizar transações comerciais na cidade (Silva, 2005, p. 281).

O texto ainda explora a ideia de “aventura” não apenas como uma simples viagem, mas como uma travessia cheia de desafios e obstáculos.

A ideia de aventura é definida pelos limites da trajetória, os percalços e o destino da viagem. Tanto o caminho para o garimpo quanto para conseguir um trabalho em Caiena e Kourou são trajetos difíceis e perigosos. Primeiro, porque as pessoas que buscam essas atividades tentam entrar na Guiana Francesa de forma ilegal e, por isso, são consideradas clandestinas. Assim sendo, são vigiadas e perseguidas pela polícia francesa da fronteira. Segundo, porque na condição de clandestinas lançam-se ao rio e à floresta, correndo todo tipo de perigo, pois viajam normalmente em pequenas embarcações, às vezes improvisadas e sem segurança, passando por trechos com incidência de pedras, correntezas, e próximo a Caiena navegam nas águas profundas e agitadas do oceano. Na maioria das vezes, essas viagens são feitas à noite ou na madrugada, o que aumenta o perigo. (Silva, 2005, p. 282).

Essa dificuldade em transitar pelo território francês sem estar munido de devida documentação foi apresentada por Pinto (2008). Mesmo que o caminho seja inverso, da Guiana para Oiapoque, a apreensão em ser apanhado de forma clandestina gerou um relato denso e humanizado de uma experiência de campo.

No dia do meu retorno para a cidade de Macapá, acordei cedo e me dirigi às adjacências do Mercado Central da cidade de Caiena, com objetivo de pegar uma van e ir até Saint-Georges, cidade que faz fronteira com o Oiapoque-AP/BR. Ao chegar no local, fui informado pelo proprietário do veículo que até aquele momento tinha apenas uma pessoa confirmada para viajar; no entanto, o mesmo me garantiu que assim que o carro completasse sua lotação, a gente partiria. Foi neste momento que puxei conversa com o primeiro passageiro, cujo nome era Antônio do Rosário.¹⁸ Sua aparência física tinha um ar de cansaço e seu rosto uma palidez acentuada. De forma perceptível apresentava uma certa preocupação no ar. Logo depois ele me informou que era irregular, tinha trabalhado 10 meses em Caiena e que estava voltando para sua casa que ficava em Macapá, no Distrito da Fazendinha-AP. Nesse período de trabalho, conseguiu poupar cerca de 7 mil euros, mas para isso enfrentou diversas situações de perigo e altas jornadas de trabalho. Me informou ainda que estava retornando por causa das festas de fim de ano, mas que pensava em voltar logo no início, mês de janeiro/2007. Conforme as horas iam passando, mais brasileiros chegavam para viajar. Por volta de 12h, finalmente a lotação estava completa e partimos. Antes, porém, o dono do transporte solicitou o pagamento das passagens. Ao perguntar se todos tinham “papel”, as respostas foram positivas, menos uma: do passageiro que chegou mais cedo. Obviamente, nem todos que falaram que possuíam “papel” estavam dizendo a verdade. Contudo, o único que falou a verdade pagou caro, em todos os sentidos, por esse ato. Ao saber de sua ilegalidade, o dono da van pediu 10 euros a mais; e argumentou dizendo que transportar clandestinos envolvia riscos. Sem meias-palavras, avisou também que ele não se responsabilizaria pelo que acontecesse ao longo da viagem, em caso de blitz da polícia. Todos entramos no carro e partimos em direção à Saint George's/Oiapoque-AP. Ao chegarmos no trevo da cidade de Reginá, o passageiro clandestino foi obrigado pelo motorista a descer da van e aguardar o retorno, já que iríamos passar pelo centro da cidade e que ele não queria ter surpresas desagradáveis, se referindo às autoridades policiais. Nesta cidade, mais 2 passageiros pegaram a lotação. No retorno, no mesmo local que tinha ficado, subi novamente na van, o único clandestino declarado, Antonio do Rosário. Mas o pior estava por vir (...) Próximo à cidade de Saint George's, o motorista do veículo foi avisado por outro colega que havia policiais na estrada. Imediatamente, estacionou a van no acostamento e praticamente obrigou Antonio a descer do veículo. Sem saber muito bem o que dizer, acatou as

ordens. Desolado, Antonio ficou à beira da estrada entregue à própria sorte. Mais adiante, passamos pelo carro dos policiais da PAF. Muitos passageiros que inicialmente se declararam legalizados, abaixaram-se no assoalho da van. Passamos devagar pela viatura policial. Para a sorte de muitos e azar do Antônio, os policiais não mandaram o veículo parar. Já em Oiapoque, não conseguia esquecer as cenas chocantes da viagem; além do fato de me sentir um pouco responsável pelo que aconteceu. Ninguém dentro da van disse: “Ei, motorista; ele não precisa sair; caso a polícia apareça ele deita no assoalho do carro”. Até hoje não esqueço esta viagem e lamento profundamente minha própria omissão. (Pinto, 2008, p. 358-359).

Essa situação de fragilidade socioeconômica vivenciada pelos imigrantes brasileiros tem sido agravada em decorrência das ações restritivas por parte do governo francês, uma vez que a Guiana Francesa vem se tornando uma área estratégica no continente sul-americano. Muitos ainda vivem de forma irregular na Guiana Francesa e se dedicam a atividades não formais, trabalhando em garimpos clandestinos, na prostituição e no tráfico de drogas. (Rezende, 2005). Pinto e Dias (2018), ao analisar o perfil dos brasileiros na Guiana, não apontou tipos diversificados de brasileiros no território francês. “Todos acabam obedecendo à lógica da desqualificação profissional, do baixo nível cultural e com pouca escolaridade” (Pinto e Dias, 2018, p. 165). A pesquisa também mapeou de onde saem e quais as causas da imigração.

Nosso estudo revelou de maneira explícita que a maioria vem de realidades rurais/interioranas e até ribeirinhas, como foi dito anteriormente. No caso do Amapá, por exemplo, tem gente de Porto Grande, de Oiapoque, de Calçoene, de Santana, de Tartarugalzinho e de distritos como Bailique e São Joaquim do Pacuí. Muitos imigrantes destas localidades rurais estão fugindo também do esquecimento, da fome e do desemprego que afetam essas pequenas comunidades amapaenses. Apesar de terem alimentação (caça e pesca), estes recursos sozinhos não garantem a estabilidade familiar. Educação e saúde praticamente inexistem nestes municípios ou são acessados de forma precária pela população local. Trabalhar na Guiana Francesa aparece como uma alternativa imediata para muitos trabalhadores e significa uma possibilidade concreta de mudar de vida, diante de realidades tão cruéis. (Pinto e Dias, 2018, p. 165).

A Guiana, por nunca ter se separado da França, carrega consigo atrativos que a tornam únicas na América do Sul e isso pode levar a uma das principais razões desse histórico de imigração: a moeda. Desde o franco francês (até 2002) ao atual euro, o poder da moeda no país vizinho sempre foi maior que a nacional. Outro fator assimilado no imaginário brasileiro é o da melhor qualidade de vida, ainda que apenas imigrantes legais consigam acessar parte desses benefícios. Castro e Porto (2007) assim descrevem.

A política monetária da União Européia, cujos benefícios são estendidos à Guiana enquanto departamento ultramarino francês, faz do Euro uma moeda forte e confere aos guianenses um poder aquisitivo elevado no Brasil - mesmo no Oiapoque, onde a distância aos centros abastecedores e a precariedade dos meios de comunicação fazem com que os preços sejam bem mais elevados do que na capital do estado, Macapá. As políticas sociais que geram desigualdade e pobreza no Brasil revelam um processo histórico de conflitos e também contrastam com a situação da Guiana, a qual atrai milhares de brasileiros que tentam usufruir dos benefícios acordados em um país com um sistema social avançado: o estado Francês oferece vantagens tais como tratamento médico de qualidade, alocações diversas, auxílio desemprego

substancial, educação de nível elevado e o RMI – uma remuneração mínima de inserção - vantagens estas inexistentes ou inoperantes do lado brasileiro. (Castro e Porto, 2007, p. 17).

Aguiar e Martins (2023) alertam, no entanto, que os fluxos migratórios na Amazônia durante o século XX apresentam características que vão além das explicações convencionais baseadas exclusivamente em desigualdades socioeconômicas ou intervenções governamentais. Embora esses fatores desempenhem papéis significativos, os deslocamentos humanos nessa região exigem um olhar mais aprofundado. Nesse sentido, o desafio para os pesquisadores é captar a complexidade desses movimentos e trazer novas abordagens para o estudo das migrações na Amazônia.

Cumprir lembrar, que as migrações que atravessam as regiões de fronteiras internacionais mostram-se processos sociais de nuances históricas, econômicas, simbólicas, ideológicas, espaciais que lhes conferem complexidade que transcende as abordagens micro ou macro, que se estruturam com ênfase no migrante ou nas condições que impulsionam ou atraem esses migrantes. No caso dos estudos sobre as migrações por meio e para além das regiões de fronteiras internacionais, o itinerário, o percurso migratório se mostra como eixo de análise. (Aguiar e Martins, 2023, p. 111).

Aqui cabe apresentar uma reflexão de Hazeu (2011) que corrobora com a proposta de novas perspectivas de abordagem da imigração. Para entendermos que, ao abordarmos a migração, devemos trazer o ser humano ao centro do debate. Assim, considera que:

A migração não pode ser descrita como um processo linear, de um lugar (origem) para outro (destino), mas como processo que assume configurações complexas de cadeias, processos circulares, vivências paralelas em vários lugares alternados, sem destinos definitivos (o lugar de origem pode se tornar um lugar de destino e o que foi destino se tornar origem) (Hazeu, 2011, p.16-17).

E ao trazermos o ser humano para o centro do debate, é imperativo considerar que atualmente o fluxo de imigração de brasileiros já segue uma lógica de amparo familiar maior que outrora. Desde a década de 1960, descendentes dos primeiros imigrantes se estabeleceram na Guiana. Alguns nascidos em solo guianense e outros com cidadania consolidada. A chamada rede de apoio se consolidou e foi ampliada. Assim, com atrativo familiar, além do econômico, revelam processos sociais profundamente complexos que demandam análises mais cuidadosas do fenômeno migratório para a Guiana.

3.3 Entre o oficial e o real

Ao se debruçar sobre as representações midiáticas institucionais das relações entre o Amapá e a Guiana Francesa, Babosa (2014) observou uma tentativa reiterada de construir uma imagem de integração e harmonia transfronteiriça. A retórica (foram analisadas 29 postagens), veiculada em canais oficiais de comunicação do Governo do Amapá, tende a

ênfatizar ações cooperativas, eventos culturais conjuntos e acordos bilaterais em áreas como saúde, segurança e meio ambiente. No entanto, a análise de Barbosa (2014) revela uma camada de tensões e contradições que essas mesmas narrativas buscam suavizar ou ocultar. Assim expõe.

A cordialidade que os títulos das narrativas propagam é traída pelas e nas mesmas narrativas. Na postagem de 25/11/2011, às 13h58, que trata da VII Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil/França, o representante do governo francês é contundente: "Queremos que os garimpeiros brasileiros que estejam trabalhando ilegalmente na Guiana Francesa voltem ao Brasil e obtenham o apoio e o acolhimento do governo". Ou seja, as narrativas da Agência Amapá insistem em tentar omitir uma tensão historicamente e mnemonicamente colocada entre Brasil e França nas suas regiões fronteiriças. Não é de hoje que brasileiros de diferentes partes do país, mas sobretudo da Região Amazônica, atravessam clandestinamente para a Guiana Francesa, em busca de emprego fácil e de uma vida melhor. E não são poucos os relatos que dão conta da hostilidade que os órgãos de segurança da Guiana imprimem aos imigrantes brasileiros. (Barbosa, 2017, p. 72-73).

Barbosa (2014) ainda escancara as contradições entre o discurso oficial e a realidade vivida por migrantes brasileiros em solo francês ultramarino no documentário *Travessia da Ilusão: a vida de brasileiros na Guiana Francesa*⁶. Com uma abordagem etnográfica, o trabalho permitiu o contato direto com os sujeitos de pesquisa e suas experiências cotidianas. O filme revelou que a imagem de harmonia cultivada por órgãos como a Agência Amapá de Notícias sustenta-se mais como construção ficcional do que como reflexo da vivência concreta na fronteira.

Apesar da abundância de registros institucionais celebrando encontros esportivos, fóruns de cooperação e protocolos sanitários binacionais, os relatos colhidos no âmbito do documentário expõem uma realidade marcadamente desigual e excludente.

Os brasileiros que concederam depoimentos aos idealizadores do documentário, na sua esmagadora maioria confirmam que passar para o lado francês é fazer uma travessia ilusória: é cair no subemprego, na chantagem de um mercado informal, na prostituição, como estampado na postagem anteriormente destacada. Alguns dos depoentes chegam a dizer que têm até data marcada para voltar ao Brasil. (Barbosa, 2014, p. 73).

Barbosa (2014) analisa que os testemunhos colhidos pelos pesquisadores, ao contrário de discursos celebratórios, indicam que os projetos de cooperação entre Brasil e Guiana Francesa não se limitam a resolver impasses técnicos ou humanitários compartilhados. Há, segundo expôs o autor, de forma mais velada, uma tentativa de reposicionar o Amapá em

⁶ O documentário "Travessia da Ilusão: a vida de brasileiros na Guiana Francesa" foi idealizado e produzido pelos jornalistas Jorge Cardoso Júnior, Kátia Viegas e Reginaldo Macedo, no primeiro semestre de 2007. Fazia parte dos arquivos de Trabalhos de Conclusão de Curso da extinta Faculdade Seama, instituição responsável pela criação do primeiro curso de Jornalismo no Estado do Amapá. A produção e finalização foram acompanhadas por Barbosa.

relação ao restante do território nacional e ao cenário regional amazônico, buscando romper com seu histórico isolamento geográfico e político. — ainda que, na prática, tal discurso esbarre nos limites impostos por fronteiras reais e simbólicas marcadas por desigualdade, exclusão e migração forçada.

3.4 A ilusão do direito à imigração e do cidadão global

Em seu texto, a Declaração Universal de Direitos Humanos, no artigo 13, versa que “todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar.” O artigo trata justamente do direito de livre locomoção, inclusive de um país para outro. Os imigrantes que cruzam fronteiras internacionais em busca de proteção ou melhores oportunidades de vida, muitas vezes enfrentam desafios complexos e inter-relacionados, que variam conforme o contexto político, econômico e social de cada país de destino; mas estão geralmente relacionados a processos legais e burocráticos; discriminação, xenofonia, pouco ou nenhum domínio do idioma do país de destino, violência e vulnerabilidade social. Essa breve alusão aos direitos humanos foi apenas para começar a situar a discussão em torno das violações desses direitos no contexto da pesquisa.

O filósofo iluminista Immanuel Kant (1795) em “A Paz Perpétua - Um projeto Filosófico” discute em seu terceiro artigo definitivo que para se atingir a paz perpétua é necessário reconhecer o direito cosmopolita e o conceito do que ele chamou de paz universal. Segundo Kant, para que a paz longeve entre as nações seja possível, faz primordial que os Estados respeitem o direito cosmopolita, que se limita às condições de hospitalidade. O conceito apresentado de hospitalidade universal sugere que todo e qualquer ser humano, ao adentrar em território estrangeiro, deve ser tratado sem hostilidade, em que pese suas intenções pacíficas. Kant considera essa hospitalidade como uma condição mínima necessária para prevenir conflitos e assegurar a paz entre os povos, evitando que a condição de ser estrangeiro seja motivo para desconfiança ou hostilidade. Nesse sentido, diz:

Este pode rejeitar o estrangeiro, se isso puder ocorrer sem dano seu, mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente no seu lugar, o outro não o deve confrontar com hostilidade. Não existe nenhum direito de hóspede sobre o qual se possa basear esta pretensão (para tal seria preciso um contrato especialmente generoso para dele fazer um hóspede por certo tempo), mas um direito de visita, que assiste todos os homens para se apresentarem à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra, sobre a qual, enquanto superfície esférica, os homens não se podem estender até ao infinito, mas devem finalmente suportar-se uns aos outros, pois originariamente ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar da Terra. (Kant, 1795, p. 73)

Trouxe Kant à discussão juntamente por seu ideal iluminista ter inspirado a Liga das Nações e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) na construção da Carta Universal dos Direitos Humanos, instrumento esse que representa um marco na consolidação de direitos fundamentais para todos os indivíduos, independentemente de origem, nacionalidade, ou *status* social. O documento reverberou como um instrumento normativo e moral que não apenas reforçou valores globais, mas também impactou diretamente a estruturação das Constituições de diversas nações, a exemplo do Brasil. No caso brasileiro, a Constituição de 1988 reflete essa herança ao promover em seu texto a proteção dos direitos fundamentais como um dos pilares do Estado democrático de direito. No entanto, sabe-se que a rejeição a estrangeiros ocorre inúmeras vezes sem que sejam levados em conta os motivos que os levaram a imigrar. Esse comportamento acarreta consequências práticas no mundo moderno, como as crises humanitárias, alimenta conflitos e tensões internacionais, além de perpetuar sistematicamente injustiças estruturais.

Castles e Miller (2009), relatam que o processo migratório é marcado por situações de vulnerabilidade. Imigrantes enfrentam exploração laboral e social, são alvos de discriminação e abuso. Além disso, as políticas de controle migratório muitas vezes intensificam a marginalização desses indivíduos. Um exemplo claro que nos remete a esses problemas pôde ser observado em 2018. Sob a regência do então governo de Donald Trump, os Estados Unidos estabeleceram a política de tolerância zero de imigração. A Anistia Internacional revelou em seu relatório publicado naquele ano que mais de 6 mil famílias foram separadas em um período de quatro meses. Essas políticas incluíam:

1) expulsões ilegais em massa de requerentes de asilo na fronteira entre os Estados Unidos e o México; 2) milhares de separações familiares ilegais, com as quais a administração Trump infligiu deliberadamente sofrimento extremo às famílias, uma forma de maus tratos que atingiu o nível de tortura em alguns casos, e 3) detenções cada vez mais arbitrárias e detenção indefinida de requerentes de asilo sem possibilidade de liberdade condicional, o que constitui tratamento ou punições cruéis, desumanas ou degradantes (maus tratos), estritamente proibidas por leis internacionais. (Amnesty International, 2018, p. 4).

Em suas 77 páginas, o relatório cita uma série de violações aos Direitos Humanos praticados por agentes governamentais dos Estados Unidos. Um trecho do documento diz que “a enorme angústia psicológica da separação familiar, que as autoridades americanas impuseram intencionalmente aos requerentes de asilo para coagi-los a desistir dos seus pedidos e dissuadir outros que também pretendam requerer asilo, constitui tortura” (Amnesty International, 2018, p. 70).

Recentemente, deputados italianos aprovaram acordo com a Albânia para criação de centros de recepção para migrantes no território albanês. A medida foi criticada por mecanismos internacionais de proteção e direitos humanos que consideram como "cruel e contraproducente", por limitar o acesso ao asilo e intensificar a marginalização de migrantes.

"Estamos muito preocupados com a externalização das políticas migratórias e com a forma como está a ser implementada", diz o porta-voz da Amnistia Internacional Riccardo Noury, que considera classificar o plano de perigoso. O plano parece implicar a detenção automática de migrantes por longos períodos, o que viola o direito internacional. A maioria destas pessoas vai ser classificada como inelegível para proteção internacional e vai ser enviada de volta aos países de origem. Este acordo é cruel e tem como objetivo desincentivar os migrantes, violando os direitos destes", acrescenta Noury. (Giorgia Orlandi & Euronews, 2024).

Esses são apenas dois exemplos de duras políticas de imigração em dois ambientes cujos olhares do mundo estão constantemente voltados. Em caso recente, mas sem a mesma atenção mundial, a entrada de venezuelanos na fronteira com Roraima teve capítulo semelhantemente dramático. A crise econômica e política na qual o país encontra-se intensificaram esse fluxo desde 2017. A tensão na fronteira se acentuou e episódios de xenofobia praticados por brasileiros foram relatados. De acordo com uma matéria do Nexo Jornal de 22 de março de 2018, um dos incidentes ocorreu em 5 de fevereiro, quando um homem atirou uma bomba incendiária contra uma residência onde viviam 31 venezuelanos. Pouco depois, em 19 de março do mesmo ano, cerca de 300 brasileiros atacaram um abrigo em Boa Vista, queimando pertences e expulsando aproximadamente 200 venezuelanos. Os atos de violência continuaram nos anos subsequentes. Segundo reportagem do The Intercept Brasil, publicada em 28 de novembro de 2019, dois venezuelanos, de 28 e 51 anos, foram assassinados enquanto dormiam nas ruas da capital de Roraima. Esses episódios refletem a escalada da violência xenofóbica enfrentada por migrantes e refugiados venezuelanos no estado, destacando um padrão alarmante de hostilidade e discriminação contra essas populações vulneráveis. Mas os episódios de xenofobia não se restringem apenas aos venezuelanos, abrangem também haitianos e cubanos. Mesmo em situação de calamidade geral que moradores do Rio Grande do Sul atravessavam durante as enchentes, ainda assim houve espaços para separações. Em matéria do site da Agência Brasil de 15 de março de 2024, sob o título de "Haitianos e venezuelanos denunciam xenofobia em abrigos do RS", a presidente da Associação dos Haitianos no Brasil, Anne Milceus Bruneau, classificou à época a xenofobia sofrida como "muito grande". Anne acrescentou:

"As comidas principalmente estão sendo servidas cruas. Eles solicitam para trocar comida, mas não trocam. Têm várias crianças que não estão comendo direito, têm adultos que não estão comendo direito porque a comida está sendo crua", lamentou a haitiana que vive há quase 7 anos no Brasil. A presidente da Associação que reúne

os imigrantes do país caribenho diz ainda que há casos de refugiados recebendo apenas uma escova de dente por família e que o acesso à água estava sendo insuficiente. “Eu fiz esse relato e agora estão liberando um pouco mais de água para eles”, disse. Anne acrescentou que as roupas em piores condições são dadas aos imigrantes. Desodorantes, fraldas e outros materiais de higiene também não estariam sendo distribuídos igualmente entre os desabrigados. “Quando eles [os imigrantes] vão lá pedir uma coisa, às vezes eles dizem que não tem, mas quando vem o representante da associação, ou eu mesma, a gente pede e eles dão para nós e nós entregamos para os imigrantes”, acrescentou. (Lucas Pordeus León, 2024).

Em sua pesquisa sobre as dinâmicas de mobilidade haitiana no Brasil, Handerson (2015) narra a trajetória de imigrantes haitianos e o racismo enfrentado por eles no país. Destaca a discriminação vivida durante suas jornadas de mobilidade, especificamente em viagens de barco no Amazonas. Uma das experiências relatadas é a de Maria, que testemunhou um ato de preconceito em uma dessas viagens. Um haitiano pediu emprestado um utensílio a uma jovem branca, que negou o pedido, mas depois emprestou a um americano branco. Maria, ao emprestar o objeto ao haitiano, foi alertada pela jovem de que ele não o devolveria, insinuando desconfiança baseada na cor de sua pele. A história revela como o racismo “à brasileira” se manifesta de forma sutil, através da desconfiança em relação aos negros e da confiança automática nos brancos, mostrando um preconceito enraizado em estereótipos raciais. Assim Handerson descreve a cena:

Quando a jovem viu Maria emprestando os objetos, disse, “Senhora, não empresta, ele não vai te devolver”. Maria lhe respondeu: “por que você acha que ele não vai devolver? Por ser negro?”. Maria continua dizendo: “sangue de negro corre na minha veia, ele (o haitiano) é branco perto da minha avó, ela era negra de gengiva roxa. Não sou racista, senhora”. A jovem ficou parada e não comentou mais sobre o assunto. Segundo Maria, depois de uma hora, o haitiano entregou-lhe a vasilha com a colher. A jovem presenciou a entrega e disse: “Se fosse eu, não ia comer nunca mais nessa vasilha. Diante dessa narrativa, pergunto: “O que levou a jovem branca a pensar que o haitiano não entregaria a vasilha?” O que explicaria a atitude da jovem ao dizer: “Se fosse eu, não comeria nunca mais naquela vasilha?” O que leva a jovem a emprestar a sua vasilha a um americano branco sem desconfiar que este poderia não devolver a vasilha e desconfiar que o haitiano não iria entregar a vasilha à senhora?. Durante a minha conversa com Maria, ela me indagou: “Por que ela emprestou a sua vasilha ao americano e não queria que eu emprestasse a minha para o haitiano?”. Essa narrativa e as questões levantadas mostram a maneira pela qual o racismo e a discriminação racial se revelavam no contexto da mobilidade haitiana no Brasil. (Handerson, 2015, p. 144).

A narrativa também menciona Paula, outra interlocutora, que destaca como negros de outras nacionalidades, como peruanos e colombianos, também são confundidos com haitianos na Tríplice Fronteira. O texto evidencia que a cor da pele e os estigmas associados aos negros influenciam como os haitianos são tratados, mesmo em um contexto de migração onde outras questões como nacionalidade também poderiam estar em jogo.

Quando decidi investigar a mobilidade haitiana no Brasil, imaginei que um conjunto de questões centrais poderiam estar relacionadas à questão racial, ao preconceito de cor. No entanto, perguntava-me: será que esses eram elementos relevantes na

perspectiva dos recém-chegados haitianos? O preconceito de cor seria tão abrangente e tão determinante para os haitianos no Haiti quanto é no Brasil? Por mais que essas questões não sejam o foco da tese, não posso silenciá-las... (Handerson, 2015, p. 143)

A análise do autor demonstra que questões de racismo e discriminação racial se tornam centrais na vivência dos haitianos no Brasil, particularmente na maneira como são vistos e tratados em diferentes espaços sociais. Arendt (1989) afirma que as democracias tendem a utilizar um discurso hipócrita quando falam que os direitos humanos são inalienáveis. “A própria expressão ‘direitos humanos’ tornou-se para todos os interessados - vítimas, opressores e espectadores – uma prova de idealismo fútil ou de tonta e leviana hipocrisia.” (Arendt, 1990, p. 302). Apesar de não tratar em seu texto de imigração, e sim de refugiados, as reflexões de Arendt (1989) são pertinentes para pensarmos também sob a ótica do sujeito que imigra. A autora nos mostra que, quando sujeitos desprovidos de nacionalidade (refugiados), seus direitos são colocados à prova uma vez que, sem a cidadania, ou seja, pertencimento ao Estado Nação, essas pessoas perdem o “direito a ter direitos”. “Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da Terra” (Arendt, 1989, p. 300).

Os exemplos aqui apresentados são poucos, diante de vastos relatos em jornais e trabalhos acadêmicos, de sujeitos que precisam deixar seus países em busca de melhorias e logo viram-se longe do “direito de imigrar e de residência dentro das fronteiras”. Ao contrário, confrontam-se com políticas públicas equivocadas de imigração que acabam por segregar e dificultar o processo de trânsito dos mesmos. E, mesmo residindo por anos em território estrangeiro, ainda são alvos de xenofobia. As situações dadas no mínimo nos fazem repensar a aclamada “hospitalidade brasileira”, pelo menos para aqueles que não são originários do norte global.

3.5 Os sacrificáveis marginais indesejados

Eu busco, neste ponto, agregar o pensamento de uma série de pesquisadores para analisar as dinâmicas de exclusão, violência e gestão da vida que caracterizam parte da trajetória dos sujeitos que imigram. Em *Turistas ou Vagabundos*”, o sociólogo Zygmunt Bauman (1999) utiliza metaforicamente a figura do turista e do vagabundo para descrever diferentes experiências das pessoas no mundo globalizado. São, segundo reflete, criados estratos sociais bem distintos de onde emergem duas categorias de seres humanos: a classe

dominante (ou turistas) e os dominados (vagabundos). A entrada em uma das duas categorias dependerá do grau de mobilidade ou liberdade de escolher onde estar. (Bauman, 1999, p. 94). Bauman utiliza essa dualidade para demonstrar como a globalização cria divisões e desigualdades profundas.

Os turistas ficam ou se vão a seu bel-prazer. Deixam um lugar quando novas oportunidades ainda não experimentadas acenam de outra parte. Os vagabundos sabem que não ficarão muito tempo num lugar, por mais que o desejem, pois provavelmente em nenhum lugar onde pousem serão bem-recebidos. Os turistas se movem porque acham o mundo a seu alcance (global) irresistivelmente atraente. Os vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente inóspito. Os turistas viajam porque querem; os vagabundos porque não têm outra opção suportável (Bauman, 1999, p. 101).

Assim, prossegue...

... Se eles (os “de baixo”) não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés, de modo que é como se estivessem de qualquer forma se mudando. Se põem o pé na estrada, então seu destino o mais das vezes ficará na mão de outros; dificilmente será por opção. Podem ocupar um lugar extremamente pouco atraente que abandonariam de bom grado, mas não têm nenhum outro lugar para ir, uma vez que provavelmente em nenhum outro lugar serão bem recebidos e autorizados a armar sua tenda. (Bauman, 1999, p. 95)

O caso de emigrados ou refugiados é citado.

Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças. (...) viajam às escondidas, muitas vezes ilegalmente, às vezes pagando por uma terceira classe superlotada num fedorento navio sem condições de navegar, mais do que outros, pagam pelos luxos dourados de uma classe executiva – e ainda por cima são olhados com desaprovação, quando não presos e deportados ao chegar. (Bauman, 1999, p. 97-98)

Assim como os refugiados, os imigrantes ilegais adentram na categoria de “vagabundos”. Nesse ponto, faço uma correlação do pensamento de Bauman com a pesquisa empírica prévia desenvolvida com meu interlocutor. Como já mencionado, no capítulo anterior, ao apresentar “João” no sub item 1.4, destaquei que o busco é analisar as memórias de imigração de um interlocutor que passou pelo processo. Em uma abordagem prévia, percebi que imigrar foi, para meu interlocutor, uma busca por melhores condições de vida, segurança e/ou oportunidades. Mesmo que tenha me relatado não ter sido ingênuo a ponto de imaginar a vida de imigrante seria fácil, e também estivesse em conjunturas diferentes sobre a regularidade da situação de imigração (ilegal/legal e ilegal), o colaborador da pesquisa viu-se em situação de exploração econômica. A única possibilidade foi aceitar trabalhos precários, insalubres, com longas jornadas e sem os devidos direitos trabalhistas. Essa situação não veio desacompanhada e trouxe consigo processos

sociais de estigmatização e marginalização, por exemplo. Nesse contexto, faz-se necessário também trazer à discussão Das e Poole (2008).

Em seus estudos sobre vida cotidiana, violência e *biopolítica*, as autoras desenvolvem uma abordagem sobre as margens sociais e os corpos que habitam esses espaços. Para elas, as margens não são apenas fronteiras geográficas ou sociais. São, amiúde, espaços dinâmicos onde as pessoas vivem, interagem e transformam suas realidades, ainda que em condições adversas. No contexto da proposta da pesquisa (memórias de imigração), essa perspectiva vai auxiliar-me no entendimento de como os imigrantes, muitas vezes relegados a essas margens sociais, enfrentam formas de controle, exploração e estigmatização, enquanto reconstróem e negociam suas vidas de maneiras complexas e significativas. Das argumenta que "as margens não são inertes" (Das, 2008, p. 34); elas são espaços de negociação e recriação constante da vida. Para os imigrantes, estar nas margens implica viver em uma posição de vulnerabilidade e precariedade, sujeita a controles *biopolíticos* que visam regular quem pode ou não pertencer ao corpo social. No entanto, essa margem é também um local de agência, onde a capacidade de agir e interagir são exercitadas. Os imigrantes, mesmo em condições de irregularidade ou exploração, continuam a buscar estratégias de sobrevivência, reconfigurando suas identidades e encontrando formas de lidar com as imposições do Estado e do mercado. Conforme Das:

São nestes processos da vida quotidiana que podemos ver como o Estado se reconfigura nas margens. As margens não são simplesmente espaços periféricos. Às vezes, como no caso das fronteiras dos estados de uma nação, determinam o que resta dentro e o que resta fora. Noutros casos, como nos postos de controlo, atravessam o corpo político do Estado. Fronteiras e postos de controlo, como vimos, são espaços nos quais a soberania, como o direito à vida e à morte, é vivenciada de forma potencial, criando efeitos de pânico e sensação de perigo, mesmo que "Nada aconteça."

Paradoxalmente, é nestes espaços de exceção que a criatividade das margens é visível; É aqui que se instituem formas alternativas de ação econômica e política. Sugerir que as margens são espaços de criatividade não significa dizer que as formas que a política e a economia aí assumem, que são geralmente moldadas pela necessidade de sobreviver, não estejam repletas de perigos terríveis. Isto é útil, no entanto, para chamar a atenção para o fato de que, embora certas populações sejam patologizadas através de vários tipos de práticas de poder/conhecimento, elas não se submetem passivamente a estas condições. (Das e Poole 2008, p. 34,35) ⁷.

⁷ Do espanhol: Es en estos procesos de la vida diaria donde podemos ver cómo el estado es reconfigurado en los márgenes. Los márgenes no son simplemente espacios periféricos. Algunas veces, como en el caso de las fronteras de los estados de una nación, determinan qué queda dentro y qué queda fuera. En otros casos, como en el de los puestos de control, atraviesan el cuerpo político del estado. Las fronteras y los puestos de control, como hemos visto, son espacios en los cuales la soberanía, en tanto derecho sobre la vida y la muerte, es experimentada de un modo potencial, creando efectos de pánico y un sentimiento de peligro, aun si "nada sucede". Paradójicamente, es en estos espacios de excepción donde la creatividad de los márgenes es visible; es aquí donde formas alternativas de acción económica y política son instituidas. Sugerir que los márgenes son espacios de creatividad no es decir que las formas que adquieren la política y la economía en estos, las cuales generalmente son formadas por la necesidad de sobrevivir, no estén cargadas de terribles peligros. Esto es útil,

Esses espaços de negociações, na fronteira Brasil e França (Oiapoque e Guiana Francesa), podem ser percebidos nas redes informais de apoio que se desenvolvem. Não raro, esses imigrantes conectam-se com parentes, amigos ou comunidades de migrantes já estabelecidas do lado francês para obterem meios de travessia dessa fronteira, encontrar trabalho e, em muitos casos, oferecem proteção contra as ameaças de deportação e exploração. Embora as condições de trabalho sejam frequentemente precárias, como no garimpo ilegal ou na economia informal, esses imigrantes ainda encontram formas de ganhar a vida e, ao fazê-lo, criam novas dinâmicas socioeconômicas nessas margens que se estabelecem. Apesar dessas dinâmicas estabelecidas, na condição de estrangeiros ilegais, esses sujeitos não fogem do controle do Estado. Para tentar ancorar o debate em torno de como o poder opera sobre pessoas nessas condições, trago o pensamento de quatro autores que me parecem imprescindíveis para tal: Foucault (2010), Mbembe (2018), Agamben (2007) e Fassin (2018). Eu almejo, portanto, relacionar e distinguir as reflexões que fizeram em torno do tema controle, com implicações sobre pessoas que migram.

No apanhado que Michael Foucault faz na aula de 17 de março de 1976, o filósofo trata da questão do *biopoder* e da *biopolítica*. Em sua aula, Foucault sustenta que o racismo não desapareceu, mas foi retomado como uma espécie de racismo de Estado e consigo trouxe a principal característica do século XIX: a esterilização dos corpos biológicos. Surgia, então, um tipo de tecnologia disciplinar sobre os esses corpos. A vida e a morte não seriam fenômenos puramente naturais, mas agora estavam inscritos no campo do poder político. O poder soberano, anterior a era moderna, se baseava no “fazer morrer e deixar viver”. O Rei detinha autoridade sobre seus súditos. A partir da constituição do Estado moderno se apresenta outro paradigma. Este novo modelo vai se apoiar, principalmente, por meio da *biopolítica*, que se volta sobre a coletividade do humano, não apenas pela repressão, mas pela normatização de comportamentos e a gestão de processos vitais (nascimento, saúde, mortalidade). Foucault nos descreve o novo modelo:

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objectos de saber e os primeiros alvos de controle dessa

sin embargo, para enfocar la atención en el hecho de que, aunque ciertas poblaciones son patologizadas a través de varios tipos de prácticas de poder/saber, ellas no se someten pasivamente a estas condiciones.

biopolítica. E nesse momento, em todo caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias. E a observação dos procedimentos, mais ou menos espontâneos, mais ou menos combinados, que eram efetivamente postos em execução na população no tocante à natalidade; em suma, se vocês preferirem, o mapeamento dos fenômenos de controle dos nascimentos tais como eram praticados no século XVIII. Isso foi também o esboço de uma política de natalidade ou, em todo caso, de esquemas de intervenção nesses fenômenos globais da natalidade. Nessa biopolítica, não se trata simplesmente do problema da fecundidade. Trata-se também do problema da morbididade, não mais simplesmente, como justamente fora o caso até então, no nível daquelas famosas epidemias cujo perigo havia atormentado tanto os poderes políticos desde as profundezas da Idade Média (aquelas famosas epidemias que eram dramas temporários da morte multiplicada, da morte tornada iminente para todos). (Foucault, 2010, p. 289-290).

Portanto, ao explorar a natureza do poder, Foucault propõe uma perspectiva que se distancia das visões conservadoras que o entendem essa autoridade como algo exclusivamente centralizado no Estado ou em instituições políticas formais. Em vez da visão tradicional, ele introduz a ideia de que o poder é disperso e capilar, ou seja, está presente em múltiplas e variadas práticas sociais, e se manifesta em diferentes camadas da vida comum. Move-se por meio de micropráticas — desde as instituições, como escolas, prisões e hospitais, até nas relações interpessoais, como nas interações entre médico e paciente, professor e aluno, empregador e empregado. Foucault enfatiza que o poder não é uma entidade única ou uma força concentrada em um centro, como o governo, mas algo que circula via rede de relações. O autor se debruçou no controle da natalidade e da mortalidade, e tem relação com Estados, que, segundo ele, são assassinos, como no nazismo. Ora, a busca pelo espaço vital defendido por Hitler para manutenção e crescimento da “raça ariana” tinha como condição o extermínio de etnias consideradas inferiores. Nos diz:

Vocês compreendem então, nessas condições, como e por que os Estados mais assassinos são, ao mesmo tempo, forçosamente os mais racistas. E claro, aí temos de tomar o exemplo do nazismo. Afinal de contas, o nazismo é, de fato, o desenvolvimento até o paroxismo dos mecanismos de poder novos que haviam sido introduzidos desde o século XVIII. Não há Estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de uma maneira mais densa e mais insistente. Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (assunção do biológico, da procriação, da hereditariedade; assunção também da doença, dos acidentes). (Foucault, 2010, p. 309).

As pistas deixadas por Foucault se apresentam como uma boa oportunidade para aplicadas no caso das populações que migram em busca de sobrevivência material. Nas últimas décadas, os processos de sujeição a que essas populações têm sido submetidas permitem identificá-las como um dos novos alvos da regulação pela governamentalidade *biopolítica*. Deslocados pobres e politicamente vulneráveis, em busca de assistência, enfrentam novos mecanismos de controle nos países onde almejam acolhimento ou uma permanência temporária. Não raro, migrantes em situação de sobrevivência são associados à

ilegalidade, clandestinidade e imoralidade, redefinindo a percepção do indivíduo como uma ameaça à nação ou à comunidade.

Na sequência, trago para compor o debate um breve entendimento meu sobre o ensaio de Achille Mbembe (2018) chamado *necropolítica*. Para Mbembe, Foucault apoiou-se primordialmente sobre a gestão da vida. O que ele propõe, então, é um olhar voltado sobretudo para a administração da morte que orbita os corpos racializados. Assim, para o autor:

a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles... Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para aceitabilidade do fazer morrer (Mbembe, 2018, p. 18).

A crítica a Foucault continua ao discordar sobre a aplicação da *biopolítica* no tempo. O autor não nega o holocausto judeu como manifestação do terror, nem as aplicações do *biopoder* sobre os sujeitos; mas discorda que essa tenha sido uma das primeiras experiências nesse sentido. Para Mbembe, Foucault considera a *biopolítica* a partir da Revolução Industrial (1760 - 1840). No entanto, Mbembe assevera que esse laboratório *biopolítico* já estava assentado na própria prática da escravidão. O holocausto judeu não seria, então, a grande expressão de barbárie alardeada comumente. Seria, apenas, expressão do que já se praticava nas colônias com os sujeitos que os colonizadores deram alcunha de “selvagens”. Elementos do *biopoder* já eram manifestos nesse colonizador. A *biopolítica* de Foucault não daria conta atualmente dos novos arranjos mundiais que expandem a lógica colonial para todos os lugares. Assim, Mbembe justifica as novas categorias:

a noção de *biopoder* é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas as condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p. 71)

Dentre as várias maneiras de se criar o que ele chama de “*mundo de morte*”, “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (Mbembe, 2018, p. 35). Seguindo a linha de pensamento, o autor diz que as fronteiras atuam como as novas colônias. Nesse estado de exceção a serviço da “civilização”, os imigrantes são frequentemente tratados como ameaças à ordem e à soberania, justificando práticas de controle rígidas e, muitas vezes, desumanizantes. Portanto,

fronteiras e colônias; imigrantes e selvagens são similares diante do Estado na aplicação de uma violência institucionalizada, justificada pela proteção da soberania.

as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam (Mbembe, 2018, p.34).

Já Agamben, por sua vez, aprofunda a noção de *biopolítica* de Foucault ao introduzir o conceito *homo sacer*: figura jurídica do sujeito que pode ser morto, e não se configuraria homicídio, e, ao mesmo tempo, não pode ser sacrificado conforme as prescrições de ritos tradicionais. É *matável*, porém, *insacrificável*. Situa-se no limiar entre o mundo político, humano, social; e o mundo divino. As reflexões apresentadas pelo autor permitem associá-las aos imigrantes, especialmente os irregulares. Estes vivem em uma condição de *vida nua*, uma forma de existência que está dentro do Estado, mas fora da proteção jurídica. Portanto, no limbo entre esses mundos. Assim define:

Uma figura enigmática do direito romano arcaico, que parece reunir em si traços contraditórios e por isso precisava ela mesma ser explicada, entra assim em ressonância com a categoria religiosa do sagrado no momento em que esta atravessa por conta própria um processo de irrevogável de dessemantização que a leva a assumir significados opostos; esta ambivalência, posta em relação com a noção etnográfica de tabu, é usada por sua vez para explicar, com perfeita circularidade, a figura do *homo sacer*. (Agamben, 2007, p. 88).

E continua...

...para fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divina. De fato, a proibição da imolação não apenas exclui toda equiparação entre o *homo Sacer* e uma vítima consagrada, mas, como observa Macróbio citando Trebácio, a licitude da matança implicava que a violência feita contra ele não constituía sacrilégio... (Agamben, 2007, p. 89-90).

O conceito ajudou Agamben a falar sobre o que é soberania, como funciona o estado soberano; e, ao mesmo tempo, ajuda a compreender os limites do sujeito de direitos. Para ele, o *homo sacer* é uma figura de exclusão total e subserviência plena. Tal figura encontra-se entre o profano e o sagrado; entre o religioso e o político. Agamben também vai falar sobre o bando soberano. Vai afirmar que esse bando soberano se encontra tanto no ímpeto de banimento, de exclusão total, de tabu; como também de sacralidade. O bando é um espaço que circulam os sujeitos que estão a parte da sociedade política: abandonados. A sua consagração se faz por meio da total obliteração dos sujeitos do bando, e pela total obliteração

dos seus bens, das suas propriedades. O sujeito que está no bando precisa ser esquecido, excluído, destruído. Encontra-se em total estado de indeterminação. Portanto, nesse espaço de exclusão total encontra-se o *homo sacer*, que ali está, entre o tabu e a sacralidade.

O conceito de "bando", descrito como um espaço fora do ordenamento jurídico, se alinha ao que Agamben chama de *espaço de exceção*, onde as leis normais são suspensas, e a soberania atua de forma absoluta, sem as restrições do direito comum. O imigrante indocumentado pode perfeitamente ocupar esse espaço de exceção proposto pelo autor. Apesar de estar fisicamente inserido nas fronteiras de um Estado, sua condição legal e política está à margem: ele está banido do pleno pertencimento à comunidade política e, portanto, exposto ao poder absoluto da soberania. Esse bando, esse ambiente de exclusão engendrado pelo soberano onde a ordem jurídica é simultaneamente aplicada e suspensa, torna evidente a condição dos imigrantes que, na busca por refúgio ou melhores condições de vida, encontram-se em uma zona de indeterminação. Por estarem no Estado, são pertencentes a este e, ao mesmo tempo, não o são: estão fisicamente dentro de suas fronteiras, mas legalmente fora de suas proteções. O soberano, então, pode decidir sobre a exclusão desses indivíduos, definindo quem é digno de acolhimento e quem pode ser abandonado à morte (seja literal ou social, como o confinamento em campos de refugiados ou centros de detenção). Assim, Agamben nos mostra que, de certa forma, a soberania está justamente no poder da transgressão maior, no poder de matar.

Isso significa que o soberano é justamente aquele que produz os seus *sarceres*. Produz a *vida nua*, sem cobertura jurídica, sem participação política, sem direitos. Indigna de uma participação social que prescreva rituais para a morte e indigna de direitos. Portanto, uma situação em que, acerca do *homo sacer*, acerca dessa vida sacra, dessa *vida nua*, todos os outros sujeitos são soberanos. E acerca de todos esses outros, o *sacer* é o submisso. A soberania, para Agamben é justamente a capacidade de produzir esses *homo sacers*, e de produzir um espaço de exceção e inseri-los. E dentro desse espaço não há possibilidade da constituição de uma sociedade. Esse espaço de exceção é o espaço do *matável*, é o espaço em que a possibilidade da sociabilidade se dá de maneira submissa perante o soberano.

O imigrante que entra ilegalmente em um país está a mercê da boa vontade de outros, subjugado. Essa “boa vontade” não significa necessariamente empréstimo de solidariedade, mas domínio em relação ao *sacer*. A participação social do ilegítimo depende de uma não denúncia. Se se machucar em um trabalho e recorrer ao sistema de saúde estatal pode ser denunciado, deportado. Vai denunciar para quem se acaso receber um trabalho e não for

pago? Não são cidadãos. Esses sujeitos encontram-se no espaço da *matabilidade* sem que quem o mate seja homicida. Encontram-se cercados por soberanos.

Ao seguirmos no debate, faz-se imperioso destacar as ponderações de Didier Fassin ao nos apresentar uma crítica ao modo como as vidas dos imigrantes são avaliadas e hierarquizadas, além de suas considerações a respeito da *biopolítica* de Foucault e *vida nua e vida qualificada* de Agamben. A crítica reside na falta de atenção às dimensões morais e éticas que moldam as políticas contemporâneas de imigração e exclusão apresentadas pelos autores que o antecederam. Segundo Fassin, como Foucault estava interessado na normalização, a questão da diferenciação enquanto desigualdade não foi bem desenvolvida. Segundo Fassin (2018):

⁸Michel Foucault fez da entrada da vida no campo da política o limiar da modernidade biológica.[12] No entanto, se nos referirmos à etimologia desta palavra, o que Foucault chamou de “biopolítica” paradoxalmente não diz respeito à vida como tal, mas sim à regulação das populações através de tecnologias tão diversas como a demografia e a epidemiologia ou o planejamento familiar e a saúde pública (Fassin, 2018, p. 19).

O ponto central da crítica de Fassin é que Agamben concebe essa condição de *vida nua* de forma muito abstrata e generalizada. Não leva em conta as variações e especificidades que caracterizam a vida de diferentes grupos e indivíduos. “Portanto, falar de *biolegitimidade* em vez de biopoder é enfatizar a construção do sentido e dos valores da vida em vez de insistir na aplicação de forças e estratégias para controlá-la”. (Fassin, 2018, p. 35).

Fassin sugere que, ao reduzir as vidas dos migrantes e refugiados a uma simples figura biológica, Agamben ignora as dimensões morais e políticas complexas que envolvem essas populações. Ele argumenta que as políticas migratórias contemporâneas não operam apenas por meio de exclusão e abandono, mas também por formas de inclusão diferenciada, onde há uma constante valorização moral de quem merece ser protegido e quem deve ser marginalizado. A contraproposta apresentada sugere que mesmo diante de situações extremas os indivíduos não se limitam a assumir o papel de vítimas passivas frente a eventos trágicos e à opressão estatal, mas se posicionam como agentes de sua própria trajetória, transformando até mesmo sua condição biológica em uma ferramenta de ação política. Portanto, a ideia de que todos os sujeitos em situação de vulnerabilidade estão, de fato, destituídos de direitos e reduzidos à condição de *vida nua* é, segundo o autor, ilusória.

⁸ Do espanhol: Michel Foucault hizo de la entrada de la vida al campo de la política el umbral de la modernidad biológica.[12] Sin embargo, si nos remitimos a la etimología de esta palabra, lo que Foucault llamó “biopolítica” paradójicamente no concierne a la vida como tal, sino a la regulación de las poblaciones por medio de tecnologías tan diversas como la demografía y la epidemiología o la planificación familiar y la salud pública.

Por exemplo, no contexto das políticas de imigração ou dos refugiados, Fassin mostra como o sofrimento é frequentemente usado como uma justificativa para a ação política. Refugiados percebidos como vítimas legítimas de violência e pobreza podem ser vistos com compaixão e, portanto, considerados merecedores de ajuda humanitária. Já outros migrantes, especialmente os econômicos, são frequentemente retratados como menos dignos de proteção, sendo marginalizados ou criminalizados. A exposição do corpo (como no caso de alguém que precisa comprovar uma doença ou as sequelas de tortura) torna-se um meio de reivindicar direitos e proteção. Dessa maneira, o Estado ou as instituições respondem não mais pela imposição de normas (*biopolítica*), mas pelo reconhecimento do valor da vida e da dignidade humana frente à dor e à doença. Assim Fassin descreve o processo:

Especificamente, aqui nos interessa uma forma de governo dos homens que não seja uma política através da qual a lei (moral ou legal) seja imposta ao corpo em nome de comportamentos supostamente saudáveis (para prevenir patologias, no caso da saúde pública).) ou normal (para descartar desvio se envolver ordem pública). Pelo contrário, consiste numa política em que o que dá ao corpo o direito, por doença (que justifica o cuidado) ou sofrimento (que apela à compaixão), a uma autorização de residência, ao auxílio de emergência. Consequentemente, mais do que a imposição do biopoder, no sentido em que Foucault (1976: 172-211 [127-152]) o entendeu – isto é, uma “disciplina” de conduta individual e coletiva – nestas solicitações as Instituições devem ser vistas como implementação da biolegitimidade, pois propus chamar esta forma de reconhecimento social da vida como um “bem supremo”, para recordar as palavras acima mencionadas de Hannah Arendt (1963; fr. ed.: 82-165). A exposição do corpo através da própria história (forma mais comum de justificar a assistência social), mas também, por vezes, à vista de outrem (procedimento habitual para atestação de doença de estrangeiro que solicita regularização para fins médicos, ou prova das consequências da tortura para um requerente de asilo...). (Fassin, 2018, p. 69).

Esse conjunto de reflexões de Fassin, onde evidencia a complexidade dos fenômenos abordados, são imprescindíveis para exames sobre a forma como o poder contemporâneo não apenas regula a vida, mas também atribui valor moral e político às vidas humanas, criando hierarquias de dignidade no contexto migratório. O apanhado dos autores aqui exposto será fundamental para perceber como essas categorias foram negociadas na experiência de imigração do meu interlocutor de pesquisa. No contexto da Guiana Francesa, o interlocutor vivenciou o que Hannah Arendt chamou de “apátridas”; a existência periférica, à margem, sem amparo do sistema jurídico e social. Ao partirem de Oiapoque com destino à Guiana de forma ilegal, sua cidadania não é reconhecida. Esses indivíduos, então, encontram-se privados de direitos. Não seria exagero meu chamar suas experiências de odisséia. Na exploração de campo preliminar, pude perceber que diversos foram os meios a que os colaboradores tiveram que recorrer para sua subsistência. Algumas dessas atividades apenas garantiam a permanência no país estrangeiro, o que frustrava um dos

objetivos iniciais: o envio de reservas às suas famílias. Essa situação de vulnerabilidade foi além da ausência formal de um *status* legal. Estiveram imersos em um ambiente hostil e expostos a todo o tipo de arbitrariedade, abusos e chantagens em troca do silêncio de suas condições ilegais.

As políticas migratórias da Guiana Francesa oscilam entre momentos de tolerância e repressão, aplicando um tipo de soberania disciplinar que ora explora a força de trabalho desses migrantes, ora os invisibilizam e marginalizam como presenças descartáveis (Aguiar e Martins, 2023). Essa invisibilidade, conforme nos ajudam a explicar conceitos como *biopoder* de Foucault e *necropolítica* de Mbembe, não significa necessariamente a ausência de controle, mas uma forma de gestão seletiva, onde o Estado alterna entre ignorar suas existências e exercer um domínio pontual e restritivo sobre elas. O trabalho no garimpo foi um entre vários nos quais atuaram. Por vezes, o trabalho consistia em estar a bordo de balsas utilizadas na exploração do ouro. Na cozinha desses locais, a função era o preparo dos alimentos que seriam servidos aos garimpeiros durante a semana de trabalho. Às vezes a atividade se dava diretamente no processo de garimpar. Outra opção foi a compra e venda de produtos de vestuário, cosméticos, higiene pessoal, etc., nas cidades e revenda no garimpo, onde eram negociados em gramas de ouro. Esse comércio gerou, em determinadas situações, inquietação sobre o não pagamento do que foi vendido. A quem recorrer foi descrito como dilema. Atividades em pensões também foram alternativas. Nesses trabalhos informais, como no garimpo, os colaboradores frequentemente operaram em uma zona de indiferença e insegurança, situação que Agamben definiu como *vida nua*: mantidos à margem de proteção legal e sujeitos a formas de controle que os tornam ainda mais expostos, sem, contudo, assegurar-lhes a dignidade.

Nas observações de campo, percebe-se que, embora tenham vivido à margem da sociedade, esses imigrantes resistiram ao abandono e ao estigma também por meio de redes informais de apoio, além das atividades de subsistência. Contatos estabelecidos ao longo da jornada geraram outros contatos e novas redes que se estenderam por todo o período da experiência de imigração. Esses indivíduos converteram, portanto, e como sugere Fassin, as suas condições de precariedade em uma forma de agência, confrontando a indiferença institucional e reafirmando seu lugar na sociedade. A experiência do meu interlocutor torna claro que, ainda sujeitos aos processos de exceção do Estado, é possível transformar a vulnerabilidade em agência.

Aqui procurei costurar uma narrativa que não apenas desse conta de números e alguns marcos históricos, mas que também revelasse os fios silenciosos da exclusão e da invisibilidade que acompanham tantos corpos em trânsito. Ao longo desse capítulo procurei

mostrar que migrar não é apenas atravessar geografias. É, sobretudo, lidar com fronteiras simbólicas que definem quem tem direito a ser lembrado e quem pode ser condenado ao esquecimento, seja histórico ou social. Há a memória oficial que enaltece o país como terra de braços abertos. Há, ainda, a outra memória, subterrânea e muitas vezes silenciada, onde habitam os relatos de sujeitos como de haitianos, narradas neste capítulo a partir dos estudos de Handerson (2015). Eles permanecem à margem, figurando apenas quando se tornam problema ou estatística. Ainda que atuem de forma atônoma, negociando sua inserção nas estruturas sociais, as escolhas feitas são sempre dentro de um campo de forças desiguais.

4 A JORNADA MIGRATÓRIA

A trajetória de João Nascimento é marcada por deslocamentos geográficos, econômicos e sociais. Sua história, permeada por desafios familiares, experiências de trabalho infantil e processos migratórios, ilustra os complexos mecanismos de exclusão, resistência e adaptação vivenciados por indivíduos em contextos de vulnerabilidade. João Rodrigues nasceu na cidade de Porto Grande, no estado do Amapá, na década de 80. Naquele tempo, Porto Grande ainda não era um município de fato. Localizado a 108 km da capital, Macapá, foi elevado a categoria de município apenas pela lei nº 0003, 01 de maio de 1992. Antes da implantação da Rodovia BR-210 — que atualmente conecta Macapá e a Serra do Navio —, o transporte ferroviário era o meio de deslocamento regular utilizado pelos trabalhadores vinculados à Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI). A empresa, detentora da concessão de exploração do manganês na região durante o período de nacional-desenvolvimentismo, foi responsável tanto pela construção da Estrada de Ferro do Amapá (EFA) quanto pela edificação da então vila operária de Serra do Navio.

Filho de agricultores, João é o terceiro de um total de sete irmãos. O pai, que em determinado período acabou por conseguir um emprego de operador de máquinas pesadas na empresa Amapá Florestal e Celulose (Amcel), subsidiária da ICOMI, era pouco presente na vida dos filhos e vivia envolto com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool. Segundo o interlocutor, não raro, ao sair para receber os honorários mensais, desviava o caminho de volta para casa e se perdia em bares e similares. O comportamento vicioso gerava escassez de itens básicos de alimentação, vestuário e escolar, além de brigas constantes que eram presenciadas por todos os filhos do casal.

Era comum que não tivessem nada além de farinha para as refeições. Quando a conta da “baiúca” não era paga, não se tinha nem a farinha. Seguindo um costume arraigado entre os habitantes dos municípios do Amapá, onde rios e lagos cortam as paisagens, não raro os filhos mais velhos abandonavam a infância e dias de escola e lançavam-se às margens dos rios

em busca do alimento diário. No entanto, não raras também eram às vezes em que a empreitada não era bem-sucedida, ou suficiente, para alimentar a todos. Crescer sob a sombra de um pai ausente e de um lar marcado pela incerteza financeira moldou a infância de João Rodrigues e seus irmãos. O medo e a sensação constante de desamparo tornaram-se marcas indelévels, atravessando os anos e reverberando em suas relações interpessoais, suas escolhas e a maneira como encaravam o mundo.

A mãe, decidida a amenizar as dificuldades pelas quais passava com os filhos, começou um modesto negócio de venda de café da manhã, e da tarde, na estação ferroviária do município. O local era ponto de embarque e desembarque dos trabalhadores da fábrica de celulose da época e também de passageiros, que faziam o trajeto da cidade de Santana, com destino a Porto Grande e Serra do Navio. “Não havia lanchonete no local. Então, minha mãe resolveu montar uma ‘banquinha’. Saíamos de casa cedo, mamãe e eu. Muito cedo. Antes do sol nascer. Comprávamos os pães na padaria no trajeto e montávamos os lanches na estação mesmo”. Após a chegada do trem e embarque da massa de trabalhadores, juntavam tudo, desmontavam a banca e seguiam de volta a casa. A tarde a rotina se repetia. No total, eram doze quilômetros de caminhada no trajeto feito duas vezes ao dia, diariamente. A rotina seguia aos sábados, domingos, feriados e mesmo em dias de chuva.

Dentro dessa dinâmica, o trabalho infantil surgiu como uma necessidade, e não como escolha. O personagem foi inserido em um ciclo de responsabilidades que ultrapassou a experiência lúdica da infância. O trajeto de doze quilômetros diários, repetido duas vezes ao dia, não é apenas um desafio físico, mas um símbolo da naturalização da sobrecarga infantil no contexto de vulnerabilidade ao qual estava inserido. O tempo que poderia ser dedicado ao estudo ou ao descanso era constantemente convertido em esforço pela sobrevivência. A combinação da pobreza, do trabalho infantil e a ausência de perspectivas de ascensão constitui um terreno fértil para deslocamentos futuros.

Obviamente não confortável com a experiência da escassez, criou uma centelha de um impulso migratório latente. Permanecer nesse ambiente poderia significar a perpetuação da precariedade. A memória da exaustão, das caminhadas intermináveis, do sacrifício materno e da incerteza alimentar despertou uma vontade de fuga, de buscar por lugares onde o esforço pela sobrevivência não fosse tão dispendioso e desproporcional. Esse deslocamento, portanto, não ocorreu baseado somente por uma decisão racional, mas como resultado de um acúmulo de experiências que ensinam a um indivíduo que, para romper com esse ciclo, talvez seja necessário partir. Alguns migram para centros urbanos onde as oportunidades parecem mais acessíveis; outros escolhem países estrangeiros que prometem melhores condições de vida.

Nesses casos a migração se apresenta como uma ponte entre a necessidade e a esperança. São empurrados para fora, mesmo que inconscientemente.

As pesquisas sobre a estrutura familiar costumam utilizar variáveis como tamanho da família, número de irmãos por faixa etária, gênero da pessoa responsável pelo domicílio e presença de um cônjuge no lar para analisar seus impactos socioeconômicos (Barros, Mendonça e Velazco, 1994; Grootaert e Patrinos, 2002; Emerson e Portela Souza, 2007; Kassouf, 2010; Aquino et al., 2010). De modo geral, os estudos indicam que famílias numerosas e a presença de irmãos mais novos tendem a aumentar a incidência de trabalho infantil; além de sugerirem que crianças inseridas em lares com somente um responsável, pai ou mãe, estão mais propensas a problemas de rendimento escolar, trabalho infantil, delinquência, suicídio e violência.

Mesquita e Ramalho (2015) apontam como outro fator determinante para incidência do trabalho infantil é a chamada família monoparentais, aquela onde há a figura da provedora unilinear. Ou seja, aquela que sustenta sozinha a estrutura familiar (geralmente uma mulher) e que, devido à ausência de um parceiro ou da presença ativa de outros adultos na casa, assume funções diversificadas, exercendo os papéis simultâneos de mãe, pai, cuidadora, educadora e responsável financeira

Esse tipo de arranjo familiar, muito comuns em contextos marcados por pobreza, centraliza a responsabilidade parental em uma única figura. Além da situação de extrema sobrecarga, há a necessidade de garantir a sobrevivência por meio do trabalho informal ou precário. A rentabilidade econômica torna-se, então, o eixo organizador das relações sociais e afetivas no seio familiar. Ou seja, os vínculos, a distribuição de tarefas, a autoridade e até o afeto passam a ser mediadas pela escassez de tempo e de recursos.

A trajetória de João, tal como registrada, evidencia com nitidez a configuração familiar unilinear, centrada na figura materna, que acumulou múltiplas funções — de provimento material e cuidado afetivo. Sua mãe, responsável exclusiva pela criação dos filhos após a ausência paterna, exerceu simultaneamente os papéis de mãe e pai, trabalhando intensamente para garantir a subsistência familiar.

Alguns estudos empíricos para o Brasil reportam evidências empíricas sobre maior propensão ao trabalho infantil em famílias monoparentais chefiadas pela mãe. Cacciamali, Ferreira Batista e Tatei (2008) mostram que o sexo do chefe da família é importante para a incidência do trabalho infantil, em particular, quando se trata de uma mulher sem cônjuge, isto é, suas evidências mostram que a probabilidade de a criança trabalhar aumenta nesse caso. Já Barros, Mendonça e Velazco (1994) sugerem que a renda não é a única causa do trabalho infantil no Brasil, mas ser menino, ter cor parda e pertencer a famílias numerosas e chefiadas por mulheres são características que afetam diretamente o trabalho infantil. Ademais, também pode

ser citado o estudo de Duryea et al. (2005) para o Brasil, Nicarágua e Peru, que destaca a maior probabilidade de trabalho infantil em domicílios chefiados por mulheres. (Mesquita e Ramalho, 2015, p.103).

Em sua saga, João acompanhava a mãe no contraturno da escola. Após dois anos na rotina de ir à estação ferroviária, descobriu que a proprietária da padaria, na qual faziam a compra dos pães para montagem de lanches, era uma tia distante, por parte do pai. A partir daí surgiu o convite para ajudar a tia na padaria. O local logo passou a ser moradia. João ocupava um quarto nos fundos do empreendimento. Recebia cerca de R\$ 40 reais por semana. “Não ficava com nenhum centavo. Todo o dinheiro repassava à minha mãe, que juntava com o pouco que ganhava na venda de lanches, e revertia no ‘rancho’ da semana e reinvestir na venda de lanches”. Não se podia contar com o dinheiro oriundo do serviço do pai.

João acabou por viver o início, e parte da adolescência, na padaria. Conseguiu conciliar trabalho e estudos e terminou o ensino médio em magistério. Um dia, ao retornar do estágio necessário para a conclusão do magistério, deparou-se com ambulâncias na frente da padaria. A tia havia sofrido o acidente vascular cerebral, um derrame que, segundo relata, foi causado pelo descaso da tia “ao abrir o freezer da padaria com o ‘corpo quente’”. A partir daí, com 17 anos, assumia a administração da panificadora. O trabalho, que já não era tão fácil, passou a ser ainda mais desgastante. Ele era a pessoa de confiança da proprietária, mas inexperiente. Ainda assim conseguiu administrar o compromisso de fornecimento de 400 pães, diários para a Amcel, além da demanda da comunidade, gerenciamento do corpo de funcionários que trabalhavam em dois turnos e burocracias cotidianas de empresas.

“Tudo isso começou a tomar muito tempo. E aliado aos estudos, pesou demais”. A tia tinha uma sócia que residia em Macapá. No entanto, mesmo alertada sobre o estado de saúde e ausência da sócia à frente dos negócios na cidade de Porto Grande, não esboçou interesse em assumir o negócio na cidade e não enviou ninguém que o fizesse. Nesse período João recebeu auxílio de uma vizinha, que auxiliou na parte operacional diária. Mas tão logo terminou o curso de magistério no ano de 1999, sobrecarregado, decidiu ir para Macapá. Na capital, entregou a direção do negócio de vez. “Eu queria ser professor. Havia estudado para isso”.

“Morei durante um ano na casa de minha avó em Macapá. Trabalhei como recepcionista de um hotel no ano 2000. Após três meses de serviços prestados, fui convidado pelos meus patrões a ir morar lá, em um dos quartos. Eles eram de São Paulo e tinham planos de montar uma agência de viagens lá em SP”. No retorno de uma das viagens que fez à capital

paulista, o empregador acabou por falecer. Complicações devido sua condição de paciente renal crônico. Dona Vera, viúva, quis dar andamento ao projeto e sugeriu que João fosse para São Paulo. Oferta recusada. Diante da incerteza, contactou uma das irmãs que residia em Oiapoque e decidiu partir para o extremo norte do Amapá.

4.1 A decisão de ir para o extremo norte

Localizado na porção setentrional do Estado do Amapá, o município de Oiapoque abrange uma área superior a 22 mil km² e compartilha limites com Calçoene, além de pequenos trechos com os municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari. A População estimada em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), era de 30.481 pessoas. Ao norte, o rio que dá nome à cidade e ao município marca a linha fronteira com a Guiana Francesa, um território ultramarino ainda vinculado administrativa e politicamente à França, herança direta de seu passado colonial. Nessa região, a condição de periferia em relação ao restante do território nacional, aliada às práticas cotidianas de interação transfronteiriça, constitui um traço central da dinâmica regional.

A região do rio Oiapoque integra historicamente um amplo território denominado “Guiana” ou “Guianas”, que se inicia no delta do rio Orenoco, na Venezuela, e se estende até o divisor de águas da margem esquerda do rio Amazonas. Assim, essa região é reconhecida como a “Guiana brasileira”, estando pautada culturalmente em origens distintas, como a créole e caribenha, a cabocla, a indígena e a amazônica. Os documentos históricos acusam que essa região apresenta, há séculos, considerável população ameríndia e fluxo migratório intenso. Por sinal, a região pode ser pensada sob diversos aspectos, como espaço de intersecção e de redes de relações interculturais, como terras de “refúgio” populacional e de pioneiros em busca do “eldorado”, ainda, zonas de contatos e conflitos pautadas em ciclos migratórios irregulares de diversas ordens associados aos processos históricos, mas, sobretudo, como espaço de “não lugar” ou como a “fronteira” em construção (ROMANI, 2010). (Almeida e Rauber, 2017, p. 476 - 477).

A presença maciça indígena é outra característica singular do município. Dados do Censo Demográfico (IBGE 2022) mostraram que Oiapoque concentra a maioria da população indígena do estado do Amapá, com 8.088 pessoas, divididas entre os povos Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali’na e Palikur que habitam as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, na fronteira com a Guiana Francesa. Os povos indígenas do extremo norte do Amapá “são o resultado de várias migrações e fusões antigas e mais recentes de etnias diferentes e mesmo não indígena” (Vidal 2008, p. 109). A diversidade linguística das comunidades indígenas do baixo Oiapoque revela uma complexidade marcada por plurilinguismo em meio a um território fronteiro. Permeado por influências históricas e socioculturais diversas, os modos de expressão oral desses povos se articulam como ferramentas de comunicação, elementos

centrais de identidade. “Boa parte da população indígena do baixo Oiapoque se comunica em vários idiomas, português e patoá ou kheoul (língua franca regional), idioma nativo dos Karipuna e Galibi Marwomo; os Palikur e Galibi Kali’na falam suas respectivas línguas nas aldeias. Alguns indígenas também sabem se comunicar em francês” (Vidal, 2008, p. 110). Rauben e Almeida (2017) dão uma mostra da diversidade cultural na fronteira.

Os indígenas do Oiapoque, compostos na contemporaneidade sobretudo pelos povos Palikur-Arukwayene, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi Kali’na, juntamente com os créoles, antillesses, cearenses, paraenses, maranhenses, ribeirinhos e caboclos de diversos lugares, formam o tecido étnico complexo de constituição desta região que não pode ser definida somente como “terra de índios”, de “não índios”, de caribenhos e de amazônicos, mas como um lugar de fronteira, o lugar da diversidade e da alteridade, um lugar de encontros e desencontros realizados há séculos. (Almeida, Rauber, 2017, p. 478).

Toda essa dinâmica cultural pôde ser vivenciada por João logo nos seus primeiros meses na nova cidade. “Ao chegar no Oiapoque trabalhei de camelô, em uma barraca do seu Valdeci, por oito meses. No período de grande movimento, o centro comercial era frequentado por indígenas brasileiros e franceses, não indígenas, franceses da Guiana e da Europa. Muitas línguas podiam ser ouvidas. Após esse período, prestei um processo seletivo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), onde finalmente consegui trabalhar com o que almejava: professor em áreas indígenas. Foram dois anos em uma aldeia⁹ distante da sede. Após esse período, fui transferido para outra mais próxima de Oiapoque. Na época (por volta de 2002) ganhávamos R\$ 520 e, com descontos, R\$ 474”. O processo seletivo da Funai foi feito mediante Governo do Estado do Amapá. João diz que não raro ficavam vários meses sem receber salários.

“Numa dessas aldeias em que lecionava conheci a mulher que seria minha esposa. A irmã dela havia recém-chegado de Caiena e levou o esposo para conhecer uma das prais de água doce da região. No horário do almoço foram até a minha casa perguntar se poderiam retirar algumas pimentas da pimenteira plantada pouco antes da entrada da casa. Dei as pimentas e, em contrapartida, me convidaram para almoçar. Mantivemos contato após esse encontro e começamos a namorar depois de um tempo”.

A esposa, indígena, residia numa das aldeias mais próximas do Oiapoque. De onde estavam, até a casa da então namorada, eram 20 minutos de “voadeira” pelos rios da região. Aos finais de semana se deslocava até a aldeia onde residia a namorada e se hospedava no alojamento de professores. Tão logo terminou o tempo de lotação na localidade que estava,

⁹ O nome das aldeias por onde o interlocutor atuou como professor serão suprimidas como medida para preservar a identidade do mesmo.

não retornou ao Oiapoque. Passou a morar com a namorada. Após um ano, veio a primeira gravidez. “Eu continuava no contrato, mas as despesas eram crescentes, apesar de morarmos na casa do pai dela, meu sogro. Eram muitos parentes morando juntos. Decidimos, então, morar no alojamento de professores temporariamente. Começamos a comprar fogão, cama e outras coisas muito pausadamente, gradualmente”.

Pelo menos uma vez ao mês João necessitava se deslocar ao município de Oiapoque para receber o salário e fazer compras. Nessas idas, era comum passar um tempo e tomar algumas cervejas. Em uma dessas ocasiões encontrou com uma amiga que havia conhecido ainda nos tempos de funcionário da panificadora em Porto Grande. “No tempo em que trabalhei na padaria conheci duas mulheres que residiam em Santana. A cada duas semanas, mais ou menos, iam a Porto Grande. Uma delas ficava com um primo meu, a outra com um amigo. Eram garotas de programa: Vânia e Êlda”. Um tempo depois, já residindo em Oiapoque, João encontra com a Êlda, que estava em trânsito na cidade a caminho das casas de prostituição em garimpos da Guiana Francesa e Suriname. “Ela ficava nesse vai e vem constante. Transitava por diversos garimpos”.

Êlda adotava o que Jimenez e Rodriguez (2004) chamam de retorno circular para conceituar esse movimento estabelecido entre origem e destino. Para os autores, a situação ideal vislumbrada por alguns migrantes não consiste em um retorno definitivo, mas sim na possibilidade de transitar continuamente entre os dois mundos que compõem suas vidas — o país de origem e o de acolhida. Essa aspiração está enraizada no desejo de usufruir simultaneamente dos aspectos positivos de cada local, seja na dimensão material, simbólica ou afetiva. Estar próximo de familiares, manter vínculos sociais e preservar uma sensação de pertencimento múltiplo são componentes centrais dessa lógica de mobilidade ampliada.

Nesse contexto, muitos migrantes não apenas mantêm laços simbólicos com sua terra natal, mas fazem investimentos concretos, como a compra ou reforma de imóveis, com o objetivo de garantir um ponto de ancoragem que lhes permita retornar com frequência ou mesmo se fixar, sobretudo em fases mais avançadas da vida, como a aposentadoria. Importa destacar que os autores evitam a noção de “transmigrante” — amplamente utilizada para descrever sujeitos que mantêm conexões simultâneas com múltiplas nações — e preferem adotar o conceito de “transeunte”, em seu sentido mais estrito. Aqui, o termo não se refere à mera passagem, mas a uma condição existencial de movimento constante, em que o migrante se constrói e se reconhece na própria mobilidade. O transeunte não pertence fixamente a lugar algum, mas aos deslocamentos em si, à lógica de estar sempre a caminho.

Nas conversas durante esses encontros, Êlda relatou que nos garimpos era possível ganhar um bom dinheiro. A aquisição de uma casa em Santana, no Oiapoque e loja de cosméticos foram alguns dos exemplos de conquistas materiais citadas por Êlda, cujo dinheiro do trabalho em áreas de garimpo proporcionou. Além de sexo, Êlda também levava itens diversos (higiene, cosméticos, vestuários) e revendia no garimpo. Essa foi uma das sugestões dadas por ela para que João começasse a fazer dinheiro em garimpos.

Conforme relatado por João, Êlda já atuava como acompanhante no Brasil. As dinâmicas migratórias protagonizadas por essas mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica revelam frequentemente complexas dinâmicas de agência, necessidade e/ou coerção. Longe de se reduzirem a deslocamentos puramente voluntários ou meramente forçados, essas trajetórias se assentam em um emaranhado de fatores estruturais, como o desemprego crônico, a desigualdade de gênero, a sobrecarga do trabalho de cuidado e as múltiplas formas de violência doméstica. Quando essas pressões sociais encontram promessas (ainda que incertas) de melhores condições de vida no exterior, muitas mulheres optam por migrar mesmo diante de riscos significativos, inclusive quando a rota migratória se associa a circuitos de exploração sexual.

Em uma pesquisa sobre intercâmbios econômico-sexuais e dinâmica de mobilidade de brasileiras no Suriname, trânsitos na Guiana e na Guiana Francesa, Araújo (2017) expõe os motivos de se lançarem entre fronteiras:

Das quatorze mulheres entrevistadas que migraram do Brasil para o Suriname através de um clube de prostituição, oito (57%) afirmaram que a principal motivação para a viagem foi o fato de encontrar-se desempregada e ser a única responsável financeiramente pelos filhos; cinco (36%) apontaram a violência doméstica, ameaças pelo marido ou ex-marido e uma relação difícil com ele como o motivo, ou seja, foi uma forma de afastar-se dele; e uma (7%), que já atuava na prostituição no Brasil, foi em busca do mercado do sexo mais lucrativo. (Araújo, 2017, p. 172).

Êlda, portanto, está inserida no universo minoritário, conforme a pesquisa, das que já atuam no Brasil e vão em busca de um mercado mais lucrativo. Além do sexo, atividades de comércio de produtos no garimpo foi outro meio utilizado por Êlda, e posteriormente por João, para compor renda. Essa prática é comum e pôde ser constatado por Araújo (2017):

Os dados coletados em campo mostram que há mulheres que migram com a perspectiva de vender roupas ou trabalhar como cozinheiras, e que passam a atuar no mercado do sexo, “as iniciantes”; contudo, destas, nem todas assumem o trabalho do sexo como única atividade, em geral, revezam com outras, ligadas ao serviço doméstico no garimpo. (Araújo, 2017, p. 282).

E atuar diretamente em garimpos é uma prática cada vez mais comum entre essas mulheres. Antes tradicionalmente concentrada nos clubes de prostituição (que funcionavam como principais portas de entrada para mulheres brasileiras no país), essa lógica tem sido gradativamente substituída por práticas mais autônomas, descentralizadas e adaptadas aos novos fluxos migratórios e econômicos da região. Essas práticas prescindem da intermediação direta dos clubes e, ao mesmo tempo, oferecem maior margem de lucro e controle às trabalhadoras sobre sua jornada.

"No Suriname, migrar através dos clubes não tem sido muito atraente financeiramente, e o número de mulheres que atuam na prostituição deixou de ser monopólio deles, uma vez que existem outros espaços onde o sexo pago pode ser encontrado, tanto em Paramaribo como nas cidades do interior, e sobretudo em garimpos. A possibilidade de viajar sem a dívida inicial com o clube e de ter maior lucro faz com que mais e mais mulheres busquem seus clientes em hotéis, bares e festas, em cabarés nos garimpos ou mesmo em outros países. (Araújo, 2017, p. 337).

E era essa a dinâmica de Êlda, sempre no interior dos garimpos surinamenses. A conversa prosseguiu e ela perguntou a João quanto ele ganhava sendo professor. Segundo ele, a reação diante da reposta foi um sorriso discreto e o convite para tentar a sorte. Ao final do encontro, informou que ficaria o final de semana na cidade, passaria 20 dias fora e retornaria. Deu o endereço da pousada onde costumeiramente se hospedava e o número do telefone de contato. "Eu ganhava muito pouco, as responsabilidades estavam aumentando, não tínhamos nada e um bebê estava a caminho. Disse a ela que pensaria na proposta".

A ideia não saiu de sua cabeça no caminho de volta a aldeia. João evitou em conversar com a esposa sobre a possibilidade de se aventurar. Ao mesmo tempo, refletia que esse era o melhor momento de ter essa conversa. Já estava com seis meses de gestação. Era uma oportunidade de ir e, se não retornasse logo, pelo menos poderia enviar dividendos para a esposa dar conta das coisas para ela e o bebê. Finalmente se convenceu que seria o melhor momento e teve a conversa. Ainda que um pouco relutante a princípio, aceitou a proposta do marido com a condição de que trabalhasse duro e retornasse quanto antes. Assim, voltaria para a casa do pai enquanto João estava fora.

Mas a partida acabou por não ser imediata. Ainda trabalhou como professor por mais dois meses. "Nesse intervalo fazíamos planos com o dinheiro que nem tínhamos e sem eu saber ao certo como conseguiria". Após esses dois meses, foi ao hotel ao encontro de Êlda. Ela estava fazendo o caminho de volta, a caminho da cidade de Santana. Disse que acertaria com uma amiga, em solo guianense, que poderia receber João. "Ela também me passou o contato para falar com a amiga dela. O contato era uma frequência de rádio. Em garimpos só

via rádio e disse: Selma é o nome dela. Ela vai ir acolher e colocar e alguma ocupação em Caiena”. A ideia inicial era que João trabalhasse de recepcionista de um hotel de um amigo em comum de Êlda e Selma na capita guianense. “A hora que tu chegares lá, ele consegue um emprego, disse Êlda.

João alertou que não possuía os papeis (documentos). Então, Êlda revelou que vês ou outra, em determinados horários, os responsáveis pela fiscalização afrouxam o controle. Os naveteiros (condutores das *Navetes* - Van de transporte), que vão de Saint George para Caiena, sabem os horários em que essas ‘vistas grossas’ ocorrem, disse Êlda a João. Após a conversa, João se despediu de Êlda, pôs a frequência de rádio na carteira, tomou uma condução e retornou para aldeia para cumprir o ano letivo daquele ano. “Cumprido o meu dever de professor. Pedi demissão, peguei minha rescisão de aproximadamente R\$ 790, converti em 120 euros e fui”.

Historicamente, a migração de brasileiros para o Platô das Guianas, especialmente para a Guiana Francesa, acontece em sua maioria por caminhos ilegais, o que acaba gerando tensões nas relações entre os países da região. Mesmo com o número alto de imigrantes vivendo por lá, isso não é resultado de esforços conjuntos de integração ou de políticas regionais bem definidas. O que atrai tanta gente, na verdade, são fatores bem concretos: o salário mais alto comparado aos países vizinhos, a moeda valorizada e, principalmente, a chance de ganhar dinheiro nos muitos garimpos ilegais espalhados pela floresta, que continuam sendo um forte polo de atração (Granger, 2014; Pinto, 2012; Arouck, 2000).

No entanto, essa presença brasileira no Suriname e na Guiana Francesa não pode ser compreendida somente por meio da exploração de ouro. Trata-se de um fenômeno mais complexo, onde o garimpo funciona como eixo articulador de múltiplas práticas sociais, redes de mobilidade e inserções ocupacionais. Ainda que muitos brasileiros não estejam diretamente envolvidos nas atividades extrativas, suas trajetórias de trabalho, redes de sociabilidade e estratégias de sobrevivência acabam orbitando, de alguma forma, o universo minerador. Em Paramaribo, a capital do Suriname, por exemplo, os impactos dessa dinâmica se fazem sentir de modo particular, conferindo à presença brasileira uma feição marcada por vínculos indiretos com o garimpo e por uma economia de apoio que vai do comércio à prestação de serviços.

A história de João, de Êlda e tantas outras pessoas que surgem ao longo da trajetória que será desenvolvida a seguir, mostra exatamente essa relação. “Os brasileiros que moram em Paramaribo podem não estar todos envolvidos diretamente na mineração de ouro, mas as suas ocupações estão, em muitos casos, de uma forma ou de outra, relacionadas à presença

dos garimpeiros brasileiros no país. A situação e cultura dos mineradores, portanto, são também formativas da comunidade na capital em grande escala” (Theije, 2007, p.75).

4.2 O outro lado

O processo de tomada de decisão para imigrar durou cerca de 4 meses. O primeiro filho prestes a nascer, sem casa, precisando levantar dinheiro rápido. “Na época somente eu trabalhava como professor, ganhava R\$ 464, e era muito difícil sustentar uma família de duas pessoas, e mais uma a caminho. Minha mulher disse: Se for realmente para ir trabalhar, te espero. Pedi a rescisão, atravessei para Saint George, troquei o dinheiro da rescisão pelo Euro. Após atravessar, fiquei na frente do local onde param as Navettes (Vans), em Saint George, com destino a Caiena. Não falava francês. Conferi o valor da passagem, entreguei ao motorista e rapidamente me acomodei em um dos bancos do carro, apanhei um jornal francês, pus em frente ao rosto e fingi ler. Esperava que assim não fosse incomodado, ou pelo menos fosse o mínimo possível”.

Saint-George, na Guiana Francesa, é uma comuna situada na margem oposta do rio Oiapoque e representa, para muitos migrantes, o primeiro ponto de entrada no território francês ultramarino ao iniciarem sua travessia. Fundada em 23 de abril de 1853 como colônia penal, a cidade tem área de 2.320 km² e recebeu o nome em referência a uma moeda holandesa de São Jorge encontrada na região. O campo de detenção foi desativado em 1863. Anos mais tarde, a descoberta de ouro no rio Camopi, em 1885, trouxe novo fôlego ao povoado, impulsionando seu desenvolvimento. A elevação à condição de cidade ocorreu oficialmente em 1947.

Na oportunidade de trabalho de campo, realizado entre os dias 7 e 9 de abril de 2023, no âmbito da disciplina de Metodologia do Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF), o docente na Universidade da Guiana Francesa, Dr. Stéphane Granger, foi um dos responsáveis por nos guiar em Saint-George. Segundo Granger (2023), a população da cidade é de 4,3 mil pessoas. A economia gira em torno principalmente do funcionalismo público e subsídios pagos pelo governo francês. A cidade é acessível internamente pela estrada nacional 2 da Guiana e pelo do Rio Oiapoque.

Durante observação empírica do local, notei o excesso de casas abandonadas, tomadas por mato. O ambiente, em si, me causou um ar de decadência. A impressão é de que aqueles lugares que visitamos já estiveram mais bem servidos de cuidados outrora. O que também colaborou para a impressão de relativa decadência foi o grande número de pedintes. O professor Granger informou que as casas estavam abandonadas em decorrência da realocação

feita pelo governo dos moradores da região para prédios habitacionais em locais mais afastados da margem do Rio Oiapoque. O motivo dessa realocação não foi revelado.

É nessa cidade que se inicia a rota migratória de João, assim como a mobilidade internacional de outros brasileiros na região amazônica, especialmente no eixo norte, onde são reveladas dinâmicas singulares. Inseridos em contextos marcados por desigualdades históricas, ausência de políticas públicas consistentes e fronteiras permeáveis, muitos desses migrantes constroem seus próprios caminhos a partir de recursos informais, redes sociais e conhecimentos territoriais acumulados. Corbin & Hayden (2017) analisam que nessa cartografia da travessia, os fluxos não são pensados apenas a partir de circuitos oficiais. São, sobretudo, organizados pela lógica da oportunidade e da necessidade.

A combinação entre ausência ou precariedade de documentação, escassez de capital financeiro e dependência de redes de apoio pessoal resulta em trajetórias que frequentemente cruzam pontos de fronteira de baixa vigilância, contornando a legalidade em nome da sobrevivência. É nesse cenário que se delineiam os caminhos que ligam o Brasil, particularmente no Amapá, ao Suriname e a outros territórios do Platô das Guianas, compondo uma malha migratória fluida e, muitas vezes, invisibilizada pelas estatísticas oficiais.

Os brasileiros utilizam rotas diversas desenhadas a partir da posse ou não de documentação, de capital e de contatos preestabelecidos e estratégias variadas. Nesse caso, há uma grande procura por pontos na fronteira onde a fiscalização é deficiente ou nula, independentemente da infraestrutura. As rotas que seguem rumo ao Suriname são produzidas de forma espontânea e se juntam às planejadas e criadas oficialmente pelo Estado. Estas se espraiam e formam uma rede que percorre outros Estados nacionais (Guiana e Guiana Francesa), principalmente, de forma terrestre-fluvial. (Corbin & Hayden, 2017, p. 44).

Inserida em um contexto amazônico de difícil acesso, essa circulação assume contornos de clandestinidade, não somente por sua ilegalidade formal, mas, sobretudo, pelas estratégias precárias e arriscadas empregadas pelos sujeitos em deslocamento. A geografia fluvial e o isolamento de determinadas regiões favorecem o surgimento de rotas alternativas que, embora representem uma via de esperança para muitos emigrantes, também impõem riscos significativos à integridade física e à permanência legal desses. Nesse cenário, observa-se a consolidação de itinerários cada vez mais diversificados, adaptando-se às transformações da paisagem, da fiscalização e das tecnologias de transporte. É nesse contexto que se delineiam as rotas clandestinas rumo à Guiana Francesa, conforme descrito:

A rota clandestina do Brasil para a Guiana Francesa é perigosa, demandando o uso de barcos e, recentemente, o transporte terrestre. Uma das rotas sai de Macapá pelo rio Oiapoque, passando pelo rio Mahurit. A travessia é feita em pequenas embarcações típicas da Amazônia e custa 55,11 • ou R\$ 156,40 por passageiro, em um percurso que dura até trinta horas. Outra rota também sai do rio Oiapoque com destino à cidade de Saint-Georges, onde os emigrantes embarcam em um táxi aéreo para Caiena ou Regina, ou, mais recentemente, em vans que seguem pela rodovia há pouco concluída. Enquanto Arouck (2002) estava estudando tal processo migratório de modo mais intensivo, verificou-se que os naufrágios não são raros nessas travessias. Também, a guarda costeira e a que controla a rodovia Caiena-Saint-Georges às vezes surpreendem os emigrantes ilegais, deportando-os a seguir para o Brasil. (Simonian & Ferreira, 2005, p. 240).

A rota feita por João não fugiu a regra da que é feita pela maioria das pessoas que imigram nessa região. “Os outros passageiros foram se acomodando logo em seguida, éramos 4. O número muito menor de pessoas que a capacidade do veículo permitiu que ficássemos afastados uns dos outros. O motorista tinha plena consciência que eu era um clandestino. Antes da partida, um policial foi até a van, pediu para o motorista baixar os vidros, olhou cada um dos passageiros e, após um bom dia, mandou que seguissemos. O silêncio imperou por uns 80 km até pouco antes da entrada na cidade de Reginá, onde havia uma barreira policial. Além de mim, uma mulher também era clandestina, fato que fiquei sabendo depois. Antes da chegada na barreira, o motorista fez uma parada em um pequeno estabelecimento e explicou, para mim e a outra passageira, que se continuássemos, seríamos fatalmente presos na barreira que estava montada. O motorista nos aconselhou, então, que ficássemos onde estávamos e fizéssemos contato para que alguém viesse nos buscar depois. A moça estava com os documentos vencidos. Eu nem documentos tinha”.

A mulher tinha um contato e conseguiu que viesse nos buscar. Esperamos no local por mais de 4 horas. Já estava apreensivo, com medo. Medo de ser pego pelos policiais e medo de uns caras que passavam em carros, com som alto, nos encarando com baseados na boca. Estranhei a naturalidade no consumo de drogas em ruas e praças públicas. Não se preocupam e esconder o que fazem e nem se importam com quem está por perto. Um pouco antes de anoitecer, um furgão de um frigorífico encostou no estabelecimento. Era o contato da mulher que havia chegado para nos resgatar. Nessa hora a barreira já havia se desfeito do local que podíamos avistar. Já na cidade, avistamos novamente os policiais. A barreira não havia se desfeito de fato, só se deslocou para um ponto mais no interior da cidade. Novamente apreensivo, fomos aconselhados a manter a calma.

Os policiais então fizeram a abordagem de praxe no ponto de fiscalização. Baixar os vidros, acender as luzes. O adesivo do frigorífico no furgão amenizou um pouco a abordagem. O nosso motorista deu a entender que todos éramos funcionários da empresa frigorífica.

Passamos e seguimos a viagem para Caiena sem mais problemas. Já na cidade, apresentei um endereço e fui deixado lá. Era a casa de uma prima que morava na cidade há dois anos. Ela era amante de um francês que a visitava três vezes por semana. Passei a noite lá. A descrição de João revela uma dimensão crucial da experiência migratória: a complexa rede de sociabilidades e alianças provisórias que os migrantes constroem para sobreviver em territórios estranhos.

Nesse ponto acredito ser importante apresentar o livro *Illegal Traveller: An Auto-Ethnography of Borders*, de Shahram Khosravi (2010). Ao narrar a própria trajetória como migrante indocumentado, Khosravi expõe modos como conselhos, advertências, redes interpessoais e táticas informais constituem o cotidiano da travessia e da permanência em territórios marcados pela fronteira. Apresentar essa obra no contexto da análise do relato de João é, portanto, uma maneira de reforçar a leitura etnográfica e de reconhecer a potência epistemológica das experiências migrantes como fontes de conhecimento sobre o mundo contemporâneo das fronteiras.

Assim descreve os conselhos que recebeu ao passar por situação semelhante.

“Nour me deu algumas instruções para a performance na fronteira. A primeira regra era manter a calma e não entrar em pânico. Se você estiver confiante, pode passar mesmo com o pior passaporte em mãos. No entanto, seu corpo pode traí-lo. Os guardas de fronteira percebem isso imediatamente. Eles buscam os sinais reveladores. É o corpo do atravessador de fronteira que fornece os sinais: olhos furtivos, palmas suadas, tensão nervosa ao responder perguntas... A performance corporal é a parte central do ritual. (Khosravi, 2010, p. 44).

Como eu não estava conseguindo contato com a minha amiga Selma (que era o contato inicial), pois estava em garimpo trabalhando, eu fui ficando pela casa da prima. Nesse tempo, a mãe dela, ex mulher do meu tio, também chegou lá clandestinamente. Então, ficamos os três. Dividimos um espaço pequeno com um quarto, sala, cozinha e banheiro. Quando o francês, que era chef de cozinha de um hotel, ia visitar a minha prima, saíamos e andávamos pela cidade, com receio de sermos abordados pela polícia. Depois de uma dessas noites, fui informado que não poderia mais ficar lá. O francês, responsável pelas despesas da casa, pediu que eu me retirasse ainda naquela semana.

Concordei. Numa dessas visitas do francês a minha prima, saímos a mãe dela e eu para dar uma volta e acabamos na praia. No retorno, um carro lotado de pessoas passa por nós, pára mais adiante, ouço um grito: João, seu filho da puta! O que faz por aqui? Me assustei. O carro voltou e todos desceram. Era uma conhecida minha, Evanice. Já morava na Guiana, em Caiena, há uns 5 anos pelo menos. A conhecia desde que morava em Porto Grande. Evanice era prostituta naquele tempo. Certa vez o teve um incêndio no estabelecimento onde trabalhava. Ela e outras perderam tudo. Minha mãe a ajudou como pôde, à época. Na conversa perguntou como estava minha mãe e lembrou do episódio. Então,

a expliquei como estava minha situação. Que fui para trabalhar em um hotel no Suriname, mas não havia conseguido contato com a pessoa que faria o processo lá. Por isso, estava de favor na casa de uma prima, mas já com a ordem de sair. Após mais um tempo de conversa e mais detalhes sobre a situação, ela disse: espera. Me dá 2 minutos. Voltou para o carro onde estava, falou com o marido.

“Fomos, então, Evanice, a mãe da minha prima e eu até a casa onde estávamos. Lá, imediatamente peguei minhas coisas, agradei a prima pela hospitalidade e fui com ela, o marido e outras pessoas que estavam no carro para outra estalagem. Lá poderia permanecer por mais tempo. Conversamos um pouco mais e Eva propôs que o marido poderia me arrumar emprego na construção civil na Guiana, caso não conseguisse o contato no Suriname. Era serviço braçal”. Esse tipo de trabalho ainda é a principal ocupação de brasileiros na Guiana Francesa e remete desde a busca de mão de obra barata de brasileiros para a construção base aérea de Kourou, na década de 1960, e posterior ampliação. Assim descreve Arouck.

A Guiana francesa carecia de mão-de-obra barata para a construção civil. A diferença cambial entre o cruzeiro (moeda brasileira na década de 1980) era de cinco para um, a favor do franco francês. Isto significava para um operário brasileiro, quando convertia o seu ganho em moeda francesa para a brasileira, um rendimento inimaginável se comparado ao brasileiro. Essa vantagem financeira mais a carência de mão-de obra na Guiana, impulsionaram os primeiros fluxos migratórios. (Arouck, 2000, p. 74).

“A princípio não disse que sim ou que não a proposta. O dinheiro que havia levado para viagem já estava no fim. Mas decidi esperar e tentar contato por mais uns dias. Finalmente, nesse meio tempo, consegui falar com a Selma que me informou o endereço no Suriname e pediu para que eu seguisse viagem. Falei a Eva que queria atravessar. O percurso foi de 257 km de Caiena a Saint-Laurent, cidade na fronteira entre Guiana Francesa e Suriname, e depois Albina, já em território surinamês. De Albina para Paramaribo, meu destino, foram mais 147 km de viagem vencendo barreiras nacionais e internacionais. Antes de iniciar mais uma vez o processo de deslocamento, fiquei numa Chácara onde o marido da Eva estava na espera de quatro homens oriundos do Maranhão que estavam a caminho de garimpos da Guiana. Assim que os homens saíssem pela manhã, ele iria me deixar na fronteira da Guiana com o Suriname”.

“Na noite anterior a viagem, três dos quatro homens saíram para comprar ingredientes para preparo do jantar. Fiquei conversando com o mais novo deles, que ficou na chácara. Me chamou a atenção diversas sacolas, que pareciam pesadas, as quais tinham todo um cuidado, sempre. Após uns goles de uísque falsificado que ficava disponível para quem quisesse beber, o homem me confidenciou estarem atrás do ex cunhado deles. Então descobri serem irmãos. O procurado havia assassinado a irmã deles no Oiapoque e o motivo da viagem era vingança.

O crime chocou o município de Oiapoque pela barbaridade e originou a “Marcha das Francileides”, que ocorre todos os anos como protesto contra todos os tipos de violência contra a mulher na cidade.

Para mostrar que falava sério, pediu que eu abrisse uma das sacolas. Ao abrir, me deparei com armas de diversos modelos e calibres. Carregavam somente duas mochilas com roupas e quatro sacolas grandes com armas. A intenção era ir, matar o ex-cunhado, vender as armas no garimpo e voltar. Não me atrevi a perguntar como conseguiram entrar na Guiana com tamanha quantidade de armas. Logo depois os outros irmãos chegaram, fizemos o jantar e, às 5h da manhã, foram deixados no ponto onde embarcariam na catraia. Nunca mais os vi ou soube se obtiveram êxito no propósito.

Tal como Khosravi (2010) aponta, o deslocamento ilegal está frequentemente impregnado por uma atmosfera de risco latente, em que o corpo do migrante se torna vulnerável a forças que o ultrapassam — sejam elas fronteiras, leis ou, como no caso vivido, pactos silenciosos de violência e sobrevivência. O deslocamento, assim, não é somente o atravessar de territórios: é o atravessar de zonas limítrofes entre a vida e a morte, entre o anonimato e a exposição absoluta. O autor apresenta uma narrativa de sua própria trajetória enquanto imigrante ilegal. A experiência da travessia clandestina é retratada em seus aspectos mais brutais: a vulnerabilidade física extrema, a dependência de traficantes de pessoas, a constante ameaça de captura, abuso ou morte. O autor apresenta o migrante ilegal como alguém que vive em zonas de ambiguidade, lidando tanto com atos de resistência cotidiana quanto com a violência institucionalizada. “Ser um viajante ilegal é habitar o tempo da espera: esperar a travessia, esperar o trabalho, esperar o reconhecimento.” (Khosravi, 2010, p. 123).

4.3 No Suriname

Por volta das 9h foi minha vez de retomar a viagem, interrompida por quase um mês. Após mais ou menos 3h, já estava na fronteira da Guiana com o Suriname. Na fronteira vários catraieiros estavam à disposição. Disputavam passageiros para travessia. Após a travessia, seguimos quatro pessoas de carro por estrada de chão até Paramaribo. A passagem foi 15 euros. Me chamou atenção a facilidade de deslocamento entre Guiana e Suriname. Em nenhum momento passei por barreiras. No carro todos, menos eu, consumiam droga. Na cidade destino, em taki taki¹, falei o endereço ao motorista. Eu havia decorado para falar na língua local. O motorista não conseguia achar o endereço. Todos os outros passageiros já haviam sido deixados em seus destinos e eu estava com ele a mais de meia hora tentando achar o local.

¹¹⁰ O “taki taki” é um termo colonial para o sranan tongo, uma língua crioula falada no Suriname.

“Ainda sem conseguir achar o endereço, o motorista pediu para que eu descesse do veículo. Mesmo com medo, disse que não. Temendo ficar no meio do caminho, puxei o celular da mão do motorista e escrevi, como lembrava, nome da rua... número. Esperei que entendesse e, após um tempo, finalmente encontramos o local. Na casa, fui atendido por uma senhora. Era brasileira. Logo me disse que a Selma já havia conversado com ela sobre mim via rádio. Na casa funcionava uma central de rádio. Tão logo terminaram as primeiras apresentações, me os ambientes da casa e o local que iria dormir.

Logo que cheguei, soube que lá moravam várias pessoas. Cada quarto (de um total de quatro) era lugado para uma pessoa diferente. E neles residiam mais de uma pessoa. Alguns com famílias de até 4 indivíduos. Mas havia uma rotatividade. Nem sempre todos estavam lá no mesmo período. Alguns estavam para garimpos e outros lugares e ficavam vários dias sem habitar a casa. A senhora que me recebeu, Vânia, era a responsável pela casa. Uma das primeiras providências que tomei foi trocar o pouco dinheiro que havia sobrado. Vânia se dispôs a me acompanhar até a casa de câmbio onde efetuei a transação: de Euro para Florin. Fiz umas primeiras compras básicas.

Por contas de um problema de fiscalização no garimpo onde a Selma estava, ela não foi para Paramaribo conforme disse que iria. Houve apreensão de máquinas e ela tinha algumas dentro desses garimpos. Então estava resolvendo esses problemas. Continuei na casa e, após o natal e ano novo, o marido da Vânia voltou do garimpo e sentiu ciúmes de mim na casa. Entrei em contato com a Selma que avisou que eu mudaria de lugar. Uma amiga dela iria me apanhar para que eu ficasse instalado em outra casa até seu retorno a Paramaribo. Mas me alertou que se tratava de uma casa onde moram três meninas. Todas prostitutas. Porém, somente duas vão para garimpos trabalhar e Natascha, a amiga que iria me buscar, é a dona da casa e sustentada por dono de garimpo.

Concordei. No dia e horário marcado, uma menina linda, baixinha de cabelos ondulados, saí de uma táxi e pergunta por mim na casa da Vânia. Disse ser minha amiga e que eu passaria uns dias na casa dela. Não demos a entender que estava saindo de lá por medo do marido dela. Já na nova casa, fui apresentado ao ambiente e instalado, a princípio, no quarto de uma das meninas que estavam para o garimpo. Lá não se cozinhava. Todos os dias compravam comida pronta. Como meu dinheiro já estava no final e não teria como pagar minha alimentação por muito tempo, decidir me oferecer para cozinhar na casa. Fiz um almoço completo e fui aprovado. Fui ficando e logo conheci os amigos dela: surinameses, javaneses. Fiz amizades. Após alguns meses as duas meninas que estavam no garimpo chegaram: Cristina e Carol, todos “nomes de guerra”. Com o tempo fomos todos nos conhecendo. Íamos para boates, festas e fui esquecendo meu objetivo na viagem. Lembrei que havia pessoas me esperando e que estava completamente desviado do que fui fazer.

Após alguns meses Natascha foi visitar o marido no garimpo e Cristina e Carol foram junto. Fiquei sozinho na casa. Dias depois fui avisado que outra mulher chegaria para ficar na casa. Era uma paraense chamada Ina Triciane. Passou alguns dias, contei minha história e ela contou a dela. Diante da minha situação, ela disse que iria me ajudar. Me alertou que se eu não saísse de Paramaribo iria continuar na rotina que já havia me acostumado. Disse que eu seria sócio dela. Propôs, então, comprar minha passagem e utensílios de higiene pessoal, remédios para que eu revendessem no garimpo. Disse ainda que conseguiria um local para eu estender uma rede no cabaré que ela estivesse e diria que eu era irmão dela. Assim poderia começar a fazer um dinheiro nas áreas de garimpo. Assim fizemos.

4.4 Idas e vindas

Falei com a Natascha que estava de saída. Agradei e obtive como resposta a possibilidade de voltar à casa, se quisesse ou fosse necessário. Então, às 5h saímos em direção ao local de onde partiam as catraias, cerca de 23 km de onde estávamos. Após um tempo de viagem, que não sabia precisar exatamente quanto, chegamos na corrutela¹¹ “Escolinha” e seguimos para o “Cabaré do Chiquinho”. Ina me apresentou como irmão e nos instalamos. Então comecei a revender as mercadorias que trouxemos: creme e lâmina de barbear, roupas, talcos, creme dental, etc. O que não recebia os valores na hora, era anotado em um caderno para cobrar depois. O movimento da corrutela estava fraco e Ina decidiu ir para outro garimpo. Eu fiquei por lá, no Cabaré do Chiquinho. Tinha ouro para receber das mercadorias vendidas. Recebido o ouro das vendas, voltei para o Suriname. De volta, na casa da Natascha, pedi que guardasse o ouro que trazia comigo. Depois de um dia consegui contato com a minha sócia que aconselhou a trocar nas casas de câmbio, mas não sem antes pesquisar onde estavam pagando melhor.

Assim o fiz e dividimos o lucro. Deixei a parte de Ina com a Natascha e fiquei com a outra. Com a minha parte, fiz novamente a compra de itens para revenda. Então, retornei ao mesmo garimpo. Nessas idas e vindas conheci o sujeito que nem me recordo o nome. Ele vinha de Fortaleza, no Ceará, e revendia muita roupa. A esposa dele ficava em Paramaribo vendendo roupa e ele adentrava o garimpo, de fato. E ele me chamou para vender com ele. Ele venderia a roupa, eu venderia minhas coisas e ajudava ele com as sacolas pesadas de jeans e outros tecidos. Em contrapartida, ele me faria um pagamento pela ajuda. Saímos peregrinando vários garimpos. No primeiro, já me pagou tão logo recebeu o ouro das vendas que fez. Após alguns dias ele vendeu todas as roupas dele e eu vendi as minhas coisas.

Já estava com o ouro das minhas vendas e estava esperando o pagamento de algumas roupas que ele havia vendido no crédito. Numa noite, em um pequeno restaurante onde nos deixaram estender nossas redes quando fechava, esse cara saiu para um cabaré. Voltou de

¹¹ Vila central do garimpo; pequeno vilarejo localizado ao lado de uma rua (geralmente única) no garimpo;

conjunto de barracos no 'centro comercial' do garimpo.

manhã bêbado e continuou dormindo após o amanhecer. A manhã já adiantada, decidi acordá-lo. Queria receber o ouro que faltava e ir embora. Já estávamos há seis dias no local. Ele disse que ainda precisávamos passar mais uns dias. Descobri depois, por meio da dona do restaurante que estávamos, que ele já havia recebido todo o ouro que faltava e gastou tudo com droga na noite. Não me pagou. E nesse tempo em que estava me enrolando, eu usei o ouro das mercadorias que eu havia vendido para comprar comida pra gente.

A dona do restaurante me disse para ir embora e deixá-lo lá. Então decidi pegar o pouco que me restava e comprar uma passagem. Nesse garimpo que estávamos tinha pista de pouso onde aterrissavam e decolavam pequenos aviões. Cheguei a Paramaribo e retornei para a casa da Natasha. Conteí o que havia ocorrido. Me desanimei. O dinheiro que sobrou foi muito pouco e não dava para reinvestir. Um tempo depois Ina encontrou a mulher desse cara na cidade, me levou até ela, eu expliquei o que havia ocorrido e a mulher me pagou o que o marido devia com roupas para eu tirar meu prejuízo. Ainda comprei um pouco de remédios e fui para outro garimpo recomeçar.

Com uma nova remessa de roupas em mãos, João se organizou e novamente teve como destino o Garimpo. Dessa vez foi em companhia das duas amigas que fez durante a jornada: Cristina e Hina. Fui para um novo garimpo. Já havia tido uma ¹²“fofoca de ouro” e os garimpeiros estavam em deslocamento. Com a ajuda das amigas consegui, após um mês, vender todas as roupas no garimpo. Recebi o ouro e voltei para Paramaribo. Ao chegar à capital, decidi investir em outro produto: lentes de contato. Mais uma vez no garimpo, vendi todas as lentes em cabarés. Seja em qual que você entrasse, viam-se as putas com os olhos verdes, azuis. Elas pediam de presente aos garimpeiros e eu vendia cada par a 10 gramas de ouro.

Após vender a mercadoria, comprei uma passagem e lá estava eu de volta a Paramaribo. Nesse retorno, em um domingo, todas as casas de compra e venda de ouro estavam fechadas. Então decidi ficar em um hotel no centro da cidade para facilitar a ida às casas de compra e venda na segunda-feira. Informeí ao gerente que pretendia pagar no dia seguinte, após vender o ouro. Ele acenou positivamente. Além da diária, o gerente me adiantou \$ 100 dólares, que também seriam descontados posteriormente. Tremendo ser roubado no hotel, peguei o dinheiro adiantado e fui para um bar. Escondi o ouro na cueca, chamei um amigo para me acompanhar e começamos a bebericar. Ficamos um tempo nesse

¹² “Fofoca de Ouro” é um termo usado por garimpeiros quando o minério de uma área se esgota e há indícios da presença em outro ponto do local de exploração.

bar. Um tempo depois, o amigo seguiu para a casa dele e eu fiquei em um mercantil de um chinês e depois disso só lembro de acordar no hotel no outro dia.

A primeira coisa que fiz ao acordar foi procurar pelo ouro. Não achei. Fiz uma grande besteira: acusei o amigo que havia me acompanhado mais cedo naquele dia. Fui até a casa dele, chamei, e antes que pudéssemos conversar de fato, em tom ameaçador, perguntava onde estava o ouro. Nesse momento, o irmão do meu até então amigo estava chegando à casa. Perguntou o que ocorria, expliquei afobadamente. Em seguida fui expulso com a ameaça de chamarem a polícia, pois eu acusava o irmão dele sem ter provas. Fiquei muito abatido depois do episódio. O rapaz era um amigo que havia feito e desesperado fiz besteira. De volta ao hotel, chamei o dono para me informar se eu havia entregue algo para ser guardado ao retornar do bar. A resposta foi, obviamente, negativa.

Sem muitas alternativas, e com dívida no hotel por conta da diária e do adiantamento do dinheiro, a solução foi entrar em contato com a Rina, a amiga que estava no garimpo. Ela pagou a diária e o empréstimo. Rina pediu para que eu fosse novamente para a casa da Natascha, já que lá não havia ninguém. Todos estavam para os garimpos. Dois dias depois, Rina estava na casa e, co razão, recebi um sermão de mãe. Tomei um ralho. Ainda assim decidi me ajudar mais uma vez. Informou que novamente adentraríamos nos garimpos. Uma semana depois já estávamos novamente imersos naquela atmosfera. Rina aconselhou que eu ficasse na corrutela e ela seguiria para o interior da exploração do ouro, onde estavam as balsas. Obedeci e voltei a vender os produtos de higiene pessoal que havia levado.

“Nesse meio tempo, após a volta das vendas, auxiliava os proprietários do cabaré: Carol e o marido, o Negão. Mas eu não me sentia confortável em trabalhar no cabaré. Numa tarde, auxiliando nos afazeres no cabaré, chega um rapaz. Pedro Filho era o nome dele. Ele chegou acompanhado de um grupo que descobriria depois que eram todos parentes. Aproveitei a oportunidade para oferecer os produtos de higiene. Comprou alguns e conversamos por uns minutos. Após uma breve apresentação sobre nossas origens, me convidou para ir ao ¹³barraco do pai dele. Sugeri que eu fosse até lá e fizesse vendas em outros barracos próximos. Insatisfeito onde estava, concordei imediatamente. No outro dia já estava lá. Conheci o pai dele. No local havia uma briga familiar. Pedro e o irmão estavam no garimpo para impedir o pai de abandonar a mãe, gastar o dinheiro e assumir a amante com quem já morava no barraco. Eram todos do Piauí. Era uma briga constante. Na máquina que

¹³ Um barraco de garimpo é uma habitação próximas das balsas onde residem as pessoas que trabalham na atividade de garimpo.

explorava o ouro naquele local, todos eram parentes. A cada quinze dias faziam o levantamento de quanto ouro haviam apurado durante o tempo de extração”.

“O nome do Pai do Pedro também era Pedro, mas todos o chamavam de “pinguim”. Pinguim me perguntou se eu sabia cozinhar. A pessoa responsável pela comida teria que se ausentar. Disse que já havia cozinhado para outras pessoas. Fui contratado como cozinheiro do barraco. Então fui orientado em como preparar um quarentão (cuscuz em lata de manteiga, pão manual, feijão, arroz, peixe e frango. A noite era baião de dois com o que sobrava do almoço e as mesmas proteínas. Aprendi rápido. Dia de semana a lida era essa. Aos finais de semana íamos para o cabaré onde eu ajudava anteriormente. Numa dessas voltas ao cabaré, as pessoas que trabalhavam na mesma máquina de extração de ouro, que coabitavam o mesmo barraco, iniciaram uma discussão por exclusividade em relação a uma das putas, ainda no cabaré”.

“Fazíamos o trajeto de ida e volta da corrutela em uma canoa a remo. Era relativamente longe. Na volta, no meio do caminho, a discussão continuou e evoluiu para agressão. Um dos homens tomou o remo da mão de outro e deu uma “remada” nas costas do terceiro sujeito. Logo, o pandemônio se instalou e o único ponto de luz (uma lanterna que alguém levava) se apagou. A confusão numa canoa de madeira. No meio do rio. Seis homens. Eram 2h da madrugada. Céu sem estrelas. Todos bêbados. Eu sem saber nadar. A canoa virou... A única coisa que eu pensava era que morreria aquela hora. As circunstâncias da morte que chegariam a minha mulher era de que eu havia sido vítima de um naufrágio, ocorrido entre uma corrutela e um garimpo. Episódio protagonizado por um bando de marmanjo sem noção, que disputavam uma puta vesga e que não tinha bunda, tinha uma extensão das costas, era reta. Ela, imagino, jamais me perdoaria. Não pela morte, mas pela humilhação de ter que contar aos outros o ocorrido.

“Felizmente não morri. Nem os outros. Estávamos em uma área do rio onde havia muitos galhos. Os galhos foram nossos pontos de salvação. A água gelada e o desespero acalmaram os ânimos. Logo um dos homens começou a manobra para esvaziar a canoa e, tão logo seca, todos embarcaram e seguimos viagem... em silêncio. Imagino que naquele momento todos avaliavam se valeria a pena morrer naquele lugar, e daquele jeito. Não se tocou mais no assunto e a vida prosseguiu no barraco”.

“Quando completei um mês de serviços de cozinheiro prestados, a máquina utilizada para extrair o ouro apresentou problemas. Não recebi as 40 gramas de ouro mensais que havia acertado como pagamento. Até arrumar a máquina para voltarem a trabalhar já tinha se passado outro mês. Mudávamos de lugar constantemente na esperança de achar ouro que

estava escaço onde estávamos. Nesse trânsito, eu já estava próximo de completar três meses sem receber. Comecei a ficar impaciente e pedi ao Pedro Filho que cobrasse o pai, pinguim, o meu pagamento. Eu precisava do dinheiro para ir embora. Não me pagaram um único mês sequer. Para eu sair do garimpo, Pedro Filho teve que me dar o único ouro que havia guardado: 18 gramas”.

“Decidi deixar o barraco e voltar para Paramaribo sem receber os atrasados. Cheguei na capital numa segunda-feira. Logicamente não bebi dessa vez e fui direto vender o ouro que havia sobrado desde a saída do garimpo. Apanhei um taxi e voltei a casa da Natascha, que estava entregando a casa e voltando para Belém, no Pará. O motivo de sair do Suriname foi por conta da prisão por tráfico de drogas de uma das prostitutas que dividiram a casa. Fato ocorrido nesse meio tempo em que estive no garimpo”.

“Essa menina já havia ido para a Holanda uma vez e passou. Na segunda, com destino à Espanha, foi detida. Jhon era o um dos chefes do tráfico na região. Responsável por agenciar mulas e organizar a logística para passaporte, roupas e demais aparatos necessários para a viagem. Por via das dúvidas, Jhon decidiu entregar a casa e mudar de endereço. Sem lugar para ficar, acabei indo com outras pessoas para outra casa alugada. Ana, uma cozinheira de garimpo, e a Raiane que era namorada da Ana”.

4.5 O Jhon

Antes de eu voltar para o garimpo, a Natascha me apresentou o Jhon. O Jhon pagava para que a casa que a Natascha alugava servisse de ponto para a preparação das mulas antes das viagens. Pagava cerca de \$ 900 a \$ 1 mil dólares para a Natascha cada vez que precisava usar a casa. Ele levava a droga no dia que a pessoa ia engolir e deixava um capanga para vigiar a “mula”. Fui criando amizade com ele. Ele era um Javanês, Indonésia. Ele tinha um amigo na Holanda que era o contato dele na Europa para receber a droga. Os destinos eram sempre a Holanda, Espanha e Portugal. Com o tempo, e após ganhar a confiança, Jhon já não pagava ninguém de fora para vigiar a mula. Ele me deixava com um revólver 38 e uma pistola 764 e me dizia para “tomar conta”. Eu guardava a arma e atuava de outra forma.

O caso de uma mulher que precisou engolir 1 kg de droga. A droga era embalada em plástico filme, prensada. Fica igual absolvente interno feminino. Depois o pacote é revestido com fita durex e novamente com plástico filme. Os pacotes ficam com diâmetro maior que o da garganta. Uma semana antes começa a preparação. A pessoa come maçã, comidas leves, líquida. Eu mesmo preparava sopa de quiabo para essas pessoas.

No dia da mulher em questão começar o processo, eu fiquei no local. Jhon me contactava a cada uma hora mais ou menos para saber como estava o andamento. Após mais

de 8h, indagado por ele, informei que ela ainda não havia engolido nem 500 gramas. Diante da minha resposta, foi à casa, entrou no quarto e apontou uma arma na cabeça da mulher e disse: não vou perder dinheiro. Você vai ter que engolir ou morrer. Deu o recado e foi embora. A mulher ficou nervosa e se descontrolou. Tentei acalmá-la. Próximo ao voo, Jhon voltou, mas ela havia engolido somente 600 gramas de 1 kg. Com a arma em mãos, ordenou que enfiasse 200 gramas na vagina. Teria que embarcar com pelo menos 800 gramas. A mula foi para o banheiro e lá terminou o serviço. Quando fui checar, me deparei com um banheiro todo ensanguentado. Se dissessem que houve um esquiteamento ali, ninguém duvidaria. O vaso sanitário e paredes cobertos de sangue. A mulher aos prantos, no chão, seminua e ensanguentada. Naquele momento soube que ela não chegaria viva ao destino, ou seria detida, dado o seu estado físico e emocional. Seria denunciada pela sua aparência pálida e apavorada. Era uma bela mulher de Belém do Pará.

Após levá-la ao aeroporto com 600 gramas de cocaína no estômago, 200 na vagina e sangue a menos no corpo, retornei para casa e lá encontrei Jhon bebericando Uísque com energético. Ele tinha quase certeza que ela seria detida em algum ponto da viagem. O resultado foi que ela nem chegou a sair do Suriname. Lá mesmo foi presa. Era uma aposta. Perde-se um pouco para ganhar mais adiante. O que eu não sabia naquela hora era que várias pessoas também estavam embarcando naquele momento. A tática deles era enviar muitas mulas ao mesmo tempo. Se uma ficasse, outras passariam. Geralmente a atenção recaía sobre a pessoa detida e abria caminho para outras passarem. Presenciei muitas pessoas engolindo drogas. Um homem chegou a engolir 1,2 kg. Foi, passou, fez viagem demorada com escalas, mas chegou ao destino. Depois tomam laxante para expelir. Mas o que aprendi é que em algum momento, mesmo esses que concluem a missão, são presos. Ficam confiantes e gananciosos e querem repetir o processo. A época o pagamento era 5 mil euros por entrega.

4.6 A minha vez

Após acompanhar mais de uma dezena de pessoas, algumas sendo presas, outras bem sucedidas na missão, tomei a decisão de eu mesmo ir. Além de abrigo e comida, recebia pequenos agrados pelo trabalho de cuidar das mulas e garantir que elas estivessem com a quantidade adequada de mercadoria. Geralmente 50 euros. Estava decidido que seria uma única vez. O dinheiro era ótimo. Eu conseguiria comprar uma casa no Brasil e ainda sobraria. Era uma forma mais rápida de conseguir voltar para casa e ter o que apresentar para a minha esposa. Teria um lar para gente. Poderíamos montar um negócio. Eu tinha planos e, apesar do medo, confiante. Após tantos revezes, de tanto trabalho para levantar um pouco de dinheiro,

reinvestir e tentar fazer mais, achei que não custaria tentar a sorte de ter o que precisava em uma única tacada.

Então, fiz o teste da maçã. A técnica consistia em cortar um pedaço da fruta, enrolar com papel filme e fita adesiva para que ficasse no diâmetro dos pacotes que teria que engolir. Cada um teria cerca de 8 centímetros. Consegui engolir três pacotes. Estava apto para o serviço. Então iniciou-se aquele processo de compra de roupas, passaporte, etc. Tudo providenciado pelo Jhon. Um dia antes da viagem estávamos só Natascha e eu na casa. Calculei quanto tempo teria que engolir cada pacote até a hora do voo. A intenção era não passar mal e ter tempo suficiente para concluir sem pressa. Era madrugada de sábado para domingo. Foi a madrugada mais longa da minha vida, que me lembro. Na hora marcada, Jhon estava com o carro estacionado na frente da casa pronto para me acompanhar. Embarquei sem maiores problemas com 1,1 kg. Estava nervoso, muito, mas de alguma forma não aparentava.

Foram 13 horas de voo do Suriname direto para Amsterdã, sem escalas, para a minha sorte! Sequer comi ou bebi algo no avião. Tinha muito medo que os pacotes se rompessem dentro de mim. Se ocorresse, era overdose automaticamente. Ao chegar no aeroporto, começou o desembarque os procedimentos rotineiros. Pegaram meu passaporte, tive que declarar o que faria no país, quanto dinheiro estava entrando e o endereço que ficaria. Estava com 1000 euros, falei que estava em visita a um amigo que me aguardava no desembarque e informei o endereço de hospedagem do hotel. Ainda revistaram as malas e depois nos encaminharam para uma sala de vidro. Lá eles têm um equipamento que se assemelha a um detector de metal portátil, mas utilizado nas solas dos pés; raspam superficialmente o tecido do local. Um tipo de scanner, não sei. Nessa hora perguntei o que tava acontecendo? Obtive como resposta que permanecesse calmo. Que eram procedimentos padrões e se estivesse tudo bem, logo estaria liberado.

“Estávamos em quase 30 pessoas na sala. Após essa verificação, outro membro da equipe entra na sala com uma bandeja e copinhos de café cheios de laxante. Nessa hora sabia que seria preso. A primeira pessoa que foi ao banheiro era um francês que fez a viagem ao meu lado. Sabia de onde e quem ele era porque conversamos um pouco durante a viagem. Ele estava com muita droga no estômago. Eu não imaginava que ele também estava na mesma situação que eu. Uma por uma as pessoas começaram a ir ao banheiro. Era um local de alumínio onde as fezes passavam por um tubo e eram lavadas em seguida para detectar drogas. Ao final, as capsulas são coletadas em sacos de evidências com os respectivos nomes e quantidades expelidas. Em desespero, adiei ir ao banheiro até a minha última gota de suor.

Fui o penúltimo a ir, mas, obviamente, também fui. Dos 30 passageiros, 7 já haviam sido detidos. O oitavo seria eu”.

“Após ser constatado o transporte de drogas, somos transferidos para um outra sala e saímos pela parte de trás do aeroporto em viaturas policiais. Na detenção, que creio não ser necessariamente um presídio do país, de fato, mas um centro de custódia, toda a nossa documentação e pertences pessoais são entregues. Tiramos nossas roupas e fomos orientados a vestir as que nos foram entregues: macacão azul-escuro, meias, chinelos, cueca, camiseta branca e um travesseiro. Comparado ao Brasil, aquilo me pareceu um condomínio vertical. No local havia todo o tipo de jogos de mesa, tabuleiros, salas de leitura. As pessoas se divertiam, apesar da gravidade da situação. Fiquei sozinho em um quarto com duas camas de solteiro, aquecedor e televisão. Se necessitasse ir ao banheiro, precisaria apertar um botão e chamar o guarda”.

“Pela manhã, todos os detidos vão para a fila do banho somente de cuecas e camisetas. Recebíamos uma escova de dentes que, aparentemente, não havia creme dental. Mas surgia após abri-la. Depois fila para o café da manhã e volta à cela. Nesse meio tempo eles providenciam defensor. Após um tempo, todos são submetidos a um juiz que atua no próprio centro de custódia. Na minha vez fui questionado o porquê estava transportando drogas no próprio corpo, arriscando a vida? contei toda a história. Que já era imigrante no país de onde a droga havia me sido entregue. Que a motivação foi a possibilidade de levantar um dinheiro mais rápido e voltar para casa. Informei ter mulher e filho que, aquela altura, já havia nascido e eu ainda nem o conhecia. Não sou usuário de drogas. E aí fizeram teste de sangue. Negativo”.

Aqui cabe uma menção aos números de brasileiros detidos globalmente e na Europa. Dados obtidos pela agência de dados independente Fiquem Sabendo (2023), junto ao Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores, por meio da Lei de Acesso à Informação, dão conta que o total de brasileiros presos e detidos no exterior até 31 de dezembro de 2021 eram de 6.364. Esses números correspondem a um aumento de 102% em relação a 2020, quando eram 3.138. A Europa corresponde 26.3% do total, ou 1.672 pessoas. O narcotráfico e posse de drogas somam 767 casos, sobre o universo de 2.071 presos cumprindo pena à época. Até 2021, os países com maior contingente de presos brasileiros cumprindo pena por tráfico ou posse de drogas foram, respectivamente, a Espanha (182), Uruguai (54), Turquia (49), França (48), Paraguai (42), Itália (36), Japão (32), Alemanha (29), China (24), Reino Unido (20) e Austrália (20).

“Após o exame de sangue, me fizeram perguntas sobre as pessoas que me contrataram. Fui sincero. Não poderia falar ou seria morto. Se a minha liberdade dependesse dessa delação, então ficaria preso. Me deram, então, duas opções: ficar uma semana onde estava e depois seria transferido para outra ala. E nesse novo ambiente eu aguardaria vaga para deportação para o país de onde havia saído. A outra possibilidade era ser transferido para cumprir pena no Brasil. Claro que optei por voltar para o Suriname. Imagina cumprir pena por tráfico internacional drogas no Brasil”.

“Três dias depois da audiência recebi a notícia que voltaria para o Suriname. Eu era réu primário. Não constava em nenhuma lista de procurados internacional. Tive que assinar um documento me comprometendo a ficar 10 anos sem pisar no país. Assinei imediatamente. Ainda fiquei mais uns dois dias lá e vi mais pessoas sendo detidas pelo mesmo motivo. Na última que acompanhei, chegou um peruano e um brasileiro de São Paulo. Ainda dividi o quarto com o peruano por mais um dia antes de ser transferido de ala. Nesse outro espaço não havia encarceramento. Os ambientes eram abertos. Você era responsável por seguir os horários sem acompanhamento de guardas. Circulávamos inclusive na parte externa. Foi a primeira vez que vi neve”.

“As outras pessoas que já estavam lá faziam guerra de bolas de neve. Cena de filme. Eu estava em um canto, observado a neve, as pessoas. De repente, um homem, que acredito ser coreano ou chinês, talvez, correu na minha direção, me abraçou e começou a chorar descontroladamente. Eu não sabia o que estava acontecendo. Chorava e falava algo que não entendia. Ele parecia muito feliz em me ver. Depois entendi que pela minha aparência meio indígena, do norte do Brasil, ele achou que eu fosse um deles. Após me livrar do abraço e começar a falar em português, acho que ele entendeu. Após esse episódio fiquei no aguardo de anunciarem meu voo de retorno. Saí de lá com todos os meus pertences e os 1000 euros que havia levado.

4.7 De volta ao Suriname

“Finalmente, após 10 dias, embarquei e algumas horas depois estava de volta ao Suriname. Já no aeroporto tive a mala roubada com todas as roupas novas de frio. Decidi ligar para o Jhon. Informei haver retornado e não consegui entregar a encomenda no destino. Ele já sabia disso, claro! Me disse para deixar o roubo da mala de lado, fingir tomar água em um lugar mais afastado, entrar em um táxi e procurar um hotel. Depois que estivesse instalado, era para informá-lo imediatamente. Ele chegou ao hotel meia hora após eu passar o endereço. Me indagou se eu conhecia o taxista que havia me transportado. Disse que não. Perguntou sobre o modelo do carro, também afirmei não ter reparado. Disse, então, que eu mudaria de

lugar. Na recepção fui orientado a não informar que sairia. Após sair, joguei a chave do quarto em uma área de mato. Me deixou em outro hotel. Avisou que passaria uma semana lá e eu não deveria sair do quarto por nada. O objetivo era deixar a poeira baixar e saber se a polícia local me procuraria, já que eu vinha como deportado por tráfico e tentar rastrear a origem do entorpecente na cidade”.

“Pra mim, o tempo que passei trancado no quarto de hotel no Suriname foi mais perturbador que o tempo detido em Amsterdã. No Suriname tinha medo da polícia local bater na porta, ou dos traficantes resolverem me assassinar como queima de arquivo. Nesse período tudo o que eu consumia era levado a mim pelo Jhon. Não poderia pedir nada do hotel. Na semana seguinte, tive permissão para sair e retornar a casa. Depois de tudo isso, ainda fiquei responsável por acompanhar mais duas mulas que ficaram na casa para passar pelo processo de engolir as cápsulas de droga. A casa continuava a ser ponto para receber mulas. Numa noite, em uma boate da região, Natasha foi alertada para que tomássemos cuidado. Traficantes rivais já sabiam a finalidade da casa. A qualquer momento poderíamos ser surpreendidos com homens que invadiram para tomar o local e as drogas. Com medo, Natascha convidou para irmos para o garimpo e entregar a casa”.

“Carol e Cristina partiram primeiro. Natasha e eu ficamos um pouco mais. Em uma ocasião, nós dois estávamos bebericando quando o Jhon chegou. Juntou-se a nós e chamou mais um amigo. Já contavam umas 21 horas. A intenção era seguir para uma boate depois. Jhon saiu para comprar comida e quando Natascha se preparava para tomar banho, cinco caras encapuzados invadiram a casa pela porta dos fundos. Levaram o amigo que Jhon havia convidado para um dos quartos e o amarraram e amordaçaram. Natasha foi levada para outro quarto e eu fiquei na sala. Eles estavam em busca de drogas. Revistaram toda a casa, inclusive o forro, calhas, vasos sanitários, cortaram colchões. Eu estava deitado de bruços, mãos para trás e cara no chão. Um dos invasores estava ao meu lado, sentado em uma cadeira, com uma arma e os dois pés sobre minhas costas. Ele me pedia para olhá-lo e, quando eu fazia, colocava a arma em minha testa”.

“Não tenho certeza, mas creio que a situação durou por cerca de 1h. Ao ouvirem o carro do Jhon estacionando, um deles se escondeu. Assim que Jhon ele cruzou a porta, recebeu uma coronhada que o deixou atordoado. Caiu sobre a comida que estava transportando. Ele também foi roubado, amarrado e teve o carro levado. Após concluírem a inspeção e certificarem-se que não havia droga naquele momento, trancaram a casa e jogaram as chaves pela janela. O único que não estava amarrado era eu. Quando tive certeza que eles não voltariam, corri e libertei todos. O dono do imóvel, que morava nas proximidades, viu a

movimentação de homens saindo encapuzados da casa. Pouco depois chegou até nos e perguntou se estávamos bem. Dissemos que sim e informamos haveremos sido assaltados. Ele sugeriu que procurássemos a polícia, o que, obviamente, não fizemos”.

“Seguimos para a casa do Jhon. Ao chegar lá, o carro que os homens haviam levado estava estacionado na frente da casa dele, com as chaves na ignição. Antes de deixarem o veículo, ainda bateram a porta da casa e, diante da esposa dele, colocaram uma arma na cabeça de um dos filhos do casal. Jhon morava com mulher e três filhos. O aviso era: quem comandava a área eram eles. Ou paravam e iam embora, ou todos iriam morrer. Então, Jhon ficou com a família e Natascha e eu saímos em busca de um hotel. Não queríamos voltar para a casa. Após muita procura, encontramos um hotel em um bairro mais afastado. Ficamos uma noite e retornamos a casa no dia seguinte. Imediatamente começamos a arrumar as malas e passamos uma mensagem via rádio para as amigas que já estavam no garimpo. Conversamos com o senhorio e entregamos a casa”.

Após alguns dias lá estava eu de volta ao garimpo. Natascha seguiu para um garimpo diferente, onde se encontraria com um ex cliente que virou marido. Lá montou um cabaré para ela gerenciar. Segui na vida de garimpo ajudando em cabarés, cozinhando, limpando. Conseguia duas gramas por semana e guardava o que conseguia. Com algum ouro, fazia encomenda novamente de itens de higiene e revendia novamente. Mas não conseguia levantar um dinheiro bom. A essa altura estava mais que desanimado em continuar ali. A vida era circular de cabaré em cabaré. De garimpo em garimpo. Fiquei doente.

No meio disso tudo isso houve um período de intensos conflitos no garimpo. Assassinatos em massa. Trabalho escravo, disputas por ouro, pontos de prostituição e vendas de drogas. As pessoas eram enterradas em valas comuns, sem identidade. Desapareciam. As famílias jamais saberiam o que aconteceu com eles. Não havia culpados. Já estava decidido a voltar para casa. Em algum momento eu quem estaria enterrado em uma cova rasa. A paciência e o medo de morrer já haviam sumindo e as relações tensas diárias desgastavam a alma. Não ganhei nada no garimpo. Não ganhei nada durante o tempo como imigrante. Mas apesar de não temer, não estava disposto a perder a única coisa que ainda tinha: a vida. Comecei a pensar com mais frequência e força na minha mulher. No filho que não conhecia.

4.8 O retorno

Nessa seção exploro o ato de retornar. Ao iniciar o processo migratório, meu personagem já tinha o plano de retornar para casa. Além desse desejo, também carregava consigo uma idealização de como voltaria com os objetivos alcançados. Utilizo Abdelmalek

Sayad como principal norteador nesse debate sobre retorno. Sayad (2000) diz que a ideia de retorno faz parte da própria noção de migração. Para alguém imigrar para um lugar, é porque emigrou de outro. Ou seja, estar presente em um país significa estar ausente de outro. Isso mostra uma condição básica da existência humana: não podemos estar em dois lugares ao mesmo tempo.

A questão do retorno - que pode constituir um verdadeiro objeto de estudo, pois ela é principalmente da ordem do fantasma que ronda as consciências - representa uma das dimensões essenciais dessa antropologia, na medida em que pressupõe necessariamente vários modos de relações: uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de um e a projeção do outro, sendo estreitamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da imigração presente; uma relação com a terra, em todas as suas formas e seus valores (a terra natal), inicialmente, em sua dimensão física ou geográfica e, em seguida, em suas outras qualificações sociais, o espaço físico sendo, em suma, apenas a metáfora espacial do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que se continua a carregar de uma maneira ou de outra, e aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar. (Sayad, 2000, p. 12).

Portanto, a ideia de retorno para o migrante não se trata somente de uma escolha ou uma possibilidade concreta. É, antes de tudo, uma experiência simbólica profunda, que envolve memória, desejo, identidade e pertencimento. Ela mexe com o tempo (passado, presente e futuro), com a terra (vista tanto como lugar quanto como símbolo) e com os grupos sociais (de onde se veio e para onde se foi). Mesmo quando o retorno não acontece, ele continua existindo como uma presença invisível, uma referência interna que molda a experiência migratória.

Sayad (2000) ainda faz analogia entre a figura mítica de Ulisses (ou Odisseu), da Odisseia de Homero, e a experiência de retorno dos migrantes. Ulisses, o herói grego que, após lutar na Guerra de Troia, passa anos enfrentando desafios em sua jornada de volta para casa, para Ítaca. Apesar de todas as tentações e obstáculos — sereias, ciclopes, encantamentos, tempestades — ele nunca abandona seu desejo de retorno. Seu trajeto não é somente físico, mas também simbólico: representa constância de propósito, fidelidade ao lugar de origem, e resistência diante das distrações do mundo.

Ainda a propósito do retorno de Ulisses, este pode ser tomado como modelo do retorno (nostos) dos emigrantes. Mas, sob a condição de que, a exemplo de Ulisses, esses emigrantes simplesmente desejem retornar a seu ponto de partida, e trabalhem sempre para isso; também sob a condição de que, como Ulisses, eles saibam o que querem e, consequentemente, trabalhem para realizar o que querem; sob a condição de que, assim como Ulisses fizera durante o seu périplo no Mediterrâneo, eles vivam, pensem, ajam, constantemente no sentido do retorno - o que significa dizer, então, que eles partiram apenas para voltar, o retorno estando implícito ao próprio ato de emigrar, e, ao menos como intenção e, se possível, como comportamentos efetivos²¹, pré-existindo à partida; sob a condição ainda de que eles caminhem sem

cessar e sempre um pouco mais nesta mesma direção e que, contra ventos e marés e sem se distrair, ou se desviar de rumo, apesar das numerosas armadilhas semeadas pelo trajeto, apesar das múltiplas tentações, seduções, corrupções possíveis, provas todas de que Ulisses triunfou, eles naveguem em direção ao mesmo vestígio, à mesma ilha, ao mesmo porto, à mesma cidade, Ítaca, que cada emigrante ou exilado carrega consigo. (Sayad, 2000, p. 16).

Assim, o retorno, à semelhança da jornada de Ulisses, não é simplesmente “voltar para casa”, mas manter acesa, durante toda a travessia migratória, a intenção de retorno como um guia (mesmo que o caminho seja longo, incerto e cheio de desvios). É um retorno que começa já no momento da partida.

Vales (2024) diz que o retorno faz parte do plano de muitos migrantes desde o momento em que decidem sair de seu país. Isso quer dizer que, mesmo quando alguém emigra buscando melhores condições de vida, ele já carrega dentro de si a ideia de que pode voltar um dia. Essa possibilidade de retorno funciona como uma segurança caso as coisas não saiam como o esperado ou se os desafios forem grandes demais. Por isso, o retorno não é algo que acontece só por acaso, mas faz parte do que motiva muita gente a migrar: saber que, se for preciso, sempre haverá um lugar para onde voltar. Essa volta, no entanto, não pode ser analisada apenas sob o viés da dualidade bom ou ruim, conforme descreve.

É preciso pontuar que esse retorno não está associado a um fracasso ou a um sucesso de que seus objetivos alcançados chegaram ao fim, reduzir os parâmetros transacionais enquanto agentes migratórios é reduzir ou quase anular uma história marcada por modificações internas e externas, de aspectos variados e interdisciplinares. (Vales, 2024, p. 46).

Ou seja, voltar não significa necessariamente que a pessoa não conseguiu o que queria (fracassou), nem que conseguiu tudo e por isso está encerrando o ciclo (teve sucesso). Quando analisamos o retorno somente dessa forma dualista, podemos simplificar demais uma experiência que é muito mais complexa. Seria como se reduzíssemos toda a vivência do migrante a uma conta de ganhos e perdas, como se fosse uma transação econômica ou um plano de metas. Mas a migração é muito mais do que isso. Fazer essa simplificação é perigoso, porque ignora toda uma trajetória de transformações — tanto internas (na forma como a pessoa vê a si mesma, suas emoções, sua identidade) quanto externas (como ela se adapta a culturas, idiomas, relações sociais, trabalho, etc.). Ainda assim, carregando essa complexidade, a condição de retorno acaba por ser inerente na dinâmica de imigração.

A perspectiva é, a curto ou longo prazo, um dia retornar para seu ponto de partida. Em vários fluxos migratórios, de curta ou longa distância, de trabalhadores

desqualificados ou altamente qualificados, homens ou mulheres, o desejo do retorno concreto está presente, seja ele um retorno para visitar ou um retorno permanente. (Perreira, Siqueira, 2013, p. 119).

Essa temática do retorno de imigrantes aos seus países de origem passou a ocupar um lugar significativo nas discussões sobre políticas migratórias, especialmente em nações receptoras que, diante de mudanças econômicas e pressões sociais, começaram a fomentar estratégias para reduzir ou mesmo reverter os fluxos migratórios. No cerne dessas políticas está o "retorno voluntário" promovido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), que impulsiona esse regresso sob a forma de incentivos materiais, auxílio logístico e promessas de reintegração socioeconômica nos países de origem. No entanto, por trás dessa aparente neutralidade administrativa, esconde-se uma lógica que frequentemente ignora as complexidades existenciais, afetivas e históricas da experiência migratória.

Sayad (2000), em suas reflexões fundamentais sobre a condição imigrante, alerta para os limites das abordagens que tratam o retorno como uma simples decisão individual, desconsiderando a dimensão estrutural da imigração e os vínculos tecidos no país de acolhida. Assim, quando um imigrante é interpelado sobre o desejo de retorno, a pergunta, longe de ser neutra, carrega em si uma expectativa implícita de resposta – uma espécie de convocação ao regresso que reforça a ideia de que o lugar do imigrante é, inevitavelmente, o "seu" país.

Ao longo de uma pesquisa realizada na França sobre as condições do retorno, denominada como reinserção dos imigrantes em seus países de origem - prática que os poderes públicos desejavam encorajar por meio especialmente de incentivos, - um pesquisador-investigador recebeu uma resposta muito procedente de um dos seus entrevistados, antigo trabalhador imigrante, a quem, em seu local de trabalho, ele havia perguntado: “Você quer retornar para sua terra, para seu país?” A resposta foi: “É o mesmo que perguntar a um cego se ele quer a luz!” A questão posta desta maneira já continha em si a resposta que se impunha como a única lógica, na medida em que, no fundo, ela convidava o entrevistado a voltar para a sua terra, para o seu país, o que é, na visão do senso comum, totalmente normal, inclusive natural. (SAYAD, 2000, p. 11).

Um relatório publicado em 2023 pela Organização Internacional para as Migrações (OMI), agência das Nações Unidas para as migrações, indica inúmeros fatores como provocadores do retorno de brasileiros ao Brasil. O documento revela uma mudança importante no perfil dos brasileiros que migram: se antes a emigração era concebida como temporária (com o objetivo de “juntar dinheiro e voltar”), hoje ela tende a ser mais aberta, com planos indefinidos ou mesmo de fixação permanente no exterior.

O texto do documento ainda aponta que muitos brasileiros estão retornando após períodos curtos no exterior (um ano ou menos) geralmente por dificuldades econômicas,

sociais ou legais. Isso indica que a permanência no país de destino tem se tornado mais instável e que os desafios enfrentados pelos migrantes muitas vezes superam os recursos e expectativas com que saíram do Brasil.

Outra percepção atual é que o retorno de brasileiros em situação de vulnerabilidade, seja voluntário, seja involuntário, tem se dado com menos tempo de migração. Por exemplo: se antes o retorno por falta de trabalho ou melhores condições de vida no exterior ocorria após uma década vivendo na Europa, agora é recorrente com pessoas que emigraram há cerca de um ano ou menos. (OIM, 2023, p.35).

Embora frequentemente imaginado como o capítulo final e pacífico de uma trajetória migratória, o retorno ao país de origem raramente se concretiza como um simples recomeço. Longe disso, ele costuma emergir como um momento de profunda ruptura, marcado por frustrações, desencontros e, não raro, invisibilidade social. Em meio às camadas de expectativa depositadas sobre a ideia de "voltar para casa", pouco se discute sobre os abismos simbólicos e materiais que aguardam os retornados. Muitos deles, ao regressarem, não encontram o lugar de pertencimento que um dia deixaram — seja porque o contexto mudou, seja porque eles próprios se transformaram. Nessa confluência de tempos e espaços desencontrados, o retorno se revela uma experiência ambígua e, em muitos casos, dolorosa.

Sabe-se que o retorno, na maioria das vezes, é mais difícil do que a ida. Costuma-se dizer que quem volta é migrante duas vezes: “não é mais daqui, mas também não é de lá”, muito por conta da questão espaço-tempo já citada. Além disso, quando há “insucesso”, verifica-se, muitas vezes, falta de acolhida e apoio pela própria família. Muitos retornados voltam doentes, em especial os oriundos de países onde o acesso à saúde não é gratuito para migrantes em situação irregular, como Estados Unidos e Bélgica. Problemas de ordem psicológica – depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático – e até surtos psiquiátricos são registrados. (OMI, 2023, p. 35).

Nesse entrelaçamento das rotas migratórias que partem do norte do Brasil rumo ao território ultramarino francês e retorno, emergem narrativas marcadas por expectativas de ascensão socioeconômica e pela busca por condições de vida mais dignas. Contudo, quando confrontadas com as realidades institucionais, econômicas e simbólicas da Guiana Francesa, essas trajetórias muitas vezes revelam tensões e frustrações que distanciam os sujeitos migrantes de seus projetos iniciais. Nesse contexto se inscrevem as experiências de alguns brasileiros que atravessam a fronteira em direção ao território guianês, guiados por um ideal de melhoria de vida que, não raro, esbarra em processos de marginalização.

Embora os imigrantes deixem o Brasil com o propósito de conquistar um melhor padrão de vida na Guiana Francesa, os dados produzidos em campo e completados pela literatura mostram que há dificuldades diversas nesse projeto. Como são absorvidos pelo setor terciário - principalmente mestres-de-obras, carpinteiros,

faxineiros, cozinheiros, garçons, garçonetes, artesãos e prostitutas, dentre outras possibilidades -, os brasileiros são relegados aos mais baixos níveis da economia local (AROUCK, 2002; SIMONIAN, 2003). Na atualidade, as condições das áreas de habitação desse grupo de imigrantes são reflexos diretos de sua inserção periférica na sociedade guianesa francesa. ((Simonian & Ferreira, 2005, p.241).

A travessia de muitos brasileiros rumo à Guiana Francesa evoca o enigma contido no célebre conto *A terceira margem do rio*, de João Guimarães Rosa. Tal como o personagem que decide habitar o rio sem jamais retornar ou seguir adiante, esses migrantes ocupam um espaço de suspensão, um entre-lugar onde a promessa de um novo começo convive com a persistência da marginalidade. Nem plenamente integrados ao novo território, nem ligados de forma estável ao lugar de origem, permanecem numa espécie de margem invisível — simbólica, política e social — que marca profundamente suas trajetórias. O deslocamento, nesse sentido, ultrapassa a dimensão geográfica e assume contornos existenciais, revelando as ambiguidades de uma busca por pertencimento em um cenário que frequentemente responde com exclusão.

4.9 A caminho de casa

Todas as alternativas para ganhar dinheiro tentadas por João não deram em nada. Algumas, segundo ele próprio, por pura burrice. Outras por falta de sorte. “Com o pouco de ouro que ainda tinha, iniciei o caminho inverso. Já na Guiana Francesa, a *navette* em que eu estava foi parada por policiais franceses. Fomos todos presos. Ilegais. Ficamos uma tarde detidos. Quando nos soltaram, o pouco ouro que eu ainda carregava no retorno ficou apreendido. Mais algumas horas depois e lá estava eu novamente aportando em Oiapoque. Naquele momento tinha menos coisas na mala do que no momento em que comecei minha trajetória. Era dolorido voltar. Não tinha dinheiro nem para levar um mísero brinquedo e presentear meu filho que já estava com quase três anos.

De volta a aldeia, minha mulher me abraçou forte, estava surpresa pelo retorno. Não havia informado sobre minha chegada. Fui apresentado ao meu filho. Estava feliz. Finalmente poderia começar a ser pai. Alguns dias depois, já passada a euforia do regresso, sentamos para conversar, minha mulher e eu. Após o jantar, colocamos o bebê para dormir. Na varanda da casa do pai dela, relatei meu insucesso e falta de sorte. Disse a ela somente o que não a envergonharia, nem a mim. Ainda que decepcionada, entendeu. Não me arrependo de ter tentado. Mas se pudesse fazer tudo de novo, confiaria menos nas pessoas. Alguns meses após o retorno, estudei e fui aprovado em um concurso para professor do quadro municipal de Oiapoque. Apesar de não ser muito, foi com esse dinheiro que criei meu primeiro filho e os outros dois que vieram nos anos seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu da escuta atenta e da análise de relatos migratório que, ao contrário de serem somente testemunhos lineares de deslocamentos geográficos, revelam densas camadas de significação ligadas à memória, identidade, violência simbólica e busca por dignidade. A história de João é uma entre muitas, mas carrega em si os principais elementos que compõem o fluxo migratório de brasileiros rumo ao Platô das Guianas: pobreza, ausência de políticas públicas, trabalho precoce, redes de apoio informais, riscos constantes e um desejo profundo de mudança. Ao longo de sua trajetória, ele passou por diversas experiências marcadas por esforço, frustração e tentativas de reinventar a própria vida. Essa história, embora marcada por singularidades, não é uma exceção. Pelo contrário, ela representa, concretamente, o que tantos brasileiros têm vivido ao longo das últimas décadas ao buscar, além da fronteira, aquilo que lhes foi negado em seu país de origem: condições mínimas para viver com dignidade.

João nasceu e cresceu em um ambiente de escassez, em uma família grande, com um pai ausente e uma mãe que lutava diariamente para sustentar os filhos. A entrada precoce no mundo do trabalho não foi escolha, mas necessidade. Como acontece com tantas outras crianças em contextos de vulnerabilidade no Brasil, a infância de João foi interrompida por obrigações que deveriam caber aos adultos. Desde cedo, aprendeu que o esforço não garantia o retorno justo, mas era o único caminho possível para garantir o básico. Essa percepção acompanhou João por toda a vida e foi um dos fatores que alimentou, gradualmente, o desejo de migrar.

Ao longo dos anos, o personagem percorre caminhos no estado do Amapá (de Porto Grande a Macapá, depois a Oiapoque) até cruzar a fronteira rumo à Guiana Francesa e, mais tarde, ao Suriname. João foi professor, foi camelô, trabalhou em padaria, em garimpos, cozinhas, casas noturnas, e até se envolveu em redes ilegais de tráfico de drogas. Cada nova ocupação surgia como uma chance de sobreviver, de se manter, de enviar algo para casa. E em cada novo lugar, encontrava outros brasileiros com histórias parecidas, tentando, como ele, escapar de uma vida de privações.

O que a trajetória de João nos mostra é que a migração, nesses casos, não é uma escolha livre ou resultado de um projeto bem elaborado de vida. É, antes de tudo, uma reação a um contexto de exclusão que empurra o indivíduo a buscar alternativas fora do lugar de origem. Assim como muitos migrantes do norte do Brasil, João atravessa as fronteiras por

caminhos informais, sem documentos, apoiado por conhecidos, familiares, antigos colegas ou pessoas que encontrou pelo caminho. A rede de contatos, construída a partir de relações frágeis, mas necessárias, se torna essencial para viabilizar a travessia e garantir abrigo, trabalho ou mesmo informações básicas sobre como circular nos territórios estrangeiros.

Ao lado dessa dimensão prática da migração, há também uma camada subjetiva muito importante. A memória de João está cheia de lembranças de esforços quase sempre frustrados, de decepções com pessoas que o enganaram, de medos profundos diante das situações vividas. Mas há também afeto, amizade, solidariedade inesperada, e momentos de esperança. A experiência migratória, para ele, não é somente uma mudança de lugar: é também uma mudança no modo de se ver, de se sentir, de entender o mundo ao redor. E esse processo é comum a muitos migrantes, que vivem entre o desejo de seguir em frente e a saudade do que deixaram para trás.

O Platô das Guianas — região composta por Suriname, Guiana e Guiana Francesa — há muito tempo atrai brasileiros, especialmente do norte e nordeste, em busca de oportunidades. O que move essas pessoas, não é a ilusão de enriquecer rapidamente, mas a expectativa de alcançar um padrão de vida minimamente melhor do que aquele que teriam em suas cidades de origem. A valorização da moeda estrangeira, a presença de atividades como o garimpo e o trabalho na construção civil, além da proximidade geográfica, tornam esses destinos mais acessíveis. No entanto, a maioria desses migrantes enfrenta enormes dificuldades: ilegalidade, racismo, exploração, falta de direitos e insegurança permanente. Em momentos extremos, como quando atuou em redes de tráfico de drogas, o risco ultrapassava qualquer limite. E embora essa tenha sido uma das decisões mais graves de sua trajetória, também foi resultado direto do acúmulo de dificuldades, frustrações e da urgência de construir um futuro mais seguro para sua família.

Ao longo do relato, também se observa o quanto a fronteira é mais do que uma linha geográfica. Ela se torna um espaço de ambiguidade, onde as leis são maleáveis, a vigilância varia conforme o horário, e as conexões pessoais têm mais valor do que os documentos oficiais. João atravessa essas fronteiras com medo, mas também com confiança nas pessoas que o orientam. Como mostram estudos sobre migração irregular, as fronteiras do Platô das Guianas funcionam muito mais como zonas de circulação do que como barreiras reais. Isso explica, em parte, por que a migração brasileira nessa região segue tão ativa até hoje, mesmo diante dos riscos.

É importante destacar, no entanto, que a experiência de João, como a de muitos outros, não pode ser reduzida à ilegalidade ou ao crime. O fato de ter se envolvido em redes ilegais

não elimina o valor de sua história, mas nos obriga a refletir sobre as estruturas que tornam esse tipo de escolha uma alternativa viável. Quando o trabalho formal não oferece sustento, quando o Estado se ausenta, quando a fronteira é o único caminho possível, o indivíduo é forçado a operar em um sistema onde os limites entre o certo e o errado se tornam mais difíceis de definir.

A história de João nos permite compreender, por fim, que a migração para o Platô das Guianas é um processo social complexo, que envolve muito mais do que deslocamentos físicos. Trata-se de uma busca por reconhecimento, por um lugar no mundo, por uma chance de viver com menos medo. As memórias que ele compartilha não são apenas registros do que viveu, mas formas de reconstruir o sentido de sua própria existência. Contar sua história, portanto, é também um ato político: é dar visibilidade a trajetórias que, muitas vezes, permanecem apagadas, ignoradas ou estigmatizadas. A sua travessia, como tantas outras, mostra que a migração não é um problema individual, mas um reflexo direto das desigualdades profundas que marcam nossa história. Conhecer essa trajetória é uma forma de ampliar o olhar sobre a migração amazônica e reconhecer, nas margens do mapa, as histórias que nos ajudam a compreender o centro das nossas urgências sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGUIAR, Juliana; MARTINS, Carmentilla. **A migração de brasileiros (as) para a Guiana-Francesa: notas historiográficas** (in) **Olhares sobre fronteiras: questões de pesquisa**. Ed. Unifap. 2023.

Amnesty International. **“Estados Unidos: “Tú no tienes ningún derecho aquí”**”, (2021).

Disponível

em:

https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/amr5191012018spanish.pdf?_gl=1*kijy1d*_gcl_au*MTE1Nzc4ODM4LjE3MjYwOTQyOTE.*_ga*MjAyNzkwNjQ2LjE3MjYwOTQyOTI.*_ga_HJEBFS4N2Q*MTcyNjA5NDI5MS4xLjEuMTcyNjA5NDg4OC42MC4wLjA./

,

consultado em 11/09/2024.

ARAUJO, Osvaldina dos Santos. **Frontières en mouvement et échanges économique-sexuels: dynamiques migratoires des Brésiliennes au Suriname, en passant par le Guyana et la Guyane Française**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível

em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-28082018-102726/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

AROUCK, R. **Brasileiros na Guiana francesa. Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Lusotopie, Paris, n. 7, 2000, p. 67-78.

ARENDT H. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. — São Paulo : Companhia das Letras. 1989.

AQUINO, J. M.; FERNANDES, M. M.; PAZELLO, E. T.; SCORZAFAVE, L. G. **Trabalho infantil: Persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, 2010.

ALMEIDA, Carina Santos de; RAUBER, Alexandre Luiz. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

BARROS, R. P; MENDONÇA, R., VELAZCO, T. **Is poverty the main cause of child work**

- in urban Brazil?** Texto para Discussão, IPEA, n. 351, 1994. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BARBOSA, Jackson da Silva. **Narrativas Desenraizadas: comunicação pública e representação da memória social na Linha Imaginária do Equador.** São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização e as consequências humanas.** Tradução Marcus Pencil. BERGSON, H. **Matéria e memória.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOURDIEU, P. **Compreender.** Em BOURDIEU, P. (coord.) **A miséria do mundo.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 693 – 732.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Companhia das Letras. 1994.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória.** Ateliê Editorial. 3ª ed. 2013.
- BRASILEIROS presos no exterior de 2010 a 2021.** Fiquem Sabendo, 2023. Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/undefined/brasileiros-presos-no-externo-de-2010-a-2021>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- BRITO, Daniel; BRUSEKE, Franz; MATHIS, Armin. **Riqueza Volátil: a mineração de ouro na Amazônia.** Belém, Cejup, 1997.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Editora: Contexto. 2011.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R **Desvendando Evidências Simbólicas: compreensão e conteúdo emancipatório da Antropologia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** Editora Unesp. 1998.
- CARDOSO, Vânia Z.; GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto. (Orgs.) **Etnobiografia: Subjetivação e etnografia.** 2012. Editora 7Letras.
- CARDOSO, Vânia Z.; GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto. **Etnobiografia: Esboços de um conceito.** En: *Etnobiografia: subjetivação e etnografia.* Rio de Janeiro. Editora 7Letras, 2012.
- CARDOSO, Marcus. **Violência e segurança pública no Amapá: 2018-2021.** In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
- CARDOSO, Marcus. **Confusões e desrespeito: uma (re)interpretação possível das falas dos moradores de favelas.** Anuário Antropológico, v.39, n.2, 2014.
- CARNEIRO, Wellington Pereira; COLLAR, Janaina Matheus. **Direitos humanos e refugiados.** Cesar Augusto S. da Silva (organizador). – Dourados: Ed. UFGD, 2012.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of Migration, International Population Movements in the Modern World.** 4' Edition. Palgrave Macmillan, 2009.

CASTRO, Maria Luiza de; PORTO, Jadson. **Ponte Brasil/Guiana Francesa: Os paradoxos da integração num contexto multi-escalar**. Oikos-Revista de economia heterodoxa, 2007. CHARLEAUX, João Paulo. **Os 3 ataques cometidos contra imigrantes venezuelanos em Roraima**. 2018. Disponível

em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/22/os-3-ataques-cometidos-contraimigrantes-venezuelanos-em-roraima> Acesso em: 22 ago. 2024.

CNES – L'Agence française de l'espace 1996, Port spatial de l'Europe, Paris, CNES/Département de publications, 4 p.

COSTA, Julianna Carolina Oliveira; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *História da imigração (1830-1880)*. In: **História da imigração no Brasil** / Luis Reznik (Organização). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

CORBIN, Hisakhana P. & HAYDEN, Diego Andrews. **Fluxos de migrantes e remessas entre Brasil e as Guianas (Guiana, Guiana Francesa e Suriname): o que sabemos?** Revista Latino-Americana de Estudos Avançados (RELEA). Vol. 2, n. 1 ago-dez/2017 P. 135-153.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El Estado y Sus Márgenes: Etnografías Comparadas**. 2008. EBBINGHAUS, H. (1885). **Memory: A contribution to experimental psychology**. New York: Teachers College, Columbia University.

EGEA JIMENEZ, Carmen e RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Vicente. **"Tipos de Retorno de los Emigrantes Jubilados. El caso de los emigrantes de la Provincia de Jaen."** Analisis del VII Congreso Asociación de Demografía Histórica (ADEH). Granada: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Granada, 1 a 3 de abril de 2004.

EMERSON, P. M.; PORTELA SOUZA, A. F. **Child Labor, School Attendance, and Intrahousehold Gender Bias in Brazil**. The World Bank Economic Review, v. 21, n. 2, p. 301-316, 2007.

FALEIROS, Rogério Naques. **Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX**. Leituras de Economia Política, Campinas, (8): 87-110, jun. 2000/jun. 2001.

FARIA, M. R. F. **Migrações Internacionais no Plano Multilateral: Reflexões para a política externa brasileira**. Coleção: CAE, 1ª ed. FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão. 2015. E-book. 308p. Disponível

em:

https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-169-migracoes_internacionais_no_plano_multilateral. Acesso em: 01 out. 2024.

FASSIN, Didier. **Por una repolitización del mundo: Las vidas descartables como desafío**

del siglo XXI 1ª ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2010. Editora: WMF Martins Fontes.

GEERTZ, Clifford. Obras e Vidas: **O antropólogo como autor**. Editora UFRJ. 3ª ed. 2009.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas**. In: *História da imigração no Brasil* / Luis Reznik (Organização). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, Marco Antônio. **Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens**. En: *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro. Editora 7Letras, 2012.

GRANGER, S. **Entre contenção e cooperação. A percepção da fronteira Guiano-Brasileira pelos militares brasileiros no século XX**. Trashumante. Revista Americana de História Social, Medellín/Cidade do México, n. 3, 2014, p. 48-73.

GROOTAERT, C.; PATRINOS, H. A. **A four-country comparative study of child labor**. In: *The Economics of Child Labor, International Seminar*, World Bank, Oslo, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Centauro Editora. 2017.

HANDERSON, Joseph. **Diásporas. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. UFRJ/Museu Nacional, 2015.

HAZEU, Marcel. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia**. UFPA, Belém, 2011. Dissertação de Mestrado UFPA. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/handle/2011/2987> .

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Editora: ArtMed. 2018.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua: um projeto filosófico**. Trad. Artur Morão. 1795. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf Acesso em: 08 de agosto de 2024.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza"**. Economia Aplicada, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.

LACAN, Jacques. **O Seminário**, 1986. Editora: Zahar.

LEÓN, Lucas Pordeus. **Haitianos e venezuelanos denunciam xenofobia em abrigos do RS**. 2024. Disponível

em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/haitianos-e-venezuelanos-denunciam-x-enofobia-em-abrigos-do-rs>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Cooperação Internacional em Território Fronteiriço:**

Novas Sociabilidades e Novos Controles. Revista Textos&Debates. Boa Vista, n.27, v.1., p. 177-196, jan./jun. 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** 2018. N-1 edições.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos.** São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: O diálogo possível.** Editora Ática. 1986.

MESQUITA, S. P.; RAMALHO, H. M. B. **Trabalho infantil no Brasil urbano: Qual a importância da estrutura familiar?** Revista de Economia Contemporânea (2015) 19(1): p. 97-134.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** Proj. História. São Paulo. Dez 1993.

ORLANDI, G. **Protocolo Itália-Albânia sobre migrantes: quem defende o plano e quem o critica.** Euronews. Acessado em: 28/08/2024. Disponível em:

<https://pt.euronews.com/my-europe/2024/08/01/protocolo-italia-albania-sobre-migrantes-qu-e-m-defende-o-plano-e-quem-o-critica>

PATARRA Giorgia N. e FERNANDES, D. **Desenvolvimento e migração** IN CHIARELLO, L. M. (org) Las Políticas Públicas sobre Migraciones y la Sociedad Civil em América Latina. Cap. II Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil. Scalabrini Internacional Migration Network. New York. 2011 pp 160-194.

PATARRA, Neide. **Migrações internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.** v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

PEREIRA, S. & SIQUEIRA, S. (2013). **Migração, retorno e circularidade: evidência da Europa e Estados Unidos.** REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 41(0), 117-138.

PIANTONI, Frédéric. **Histoire et mémoire des immigrations en régions et dans les départements d’Outre-mer.** Université de Poitiers/ Université de Reims Champagne-Ardenne, 2008.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **A Vida no Limite. Atividades ilegais, migração irregular e direitos humanos na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa.** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU), Ano XVI , Número 31, 2008.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. DIAS, Jorge Lucas de Oliveira. **A migração brasileira para a Guiana Francesa: Perspectivas Atuais.** Revista del CESLA. International Latin

American Studies Review, (22), 2018: 153-178.

PLUTARCO, **Greek Lives**. Oxford: OUP, 1999. E-book

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François (et al.). - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998, 299

pp. **Relatório Mundial sobre Migração de 2024**. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br> Ministério das Relações Exteriores (MRE). Relatório: **Comunidades Brasileiras no**

Exterior, Ano-base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/>

RAMALHO, Sérgio. **Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima. 2019**.

Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas — UFMG. 2005.

SILVA, José. **A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá-Guiana Francesa**. Goiás: História Revista, v. 10, n. 2, 2005.

THEIJE, Marjo de. **Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 11, volume 18(1): 71-93 (2007).

TOLEDO, Luiz Henrique de. “**A memória outra e a etnografia (urbana) dos sentidos**”. Texto apresentado no I seminário de Antropologia da UFSCar. p. 1-15, 2012

VALES, Alessandra Gomes. **Memória sobre a migração de retorno da Guiana Francesa (1980 - 1990)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Pós-graduação em Estudos de Fronteira. Macapá, 2024.

VIDAL, Lux. **O museu dos povos indígenas do Oiapoque - kuahí: Gestão do Patrimônio Cultural pelos Povos Indígenas do Oiapoque, Amapá. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 7, 2008.

